

2003

É PROIBIDO FILMAR
NESTA OFFICINA

MONOGRAFIA nº 12

IFCH-UNICAMP

SOCIEDADE HUMANITÁRIA OPERÁRIA
**O mutualismo no estudo
da classe operária**

PAULA CHRISTINA BIN NOMELINI

SOCIEDADE HUMANITÁRIA OPERÁRIA

O mutualismo no estudo

da classe operária

PAULA CHRISTINA BIN NOMELINI

MONOGRAFIA

IFCH/UNICAMP

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Diretor: Prof. Dr. Arley Ramos Moreno

Diretor Associado: Prof^ª Dra. Nádia Farage

Comissão de Publicações:

Coordenação Geral: Prof^ª Dra. Nádia Farage

Coordenação da Revista *Idéias*: Prof. Dr. Marcelo Ridenti

Coordenação da Coleção *Idéias*: Prof. Dr. Pedro Paulo Funari

Coordenação das Coleções Seriadadas: Prof. Dr. Lucas Angioni

Coordenação da Coleção *Trajetória*: Prof. Dr. Armando Boito Jr.

Coordenação dos Cadernos do IFCH, Monografia e Cadernos da Graduação:

Prof^ª Dra. Suely Kofes

Representantes dos Departamentos: Prof^ª Dra. Suely Kofes – DA, Prof. Dr. Armando Boito Jr. – DCP, Prof. Dr. Lucas Angioni – DF, Prof. Dr. Pedro Paulo Funari – DH e Prof. Dr. Marcelo Ridenti – DS.

Representantes dos funcionários do setor: Marilza A. Silva, Magali Mendes e Sebastião Rovaris.

Representantes discentes: Fábio Scherer (pós-graduação) e Rafael Rodrigues Testa (graduação).

Setor de Publicações:

Marilza A. da Silva – Magali Mendes – Maria Lima.

Gráfica:

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Marcilio Cesar de Carvalho e José Carlos Diana.

Endereço para correspondência

IFCH/UNICAMP

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Caixa Postal 6110

CEP: 13083-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 3788.1604 / 3788.1603 – Fax: (019) 3788.1589

morewa@unicamp.br

<http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/>

**SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED**

Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP

Foto da capa: Cia. Mogiana de Estradas de Ferro – Carpintaria. Campinas, SP, 190_. *Coleção Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo / Centro de Memória da UNICAMP.*

PAULA CHRISTINA BIN NOMELINI

SOCIEDADE HUMANITÁRIA OPERÁRIA
O mutualismo no estudo
da classe operária

Monografia premiada no XII Concurso de Monografias (2003) de alunos
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas UNICAMP

PROF. DR. CLAUDIO HENRIQUE DE MORAES BATALHA
Orientador

BANCA

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha – Orientador – Depto. de História do IFCH.

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva – Depto. de História do IFCH

Prof. Dr. Arthur José R. Vitorino – Depto. de História da PUC-Campinas.

Sumário

Agradecimentos	7
Introdução	9
Capítulo 1. A cidade em transformação	23
1.1. Histórico de Campinas: da fundação aos anos 1920	23
1.2. O desenvolvimento econômico da região	27
1.3. A vida social na cidade	42
Capítulo 2. Um estudo de caso: <i>Sociedade Humanitária Operária</i>	49
2.1. Descrição das fontes	49
2.2. O funcionamento da <i>Sociedade Humanitária Operária</i>	52
2.3. Período I – 18 de setembro de 1898 a 14 de setembro de 1903 (Diretoria Provisória a Diretoria VI)	54
2.4. Período II – 4 de outubro de 1903 a 11 de setembro de 1908 (Diretoria VII a Diretoria XI)	62
2.5. Período III – 20 de setembro de 1908 a 10 de setembro de 1917 (Diretoria XII a Diretoria XX).....	70
2.6. Período IV – 16 de setembro de 1917 a 16 de setembro de 1923 (Diretoria XXI a Diretoria XXVII).....	76
Capítulo 3. A mobilização operária em Campinas no começo do século XX	83
3.1. As organizações operárias	83
3.2. O mutualismo como modelo para legitimar um direito trabalhista	96

Considerações finais	101
Relação das fontes	103
Bibliografia	107
Anexos	115

Agradecimentos

A concretização de um objetivo resulta em uma satisfação gratificante, porém composta por uma sensação de saudosismo. Ao finalizar uma investigação histórica, restam muitas perguntas e curiosidades, além de várias críticas às escolhas e interpretações elaboradas. O aprendizado gerado pela experiência na atuação profissional promove um posicionamento constantemente revisionista, ampliando as possibilidades para que outras respostas sejam construídas. Entretanto, o envolvimento pessoal com aquelas vidas analisadas estabelece uma cumplicidade incorporada a laços afetivos que marcam profundamente nossas lembranças.

A transformação de um interesse sobre a maneira como trabalhadores explorados sobreviviam em uma pesquisa empírica, dotada de critérios científicos e rigores acadêmicos, foi possível através da orientação paciente do Professor Claudio Batalha. As conversas iniciais eram marcadas pelo nervosismo e pelo temor de que alguma falha impedisse a conquista de meus objetivos. A insistência e a dedicação as modificaram, tornando as reuniões em prazerosas trocas de informações, onde adquiria conhecimentos tão essenciais.

Um dos resultados desse trabalho atencioso foi a conquista de uma bolsa para o desenvolvimento do projeto de iniciação científica, concedida pela FAPESP em julho de 2002, e renovada até dezembro de 2003. Agradeço o apoio financeiro e os pareceres estimulantes, que possibilitaram a elaboração dessa monografia.

O exercício da pesquisa possibilitou o contato com outras temporalidades históricas, aproximando-me de sujeitos com os quais estabelecia um compromisso ético de recompensar a invasão em suas memórias por uma interpretação que resgatasse sua participação ativa na construção da realidade. Contudo, as aproximações não se limitaram ao passado, permitindo que pudesse me relacionar com pessoas que enriqueceram os resultados dessa investigação. O senhor Valdir, o pessoal do Arquivo do Centro de Memória e do Arquivo da Câmara de Vereadores foram essenciais para a finalização dessa tarefa. As conversas descontraídas davam leveza ao árduo trabalho de leitura das fontes e, principalmente, transmitiam coragem e ânimo para que nunca desistisse.

A subjetividade do ofício do historiador é um aspecto determinado pela impossibilidade da adoção de um posicionamento neutro, ou seja, que negue as influências do momento em que vive. A realidade contemporânea interfere na elaboração das questões para o estudo dos objetos e no posicionamento teórico e interpretativo defendido pelo autor. Porém, acredito que essa subjetividade também seja resultado da própria inserção social do historiador nas relações que estabelece.

Por isso, também são responsáveis pela minha formação profissional aquelas pessoas que sempre me incentivaram a realizar algo que não compreendem muito bem o que é. A renúncia dos próprios objetivos para que a filha conseguisse lutar pelos seus, superando a ausência e a preocupação que passaram a fazer parte de suas rotinas, foram as contribuições de Cristina e Toninho para a elaboração dessa monografia. As pequenas diferenças que nos tornam tão próximas e o companheirismo constante e alegre simbolizaram todo o apoio que a Sylvia transmitia em suas atitudes. As orações e conversas banais, sempre acompanhadas por lanchinhos calóricos e deliciosos, complementados por carinho e afeição, representavam a maneira como João, Luzia, Tunico e Neide agiam para tornar a neta uma pessoa mais feliz. A descoberta do amor tão sonhado e idealizado, através de um relacionamento composto por respeito e confiança, foi a contribuição de Pedro para que eu superasse todas as crises e dilemas que as escolhas impõem. A presença constante dos tios, primos e amigos possibilitando o acesso à diversão foi fundamental para que as obrigações ganhassem uma definição mais irônica e menos pedante.

Introdução

Esta monografia é resultado da pesquisa realizada a partir de um projeto de iniciação científica, financiada pela Fapesp de julho/2002 a dezembro/2003, sob orientação do Prof. Dr. Claudio H. M. Batalha. O objetivo é analisar como foi organizada, administrada e quais serviços prestava a Sociedade Humanitária Operária, buscando compreender seu papel na mobilização operária de Campinas. As fontes utilizadas foram os livros de atas, de matrícula e contabilidade; os almanaques e jornais de Campinas; a legislação municipal, estadual e federal e, por fim, estatutos e publicações sobre outras sociedades.

A Humanitária Operária era uma associação mutualista, fundada em 18 de setembro de 1898 por operários de diversas etnias e profissões, na cidade de Campinas¹. A função principal era a prestação de auxílio-doença e auxílio-funeral, mediante o pagamento de jóias e mensalidades. O estudo estende-se até 1923 por dois motivos: 1) a partir desse ano, a presidência será exercida por José Rodrigues Pinheiro durante as duas décadas seguintes, demonstrando outra característica na administração; 2) nesse ano foi aprovada a Lei Elói Chaves, criando as Caixas de Aposentadoria e Pensão para os ferroviários de todas as companhias brasileiras. Dentro do quadro de associados da Humanitária Operária, a maioria era de ferroviários da Companhia Paulista e Mogiana, logo, seriam beneficiados pela lei e não precisariam de associações mutualistas. Entretanto, eles permaneceram na Sociedade, introduzindo modificações em seu funcionamento para que continuasse a existir.

Através desse estudo de caso, é possível interpretar as condições de vida dos trabalhadores, o cotidiano e suas práticas fora do ambiente de trabalho, as relações sociais que construíam, a forma como se identificavam e organizavam associações, o modo como pensavam e agiam para sobreviverem na cidade. O aspecto sócio-cultural, contextualizado nos processos econômico e político vigentes no período abordado, revela os indícios sobre a formação de uma identidade operária em Campinas, capaz de diferenciar os trabalhadores de outros segmentos sociais.

¹ A Sociedade Humanitária Operária continuou em funcionamento até 2001, quando se uniu a Associação Humanitária Operária de Campinas. Sua função atual é a de convênio funerário.

Somente na década de 1990, os estudos sobre os trabalhadores adotaram o mutualismo como temática significativa para a interpretação da atuação histórica desses agentes. As primeiras análises acadêmicas² das sociedades de socorros mútuos ocorreram no final dos anos 1960. A obra clássica de José Albertino Rodrigues³ divide o movimento sindical brasileiro em 5 fases:

- 1) período mutualista (antes de 1888)
- 2) período de resistência (1888 – 1919)
- 3) período de ajustamento (1919 – 1934)
- 4) período de controle (1934 – 1945)
- 5) período competitivo (1945 – 1964)

O primeiro período é descrito pelo autor como não rigorosamente sindical, porém, ao organizar o trabalho livre existente na época, tornou-se o espaço para preparação e desenvolvimento dos elementos embrionários da classe operária. Segundo Rodrigues, o mutualismo existiria apenas em uma sociedade escravocrata, onde as categorias de trabalhadores livres, sem o amparo da proteção patronal, se organizavam de maneira autônoma para o auxílio mútuo, simbolizando uma sobrevivência do trabalho corporativo do tipo artesanal.

A interpretação é elaborada a partir de um determinismo econômico, reafirmando o mutualismo como o indício que comprova a ausência de uma socie-

² A produção historiográfica sobre o operariado brasileiro começa com uma elaboração militante. O conteúdo analisado era restrito às organizações sindicais e partidárias, de maneira a justificar o posicionamento político dos autores. A intenção é construir uma memória do movimento operário, com cronologia e fatos próprios, utilizada como instrumento de mobilização da classe. Um exemplo sobre como entendiam as associações de socorros mútuos esta na obra de LINHARES, Herminio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977. O autor afirma que "As primeiras associações operárias livres começam a surgir nos grandes centros, principalmente no Rio, entre meados do século passado e os fins do império, quando a escravatura ainda era a forma predominante de trabalho. Assim, aparecem a dos cocheiros, dos caixeiros, dos operários em construção naval, etc. Tinham o objetivo expresso de fornecer aos seus membros pequenas importâncias em casos de doença, desemprego ou invalidez, às vezes, pagar as custas do enterro e garantir à viúva uma diminuta pensão." (p 31). A caracterização dessa forma associativa como pioneira (embrionária), exclusivamente operária, restrita ao período da escravidão e aos grandes centros industriais, sem fins políticos explícitos ou atitude reivindicatória influenciou a interpretação histórica posterior.

³ RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia, 1968.

dade totalmente industrializada. Dessa maneira, o socorro mútuo é o primeiro passo da escala evolutiva das associações, que atinge seu ápice no sindicalismo reivindicatório e partidário. Há uma rigidez temporal para a atuação de cada tipo de associação, tornando-as inflexíveis.

A pesquisa documental limitada e a influência das análises sociológicas da década de 1960 resultaram em afirmações que negam a complexidade do cotidiano, e reforçam a construção de uma imagem ideal sobre a classe operária. A delimitação de ações em recortes cronológicos e espaciais específicos demonstra uma visão conceitual sobre um fenômeno histórico, negando as evidências que contradizem a coerência teórica.

Outra obra sobre o sindicalismo brasileiro⁴ discute a existência das associações mutualistas e sua relação com o movimento operário. Entretanto, Azis Simão apresenta um posicionamento inovador, destacando alguns aspectos históricos das sociedades de socorros mútuos a partir de pesquisa empírica extensa.

O autor afirma que o mutualismo tem sua origem nos efeitos econômicos e sociais da urbanização incipiente, retomando modelos associativos elaborados no processo de industrialização europeu. Através de um levantamento estatístico, localiza a quantidade de associações existentes na cidade de São Paulo e no interior do estado. Azis Simão também investiga as caixas beneficentes de empresas, como espécies de sociedades mutualistas, com o diferencial de serem instituídas pelos empregadores que obrigavam a filiação dos trabalhadores, e as associações operárias católicas. A análise histórica do mutualismo indica a existência de diversos tipos de sociedades de socorros mútuos, que não estão restritas ao período da escravidão.

Para Simão, “as mutuais contribuíram para a emergência do movimento operário, de um modo geral, mas não deram origem ao sindicalismo que apareceu quase na mesma época”.⁵ Logo, admite a existência de diferentes formas associativas em um mesmo período histórico, investigando a possibilidade de uma “hibridação funcional e estrutural”, ou seja, o fato do assistencialismo estar presente em outras organizações operárias. Outro ponto inovador dessa

⁴ SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus, 1966.

⁵ idem, p 162.

interpretação é a diferenciação entre os discursos do movimento operário sobre o assistencialismo e a prática concreta entre os operários.

É importante destacar que o mutualismo é analisado em função da sua relação com o desenvolvimento sindical brasileiro posterior. Nas interpretações históricas sobre o operariado, predomina como campo de estudo os aspectos político e reivindicatório, determinados direta e exclusivamente pelo contexto econômico onde estão inseridos. Por isso, há o privilégio das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, como os únicos centros industriais capazes de produzir um operariado com “verdadeira” consciência de classe.

A presença dos brasilianistas na década de 1970 trouxe algumas transformações na historiografia sobre o trabalho. O uso mais rigoroso das fontes, a disponibilização de coletâneas com documentos produzidos pelos operários e a abertura de arquivos possibilitou uma pesquisa empírica mais detalhada.

A obra de Michael Hall e Paulo S Pinheiro⁶ é um dos marcos dessa tendência. Na Introdução os autores afirmam um revisionismo teórico, buscando “superar a ocultação das classes subalternas”. Essa tarefa seria possível através da história social, recuperando a diversidade da atuação histórica. A intenção dos autores é resgatar, através da documentação produzida pelos operários, a composição heterogênea da classe e sua relação com práticas específicas. Para Hall e Pinheiro, a classe é um fenômeno relacional e baseada na experiência, o que justifica a necessidade de estudos sobre as condições de vida e de trabalho, além da natureza da burguesia e do Estado para a compreensão da formação da classe operária brasileira.

A leitura das fontes sobre o 1º Congresso Operário (1906), o 2º Congresso Operário Estadual de São Paulo (1908) e o 2º Congresso Operário (1913)⁷ demonstra como é impróprio privilegiar correntes ideológicas e certas formas de organizações operárias no estudo do movimento operário. Esses documentos apresentam o cotidiano dos proletários, plural e complexo, dotado de diversas estratégias para sobreviverem, entre elas as associações mutualistas.

⁶ HALL, Michael. PINHEIRO, Paulo S. *A classe operária no Brasil documentos 1889-1930 O movimento operário*. São Paulo: Alfa-Ômega, v 1, 1979; idem. *A classe operária no Brasil documentos 1889-1930. Condições de vida e de trabalho, relação com os empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense, v 2, 1981.

⁷ Os documentos estão reproduzidos em HALL, Michael. PINHEIRO, Paulo S. *A classe operária no Brasil documentos 1889-1930*, v 1, 1979.

Nos três encontros houve o debate sobre a questão assistencialista e a luta reivindicatória, evidenciando o peso das sociedades de socorros mútuos no movimento operário. As fontes produzidas pelos trabalhadores permitem uma interpretação sobre as estratégias adotadas e sobre os modos de pensar o seu lugar no mundo. O mutualismo surge como um aspecto importante na organização operária, capaz de mobilizar e diferenciar esses agentes sociais através da prestação de socorros mútuos.

Entretanto, análises como a de Boris Fausto⁸ evidenciam os limites na prática desse posicionamento teórico. Apesar de considerar o estudo da classe operária como parte integrante de uma história global, entendendo a classe como um sujeito histórico abrangendo a maioria não organizada e a minoria em quadros de lideranças e organizações, o autor não constrói sua interpretação nessas bases. Fausto continua a adotar os recortes temporal e geográfico clássicos – a atuação operária ocorre até 1930, em São Paulo e no Rio de Janeiro, – analisando somente as correntes políticas organizadas do movimento operário, composto em sua maioria de imigrantes.

A partir da interpretação desse autor, o conflito social parece estar presente apenas nas minorias organizadas, capazes de articular greves, formar sindicatos e se opor aos interesses capitalistas. Há um esforço analítico para reconhecer as especificidades brasileiras na aplicação dos modelos europeus de mobilização operária, negando a existência de limites da influência estrangeira na composição da classe operária. O resultado dessa pesquisa é o silêncio em relação a formas de organizações que se voltam para o socorro mútuo, negando o potencial conflituoso e político desse setor.

As mudanças da sociedade brasileira na década de 1980 influenciaram a produção historiográfica sobre a classe operária. A abertura de programas de pós-graduação, a utilização de arquivos e centros de documentação, a revisão teórica e metodológica a partir da discussão de obras inglesas e francesas⁹, o interesse editorial por obras sobre a história do trabalho estimularam estudos nessa área.

⁸ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1977.

⁹ As principais influências na História do Trabalho foram de Michelle Perrot, Georges Haupt, Cornelius Castoriadis, E P Thompson e Eric Hobsbawm. Além disso, a crise stalinista de 1956 coloca em evidência a necessidade de uma produção marxista alternativa àquela ortodoxa aplicada. O revisionismo busca separar a análise da filiação partidária, resgatando o

Houve uma ampliação temática, abrangendo o cotidiano operário, as condições de vida fora das fábricas, a cultura proletária, a ação estatal (legislação trabalhista), as correntes reformistas do movimento operário, as relações de gênero; houve a adoção de uma cronologia mais ampla, estendendo o estudo para o pós-1930; e a história operária deixa de ser a história do movimento operário organizado. A pesquisa empírica torna-se a base das análises, com o uso de fontes diversificadas, através de temas circunscritos e recortes geográficos diferentes (outras cidades, por bairro, empresa).

Apesar dessas inovações, o mutualismo não é redimensionado ou valorizado no estudo da classe operária. Maria Conceição Silva¹⁰ aborda uma associação de socorro mútuo de Salvador, fundada em 1852 por operários de diversas profissões. A autora utiliza a documentação produzida pela própria sociedade, dentro de um recorte geográfico e temporal diferenciados, a partir de uma problemática nova – o estudo de organizações de socorros mútuos operárias (origens e forma de atuar).

Entretanto, a interpretação da autora revela a continuidade de uma visão evolucionista sobre a classe operária. Silva afirma que as associações mutualistas são típicas do período escravocrata, ou seja, somente nessas condições sócio-econômicas possibilitam a formação de uma identidade operária que distingue seus associados dentro da sociedade. A origem dessas organizações está relacionada ao fim da proteção senhorial, evidenciando o caráter liberal das condições capitalistas do trabalho assalariado¹¹. Logo, concluí que o mutualismo evidencia o caráter embrionário da mobilização operária, articulando diferentes categorias em torno da insegurança vivenciada no trabalho assalariado. Dessa maneira, é impossível reconhecer dois aspectos sobre o assistencia-

processo histórico da constituição da classe operária, dentro de cada contexto específico, sem pré-determinações conceituais e teleológicas.

¹⁰ SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa. *Sociedade Montepio dos Artistas na Bahia. Elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: EGBA, 1998. Esse livro é o resultado de uma dissertação de mestrado defendida em 1981.

¹¹ A autora afirma que "Nesta fase proto-histórica da mobilização dos trabalhadores urbanos entre nós, a condição de associados autônomos, trabalhadores por conta própria, determina uma prioridade, praticamente exclusiva, para com os interesses previdenciários. Necessidade imediata de criar condições assistenciais, em face da insegurança individual e familiar, que esta nova situação de trabalho deixa em aberto." (p 63).

lismo operário: 1) o caráter político e conflituoso que envolve a prática do socorro mútuo; 2) as ressignificações que essas associações adquirem ao longo do tempo, continuando a atuar significativamente na construção de identidade e estratégias operárias.

Essa mesma tendência interpretativa está presente nas obras de Foot Hardman e Victor Leonardi¹². O livro *Nem Pátria Nem Patrão!* é definido pelo autor como resultado das inovações dos anos 1970 e das agitações contemporâneas de 1980. Portanto, o objeto da análise – a vida operária e cultura anarquista no Brasil – foi investigado principalmente para responder como ocorriam as relações entre classe, movimento operário e liderança. Houve uma inovação na adoção da cultura como elemento histórico; na interpretação da diversidade da atuação operária; e na análise da relação entre o movimento anarquista e outros setores sociais (intelectuais)¹³. Porém, ao trabalhar com a relação entre as instituições da classe operária e a cultura, o autor afirma:

“O mutualismo foi virtualmente soterrado pela luta de classes: a classe operária, sob influência do anarco-sindicalismo, desenvolveu as ligas de resistência e sindicatos de ofícios vários; a burguesia, através do Estado e da Igreja, tomava iniciativas no campo da filantropia e do paternalismo assistencialista. As associações de socorro mútuo sobreviventes são uma espécie de ruína de um passado irrecuperável em sua totalidade. É o caso das associações de socorro mútuo remanescentes de Salto e Campinas, no interior paulista, por exemplo: ponto de encontro de velhos aposentados do INPS, ponto de apoio para vereadores locais, sem condições de renovar seus quadros associativos, inexpressivas para as gerações atuais da classe operária, trampolim para a influência da Igreja ou de lideranças populistas.”¹⁴

¹² FOOT HARDMAN, Francisco. LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: FTD, 1982; FOOT HARDMAN, Francisco. *Nem pátria nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

¹³ Além de buscar concreta e materialmente a formação da consciência de classe, através das instituições que os operários criam e das relações entre essas e as classes dominantes, os setores sociais e o Estado, o autor defende a necessidade de “superarmos o mito da recuperação absoluta da ‘história operária’, ou de sua reconstrução heróico-contínua, cronológica e integral. Retomando Gramsci, assinalo o caráter essencialmente descontínuo, episódico e fragmentário da história dos grupos subalternos”.

¹⁴ FOOT HARDMAN, Francisco. *Nem pátria nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 33.

O autor continua a privilegiar as correntes ideológicas que organizavam o movimento operário para orientar o estudo sobre o cotidiano e cultura proletários. O resultado é a adoção de um julgamento teleológico em relação ao mutualismo, identificando-o como antecessor do movimento de luta por excelência. Por isso, Foot Hardman justifica a sobrevivência das sociedades mutualistas como remanescências de um passado superado, sem contextualizar a atuação dessas organizações, deixando de analisar a função e significados diversos adquiridos, sem reconhecer a historicidade das organizações dos trabalhadores.

Em *História da indústria e do trabalho no Brasil*, os autores interpretam o mutualismo como a organização preparatória das características que possibilitariam a formação de outros tipos de associação. Dessa maneira, as sociedades de socorros mútuos são o primeiro espaço social onde os trabalhadores constroem uma identidade, porém, sem caráter reivindicatório ou de conflito, simbolizando um estágio pré-histórico do movimento operário.

Essa função embrionária do mutualismo resulta na classificação das associações como "... independentes em relação à Igreja, ao Estado e nelas não havia patrões", ou seja, uma manifestação típica de trabalhadores livres e assalariados¹⁵. Por isso, os autores afirmam que as organizações operárias brasileiras evoluem seguindo as tendências do movimento operário europeu.

O fato de existirem diversas formas de associação proletária é justificado através da identificação dos contextos econômicos que as originam. As sociedades mutualistas não estariam restritas ao período escravocrata, mas seriam a resposta possível para as conseqüências da introdução do modo capitalista de produção. Segundo Foot Hardman e Leonardi, no Brasil a introdução do capitalismo aconteceu em diferentes momentos em cada região, produzindo a simultaneidade de diversas organizações operárias. Entretanto, passado o período inicial do capitalismo, o mutualismo perde seu significado e torna-se algo obsoleto e retrógrado.

Vários problemas permeiam essas interpretações: 1) a preocupação dos estudiosos é identificar o período em que foram criadas as sociedades mutualistas, investigando os motivos para adoção desse modo de associação. Essa questão promove um reducionismo econômico nas causas para sua adoção,

¹⁵ FOOT HARDMAN, Francisco. LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: FTD, 1982, p. 101.

limitando o mutualismo ao período introdutório do capitalismo. Outros fatores presentes na vida cotidiana dos trabalhadores, no modo como estabeleciam suas relações de trabalho e nas possibilidades para sua atuação política e social são negados como aspectos constitutivos da formação de identidades e organizações operárias; 2) os autores negam a resignificação das associações mutualistas pelos próprios trabalhadores em momentos posteriores, impedindo a problematização sobre a continuidade de formas associativas entre os operários. O convívio de diferentes organizações e a prática de funções diversificadas por uma mesma associação são realidades da vida dos trabalhadores durante todo o período republicano; 3) a classificação da atividade assistencialista como algo pré-histórico evidencia uma leitura pouco crítica das fontes. O movimento operário organizado, tanto sob diretrizes anarquistas como socialistas, procurava desclassificar e/ou assimilar a prática do socorro mútuo. Ao reproduzirem esse discurso como verdadeiro, os autores demonstram a limitação das inovações teóricas na prática da interpretação documental. A contextualização das fontes indicaria as intenções originais de seus autores e, a leitura de outras fontes, comprovaria o caráter político e conflituoso existente nas sociedades mutualistas. O assistencialismo também é um campo de conflito de classes, de oposição de interesses e de luta por melhorias nas condições de vida. Ele representa uma outra forma adotada para conquistar direitos e espaço para atuação sócio-política; 4) outro problema da interpretação desses autores é a adoção da idéia evolucionista de movimento operário, cujo modelo é a prática europeia. Ao invés de negarem as evidências que contrariam a coerência teórica e conceitual, os autores procuraram adequar o contexto brasileiro ao modelo interpretativo; 5) por fim, a afirmação de que as sociedades de socorros mútuos são exclusivamente operárias deveria ser melhor analisada. Uma pesquisa empírica mais aprofundada evidencia a participação de trabalhadores em outras associações que ofereciam os mesmos serviços das mutualistas, indicando que os operários também participavam de organizações que não fossem criadas e mantidas por trabalhadores. É importante ressaltar essa evidência para que seja construída uma interpretação sobre a classe operária que leve em conta sua diversidade¹⁶.

¹⁶ Na tese de MANFRIM Jr, Moacyr. *Caixas de Aposentadoria e Pensões dos ferroviários: um modelo previdenciário exclusivo (1923-33)*, dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp,

Um estudo da década de 1980, que compartilha dessa tendência interpretativa, é a obra de Maria Auxiliadora de Decca, *A vida fora das fábricas. Cotidiano Operário em São Paulo 1920-1934*.¹⁷ Apesar de privilegiar em seu estudo a cidade de São Paulo, a autora inova na adoção de um recorte cronológico que ultrapassa o limite tradicional e na problemática que procura abordar as condições concretas de existência dos trabalhadores, fora dos locais de produção. Outro aspecto pioneiro é a utilização de diversas fontes, desde aquelas produzidas pelo poder estatal até a imprensa operária.

Entretanto, ao analisar a questão da saúde no cotidiano operário, De Decca não explora as respostas formuladas pelos trabalhadores para atenderem a essa demanda. A autora simplesmente constata quais as condições da infra-estrutura disponível para os proletários e como era articulado o discurso do governo para a solução desse problema social. A ausência da atuação operária no setor assistencialista continua evidente na última parte da análise, quando se dedica a interpretação das fontes produzidas pelos trabalhadores. Além de destacar o potencial interpretativo da imprensa operária, a autora explora o conteúdo das denúncias existentes nos jornais para analisar o modo como os trabalhadores entendiam sua condição de vida.

Porém, sua interpretação permanece restrita ao movimento operário organizado pelas correntes anarquistas e socialistas. A autora reproduz o julgamento dessas ideologias em relação às sociedades de socorros mútuos, deixando de analisar a dinâmica própria dessas associações. O mutualismo não é adotado como uma manifestação importante no cotidiano operário, limitado ao movimento político organizado.

Nas obras sobre a relação entre a saúde, os operários e a legislação social, a idéia evolucionista da classe operária permanece. Em *Saúde e trabalho. A crise da previdência social*¹⁸, Cristina Possas investiga a historicidade da questão da saúde entre os trabalhadores, procurando entender a lógica que orientou a

1998, o autor descreve uma greve de ferroviários da Companhia Paulista, em 1906, que lutavam para obter a liberdade de escolha para a filiação a sociedade beneficente criada e administrada pela empresa.

¹⁷ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁸ POSSAS, Cristina. *Saúde e trabalho. A crise da previdência social*. São Paulo: Hucitec, 1989.

criação da previdência social, localizando os problemas que geraram a crise nesse setor. A autora interpreta o mutualismo como a forma embrionária dos operários para solucionar a demanda por auxílios em caso de doenças e invalidez, afirmando que não possuem uma “consciência política propriamente dita”¹⁹.

Esse quadro interpretativo muda nos anos 1990, quando a fragmentação temática e a teoria histórica são redimensionadas nas discussões acadêmicas. O mutualismo é revisonado principalmente na obra de Tânia de Luca e nos artigos que compõem os Cadernos AEL²⁰.

Em seu estudo, Luca faz um levantamento sobre as sociedades de socorros mútuos fundadas em São Paulo e Santos, desde o final do século XIX até 1930. Através dos estatutos publicados no *Diário Oficial*, descreve a finalidade dessas associações e os critérios de admissão. A autora afirma que o mutualismo é uma resposta às condições da vida urbana, sendo uma estratégia para a resolução de problemas sociais emergentes. O pioneirismo de sua análise está na adoção da temática, propondo o conhecimento sobre a lógica de funcionamento do assistencialismo.

A autora conclui que há várias categorias de sociedades mutualistas, organizadas através da ocupação profissional, da empresa, do bairro, da etnia, por padrões ou sem restrições. Logo, a idéia de que o mutualismo é uma forma essencialmente operária fica refutada, colocando como problemática para os estudos posteriores o porquê da adoção dessa forma de organização por operários e como se relacionavam com as outras associações. Além disso, evidencia o caráter histórico do socorro mútuo, a sua atuação na construção de identidades e a diversidade que envolve a sua prática. Tânia de Luca comprovou que a semelhança dos serviços prestados pelas sociedades esconde a complexidade da realidade onde estão inseridas.

¹⁹ “Os primeiros embriões de partidos operários tiveram como fundamento as diferentes formas e meios de organização do proletariado para a defesa de seus interesses. De início, tinham mais a ver com a luta pela sobrevivência do que com uma consciência propriamente dita. Dessa forma começaram a aparecer, desde a primeira metade do século XIX, as primeiras associações mutualistas.” Em POSSAS, Cristina. *Saúde e trabalho. A crise da previdência social*. São Paulo: Hucitec, 1989, p 197.

²⁰ CADERNOS AEL. *Sociedades operárias e mutualismo*, v 6, n 10/11, Campinas: IFCH/Unicamp, 1999; LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990.

A discussão sobre a relação entre mutualismo e a história do trabalhador é mais evidente nos *Cadernos AEL*. A introdução evidencia o posicionamento dos autores, que exploram os limites entre as atividades mutualista e sindical, a descontinuidade e continuidade na forma das organizações operárias e o potencial comparativo para o estudo dos operários. O mutualismo é um meio para que os autores interpretem a construção da classe operária, a solidariedade entre os operários, o papel disciplinador da organização sobre a classe, o conflito de classes em torno de questões sociais, a diversidade do pensamento político e práticas culturais dos operários.

O artigo de Claudio Batalha²¹, “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, traz interpretações sobre a continuidade / descontinuidade nas formas associativas operárias, buscando ressaltar as diversas maneiras de atuação das sociedades de socorros mútuos. Benito Schmidt, em “A diretora dos espíritos da classe: a ‘Sociedade União Operária’ do Rio Grande (1893-1911)”, através de um estudo de caso, analisa uma sociedade que exerce tripla função – auxílio mútuo, sindicato e organização política, além de atividades cooperativas, educativas e culturais. O autor analisa as múltiplas funções dessa associação, suas disputas internas e seu papel disciplinador na mobilização operária. Outro artigo expressivo no estudo sobre o mutualismo é o de Alexandre Fortes, “Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX”. Ele destaca a ausência de incompatibilidade entre ação sindical e mutualista, apresentando uma continuidade das práticas mutualistas mesmo no pós-1930.

Através da história social e do cotidiano operário, esses estudos desvendaram os entrelaçamentos de interesses, poderes e ações, evidenciando práticas operárias

²¹ No livro *Movimento operário na Primeira República*, 2000, Claudio Batalha tem o objetivo de mostrar uma história da classe operária e de seu movimento que incorpore a multiplicidade de experiências e a pluralidade de expressões. Ao analisar o mundo do trabalho através de sua complexidade e heterogeneidade, o autor apresenta as diversas formas de organização presentes no cotidiano operário, as suas características e funções no movimento operário. Dentre elas está o mutualismo, originado no século XIX como alternativa ao impedimento da formação de sindicatos. Outro posicionamento inovador é a definição de cultura operária como um campo de luta política, combatendo a ideologia e valores das classes dominantes, e capaz de unir realidades diversas em um objetivo comum.

complexas. Os autores procuraram entender a dinâmica das diferentes organizações operárias lendo documentos tradicionais de maneira diferenciada e pesquisando em novos tipos de documentação, aproximando-se dos sujeitos históricos. O movimento operário não é mais interpretado como um contínuo evolutivo através de uma sucessão progressiva de diferentes organizações operárias.

Os historiadores Luigi Biondi²² e Adhemar Silva Junior²³ analisam a relação entre as identidades de classe e étnica através do mutualismo. Biondi tem o objetivo de compreender como se desenvolveram os processos de organização e politização dos imigrantes, questionando em que medida o fato de serem estrangeiros lhes conferiu características específicas. Segundo o autor, a documentação revelou que os processos de organização dos trabalhadores são múltiplos e os sindicatos apresentavam relações com grupos políticos de diferentes tendências e sociedades de socorros mútuos. Essas associações mutualistas seriam espaços onde ocorria o convívio entre militantes de diversas correntes políticas, mostrando que a prática assistencialista não exclui a presença em outras atividades do movimento operário.

Adhemar Silva explora as intencionalidades dos trabalhadores que optam pela forma de organização mutualista. Para isso, o autor compara as entidades orientadas à classe e à etnia, indagando sobre correspondências, concomitâncias ou exclusões, buscando interpretar a natureza das associações que se voltam para a classe e para o grupo étnico.

As obras desses autores indicam a consolidação de uma visão sobre a história do trabalhador que busca o cotidiano, a diversidade, o conflito e a forma como construíam identidades, através da leitura de diferenciadas fontes. A classe operária é analisada em sua complexidade, investigando os aspectos social, econômico e político em que estava inserida, sem uma determinação teórica ou conceitual sobre como deveria ser. O resultado é a elaboração de interpretações que abrangem a heterogeneidade da composição e atuação operárias, enfatizando a relevância de todas as formas associativas na consolidação de

²² BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas e de classe. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*. Tese de doutorado, Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

²³ SILVA Jr, Adhemar Lourenço. "Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889)" *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v XXV, n 2, 1999.

estratégias e visões de mundo que distinguem socialmente os trabalhadores em cada período histórico.

A adoção de uma definição mais ampla sobre o político, possibilitou a análise do lazer, da saúde e da educação como campos de investigação sobre o conflito de classes. Através de interpretações sobre as condições e o modo de vida dos trabalhadores e sobre as formas de sociabilidade e de mobilização identitária, o mutualismo surge como tema para evidenciar a pluralidade da classe operária. Um exemplo é a obra de Uassyr Siqueira, *Clubes e Sociedades dos trabalhadores do Bom Retiro. Organizações, lutas e lazer em um bairro paulistano 1915-1924*²⁴. O objetivo do autor é estudar o cotidiano dos trabalhadores do bairro Bom Retiro, enfatizando suas lutas, possibilidades de lazer e formas de organização e sociabilidade. Entretanto, o estudo de caso a partir de uma associação recreativa evidenciou a prática de finalidades mutualistas. Siqueira passou a interpretar esse aspecto da sociedade, demonstrando a presença do mutualismo nas estratégias operárias.

Com o objetivo de negar uma tendência evolucionista, o estudo de caso sobre a Sociedade Humanitária Operária procura evidenciar a pluralidade da atuação operária, a diversidade de sua composição e o modo como construíam identidades para solucionar problemas cotidianos. Através da análise sobre as condições de vida dos trabalhadores e sobre o papel da associação mutualista na mobilização social, é possível explorar a relação entre os operários e questões sociais, tais como a saúde.

Para a realização dessa tarefa foram necessárias investigações sobre o histórico da cidade de Campinas, enfatizando os aspectos econômico e social; sobre a formação e administração da Humanitária Operária e sobre as suas relações com outros setores da sociedade, especialmente com as outras organizações operárias. As considerações finais são as reflexões obtidas a partir dessa pesquisa empírica, enfatizando o potencial do mutualismo no estudo da classe operária e a maneira como ocorreu e influenciou a formação de uma identidade social em Campinas.

²⁴ SIQUEIRA, Uassyr. *Clubes e sociedades dos trabalhadores do Bom Retiro. Organização, lutas e lazer em um bairro paulistano 1915-1924*. Dissertação de mestrado, Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

Capítulo I

A cidade em transformação: os aspectos sócio-econômicos da região durante as duas primeiras décadas do século XX

1.1 Histórico de Campinas: da fundação aos anos 1920

O bandeirantismo do século XVIII na capitania de São Paulo promoveu a abertura de diversos caminhos em direção às minas de Goiás e Mato Grosso. Algumas vilas e povoados foram sendo formados, dando origem à ocupação do território paulista. Em 1722, três clarões abertos na mata¹, próximos a Jundiáí, deram início à construção da cidade de Campinas. O declínio da mineração reduziu a importância das estradas e pousos, estimulando a instalação dos primeiros colonos que originou o Bairro do Mato Grosso das Campinas (1745). Segundo Ricardo Badaró², esse bairro possuía 200 pessoas, que dependiam jurídica e administrativamente de Jundiáí. A primeira conquista foi o Cemitério Bento (atual Igreja de São Benedito), seguida pela autorização para construção da Igreja Matriz.

A administração e organização espacial eram responsabilidades de Francisco Barreto Leme, ocasionando na elevação do bairro à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiáí em 1774³. As primeiras ruas foram delimitadas, concentrando a atividade comercial, a igreja matriz foi erguida e o loteamento atraiu moradores da região. A área urbana

¹ Esses clarões fazem parte do centro histórico de Campinas, e correspondem as regiões do Largo Santa Cruz, Largo do Carmo e locais próximos ao bairro da Ponte Preta. Nesse período, havia estalagens e postos de trocas para os tropeiros, caracterizando a região como um entreposto comercial, de abastecimento e descanso. As propriedades existentes eram pequenas e voltadas para a subsistência, com a presença de poucos escravos.

² BADARÓ, Ricardo. *Campinas O despertar da modernidade*. Campinas: CMU/Unicamp, 1996.

³ A data oficial da fundação da cidade é 14 de julho de 1774, quando foi realizada a primeira missa na matriz de Campinas (atualmente na Praça Bento Quirino, no local onde foi erguido o monumento-túmulo a Carlos Gomes). A partir disso, Francisco Barreto Leme tornou-se o responsável por organizar e implantar as diretrizes urbanas transmitidas pelo governo central. O resultado das primeiras ordenações foi a criação de 3 ruas: a rua de Cima (atual Barão de Jaguará), a rua do Meio (atual Dr Quirino) e a rua de Baixo (atual Luzitânia).

definia-se pela prática do comércio e da religiosidade, caracterizando-se como um ponto de passagem.

O desenvolvimento da cultura açucareira na região trouxe poder econômico aos fazendeiros da Freguesia, tornando-a independente de Jundiá em 1797, quando foi elevada à Vila de São Carlos⁴. A própria arquitetura da cidade modificava-se, sendo construídos casarios e sobrados nos lugares das casas térreas. As primeiras inovações foram a construção de um paço municipal e de uma força (pelourinho), para simbolizar a justiça. O espaço urbano adquiriu uma outra dinâmica, tornando-se o centro administrativo, concentrando profissionais liberais, oferecendo outras possibilidades de lazer⁵. Nesse período começaram as primeiras tentativas de adoção do trabalho imigrante nas fazendas da região⁶, além da introdução do cultivo do café (1817).

A vila elevou-se à cidade de Campinas em 1842, período de auge na produção cafeeira. A menor força de trabalho requerida para seu cultivo e os preços internacionais foram fatores que estimularam a substituição da cana pelo café nos engenhos da cidade. A partir de 1850 essa cultura teve seus custos internos elevados por dois motivos: à distância com o porto de Santos e a proibição do tráfico negreiro. Entretanto, a superação das crises ocorreu a partir da construção das estradas de ferro e do uso das máquinas de beneficiamento. O desenvolvimento urbano foi acelerado com o aumento do contingente populacional (escravos⁷ e imi-

⁴ Segundo Ricardo Badaró, em estatística existente no AESP, Campinas possuía uma população de 2184 pessoas em 1798, composta por: 535 homens brancos; 516 mulheres brancas; 418 mulatos livres; 14 pretos livres; 621 pretos cativos e 80 mulatos cativos.

⁵ Deste período destacam-se as construções da Catedral (1807-1833); Teatro São Carlos (1814); Igreja do Rosário (1817) e da Casa do Conselho e Cadeia (1825-1830).

⁶ A primeira fazenda de Campinas a trazer imigrantes foi a Sete Quedas, em 1852, propriedade de Visconde de Indaiatuba. O pioneiro nessa prática foi o senador Vergueiro, trazendo a primeira colônia de imigrantes portugueses para a Fazenda Ibicaba, em 1842. Antes do incentivo estatal para a imigração, as iniciativas eram particulares, realizadas através de agências nos países europeus que recrutavam famílias para trabalharem no Brasil. Essas famílias, principalmente alemãs e italianas, eram transportadas para as fazendas e trabalhavam sob o regime de colonato. As péssimas condições de vida e de trabalho geraram várias greves no campo, e incentivavam ao êxodo rural. É importante investigar a relação da urbanização de Campinas com a imigração e esse movimento de fuga das pessoas, buscado indícios sobre a composição da população urbana.

⁷ Segundo o *Almanack da Província de São Paulo para 1873*, a população escrava de Campinas neste ano era de 13.412. De acordo com a bibliografia consultada, a cidade tinha a maior concentração de mão-de-obra escrava do estado e o regime mais violento e cruel. A cres-

grantes⁸) e a ampliação da atividade comercial, instalação de bancos e casas de créditos, além de fábricas.

A construção das ferrovias⁹ revitalizou a função comercial, aumentando a mobilidade de mão-de-obra, utilizando o trabalho assalariado e ampliou a influência de ideais europeus modernos na cidade. Campinas tornou-se um dos maiores entroncamentos ferroviários da América Latina, responsável pelo escoamento da produção de todo o interior paulista e pelo abastecimento da região.

Na década de 1880, surgiram muitas casas importadoras de implementos agrícolas, que rapidamente passaram a fabricar e concertar as peças existentes. O setor de fundição teve um desenvolvimento significativo, incentivado pela presença das ferrovias. A prosperidade econômica da cidade fica evidente nas construções de grandes palacetes, teatros, a finalização da catedral, hospitais, escolas, cemitérios. Campinas possuía uma população urbana maior que a da cidade de São Paulo, destacando-se no setor cultural através das figuras de Carlos Gomes e Ramos de Azevedo. Além disso, houve um investimento em infra-estrutura com a fundação da Companhia Campineira de Água e Esgoto (1887), telégrafo, serviço postal, iluminação a gás (1875), sistema de bondes de burro (1879).

No final dos anos 1880, a cidade é atingida por três fatos: 1) a abolição da escravidão; 2) a proclamação da República¹⁰; 3) a epidemia de febre amarela. O

cente pressão para a libertação dos escravos gerou um incentivo à imigração, por parte dos fazendeiros. Nos almanaques de Campinas do começo do século XX há várias menções à história da cidade, classificando-a como um dos berços do movimento abolicionista. Essa atitude pode ser interpretada como uma estratégia para renegar o passado, construindo uma memória para a cidade onde há a defesa da liberdade e dos direitos civis, aspecto importante para legitimar o poder político após a proclamação da República.

⁸ Em Campinas, a imigração iniciou-se com a vinda de colônias alemãs, seguidas de belgas, suíças, tirolesas, francesas, espanholas e, predominantemente a partir de 1870, italianas. Os imigrantes eram trazidos para executar o trabalho nas fazendas da região, mas a maioria não se adaptava às regras e ao modo de vida impostos, migrando para a cidade. Por causa disso, em muitas fazendas ocorriam greves rurais, que geravam a busca por alternativas para inibir a saída das famílias, tais como a instalação de mercearias, açougues, cinemas, bailes.

⁹ As principais ferrovias eram: Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais (inauguração dos trilhos – 1872) e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (inauguração dos trilhos – 1875). Outras foram instaladas na cidade em período posterior, como a Companhia do Ramal Férreo Campineiro (1889), a Companhia Carril Agrícola Funilense (1890) e a Estrada de Ferro Sorocabana (1914).

¹⁰ “Os três partidos políticos do Império – o liberal, o conservador e o republicano – se faziam representar na cidade e, a princípio, alternavam-se os dois primeiros no poder. Mas, o

último fato ocorreu de maneira inesperada, causando uma drástica diminuição no contingente populacional. As indústrias e o capital migraram para São Paulo, assim como os sobreviventes e os imigrantes que chegavam. A crise vivenciada na década de 1890 resultou na articulação de várias medidas e práticas sanitárias incorporadas ao cotidiano da cidade, além de uma reestruturação urbana¹¹.

No começo do século XX, a cidade voltou a receber moradores¹² e investidores, reativando sua produção industrial e o comércio. O regime republicano aumentou a força política do poder estadual, reforçando o incentivo à dinamização econômica. O trabalho livre e assalariado é predominante em todos os setores, cristalizando a inserção no modelo econômico capitalista. A maioria dos cargos políticos foi ocupada pelos grandes produtores cafeeiros, que também eram os investidores no setor industrial e de serviços públicos, adotando medidas para facilitar a instalação de indústrias.

A cidade sofreu um crescimento desordenado, com a especulação imobiliária resultando na formação de bairros proletários na periferia. A Vila Industrial é o primeiro desses bairros, sendo formado em função da Estação Ferroviária da Cia Paulista¹³. Grande parte dos ferroviários morava em casebres, construí-

partido republicano, em ascensão no país, fortalecia-se também em Campinas que, nos anos que antecederam república, tornou-se um dos principais centros de articulação e propaganda do novo regime." (Badaró, Ricardo, p 26).

¹¹ A Intendência Pública propõe medidas de saneamento básico, controle da higiene pública (através da nomeação de delegados e inspetores de higiene), obras para abastecimento predial de água e destinação dos esgotos, normas de higiene para a construção de prédios, canalização de córregos e pavimentação.

¹² "Esta população entretanto, alojara-se dentro do perímetro urbano já constituído no século passado, que houvera sido esvaziado pela febre amarela e posteriormente reurbanizado e valorizado pelas obras de saneamento e pavimentação, não justificando, a princípio, expansões significativas da área urbana." (BADARÓ, Ricardo, p 35).

¹³ A Estação da Cia Paulista, atualmente localizada na Avenida Andrade Neves, tornou-se a Estação Cultura, repartição da Secretaria da Cultura Municipal. A fundação da fachada principal, com o relógio e estação, ocorreu em 1884. Aos poucos, esse local tornou-se um complexo ferroviário com armazém, oficinas de reparos de locomotivas, vagões e carros, prédio administrativo, estação da Cia Mogiana. A Vila industrial surge próxima a esse complexo, em um local formado por chácaras e terrenos rurais. A distância do centro de Campinas facilitou o barateamento dos terrenos, utilizados para a moradia dos proletários e instalação de fábricas. As condições de vida eram precárias pois, este era o último local onde a infra-estrutura urbana chegava, as casas eram pequenas e amontoadas umas sobre as outras (até hoje algumas vielas estão preservadas, sendo possível observar as características dessas construções).

dos em vielas ou ruas estreitas, devido ao preço baixo dos terrenos e à proximidade do local de trabalho. Além dessa categoria, outros trabalhadores moravam nesse bairro, principalmente aqueles que trabalhavam nas fábricas ali instaladas, como o Curtume Campineiro, o Matadouro Municipal, Indústrias de massas e biscoito, bebidas, chapéus, sapatos. O comércio passou a concentrar-se nesse local, ampliando a região central de Campinas.

Nas décadas de 1910 e 1920, a cidade vivenciou greves e manifestações operárias. O evento mais estudado é a greve dos ferroviários da Companhia Paulista de 1906, que mobilizou a solidariedade de outros setores e companhias provocando grande prejuízo a região. Outra greve do setor ferroviário que prejudicou o escoamento da produção foi a dos empregados na Companhia Mogiana em 1920. Campinas já era reconhecida nacionalmente como um pólo de produção e escoamento, uma região comercial e dinâmica.

1.2. O desenvolvimento econômico da região

A cidade de Campinas destacou-se pela primeira vez no cenário econômico nacional com o cultivo da cana-de-açúcar. Segundo Semeghini¹⁴, essa cultura trouxe algumas características que facilitaram a adoção do plantio do café, tais como a diversificação do sistema viário da província e o surgimento da rede urbana, com o crescimento do trabalho artesão, do setor de serviços e comércio. O auge dessa atividade coincidiu com a implantação efetiva do café (década de 1830).

De acordo com Wilson Cano¹⁵, o estudo da dinâmica da economia cafeeira no estado de São Paulo pode ser dividido em quatro períodos distintos: 1) exploração escravista, onde a unidade típica é o latifúndio, o cultivo ocorria de forma predatória e o sistema de transportes era precário; 2) período ainda escravista, mas com a introdução do trabalho livre e algumas técnicas modernas de cultivo e beneficiamento (1850/1870); 3) predomínio da mão-de-obra livre, da presença das ferrovias e das máquinas de beneficiar; 4) estruturação do complexo cafeeiro capitalista (a partir de 1886). A partir da década de 1850, o cultivo de café em Campinas estava solidificado, utilizando o capital, as terras e a mão-de-obra destinados ao plantio da cana.

¹⁴ SEMEGHINI, Ulysses C. *Do café à indústria*. Campinas: Unicamp, 1991.

¹⁵ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: T Queiroz, 1977.

Entretanto, a baixa produção de café nas décadas de 1850 e 1860 impossibilitou margens de lucro altas, dificultando o investimento em melhorias nas condições de transporte e na implantação do trabalho imigrante. Na economia cafeeira predominavam as grandes propriedades auto-suficientes, caracterizando o núcleo urbano como:

“...existem 70 lojas de fazendas e ferragens, 126 armazéns de secos e molhados, e pelo menos outros 25 estabelecimentos diversos. Os armazéns de gênero de fora eram 20. As casas de comissões de importação em ponto grande eram três. Registram-se também três hotéis. Aparecem duas fábricas de cerveja, uma de velas, uma de chapéus, três de licores. Os estabelecimentos de artes e ofícios diversos (caldeiros, ferreiros, carpinteiros, marceneiros) eram mais de 60. Há uma tipografia e os bacharéis em Direito, que oferecem seus serviços, são 16. Funcionam na cidade sete escolas primárias e três secundárias. No campo cultural, há um teatro, e duas associações científicas.”¹⁶

A cidade tem um papel complementar no processo de acumulação que ocorria a partir da atividade agrícola, além de exercer a função de centro comercial e de comunicações.

Na década de 1870¹⁷ foram implantadas modificações que possibilitaram a formação posterior de um complexo cafeeiro capitalista, com a migração de escravos para as fazendas, o aumento do trabalho livre, o uso do arado, grades, rodos e máquinas de beneficiamento e a construção das estradas de ferro¹⁸. A ferrovia modificou drasticamente a economia da cidade, permitindo o aumento do lucro, a especialização na produção a partir da troca de mercadorias e a facilidade no deslocamento da mão-de-obra. Houve uma tendência para diversificar o capital acumulado, aplicando-o em companhias de estradas de ferro, fábricas, bancos e companhias de serviços públicos (bondes, água e esgoto, iluminação).

¹⁶ SEMEGHINI, Ulysses C. *Do café à indústria*. p 27.

¹⁷ Essas modificações foram possíveis devido ao cultivo de algodão na região, para abastecimento durante a Guerra Civil Americana (permitiu acúmulo de capital e utilização do trabalho livre); a crise comercial de 1864; a reforma bancária do Banco do Brasil em 1866 e a Guerra do Paraguai (a cidade era parada necessária das tropas, atraindo o capital financiador do conflito).

¹⁸ A primeira estrada de ferro construída na região foi a São Paulo Railway, em 1867, ligando Santos a Jundiá. Essa foi a única companhia baseada no capital estrangeiro (inglês), entretanto, a concessão territorial feita a ela permitiu o monopólio das terras que comunicavam o interior com o porto de Santos.

“O setor industrial, que se desenvolve em Campinas nos anos setenta e oitenta, foi estimulado por três ordens de fatores: o dinamismo da base agrícola regional, então em acelerado processo de expansão e de transformação, a ampliação concomitante do mercado (tanto rural quanto urbano) para bens de consumo e a implantação ferroviária. ... Em 1872, havia na cidade 22 estabelecimentos fabris: fábricas de cerveja, de cigarros, de chapéus, de sabão, carros e carroças, louças, máquinas agrícolas, fundições e um descaroador e enfardador de algodão.”¹⁹

O surto industrial desse período é caracterizado pela instalação de casas de importação, e posterior fabricação, de máquinas agrícolas (Companhia Lidgerwood, Companhia MacHardy); casas de fundição e marcenarias, principalmente para atender a demanda das Companhias de Estradas de Ferro; assim como as de vela e óleo vegetal (lubrificante para as ferrovias). Além disso, as ferrovias e a adoção do trabalho livre possibilitaram o acesso a outros mercados, a obtenção mais rápida de materiais importados, a abertura de filiais em outras cidades e o acúmulo de capital em outras atividades econômicas, transformando a lógica de organização da produção²⁰.

Em um levantamento descritivo, Ema Camillo²¹ apresenta as indústrias fundadas em Campinas de 1852 a 1887 (primeiro surto industrial). A autora identi-

¹⁹ SEMEGHINI, Ulysses. *Do café à indústria*. p 43.

²⁰ A explicação mais geral sobre os motivos geradores desse surto industrial é o aumento da renda interna com o café, o impacto ferroviário (velocidade e facilidade do transporte, complexo para instalação) e constituição do mercado de trabalho livre. Campinas era o principal centro agrícola e pólo de expansão para o Oeste, manifestando essa industrialização proporcionada pelas condições existentes na cultura cafeeira. Segundo o *Almanack de Campinas de 1886*, a cidade possuía os seguintes estabelecimentos industriais: caldeirarias; indústrias de cervejas; chapéus; carros e carroças; fundições; máquinas agrícolas; licores; vinagre; olaria; sabão e velas; massas; móveis e marcenaria; fiação e tecelagem; moagem de trigo; refinação de açúcar, calçados. Entretanto, também é notório a presença de fábricas de pequeno porte, que utilizavam maquinário na produção e matéria-prima importada. Elas pertenciam majoritariamente a famílias imigrantes, e tinham dificuldades em obter matéria-prima pela falta de incentivo, além de sofrerem com a concorrência estrangeira (não havia políticas para proteção da indústria nacional). As décadas de 1870/1880 correspondem ao período inicial da diversificação do capital proveniente do complexo cafeeiro, simbolizando as primeiras tentativas da implantação de modos de produção industrial e da comercialização em larga escala. É importante identificar as características desse movimento e a influência das ferrovias para a viabilização desse processo, pois indicam as formas como a economia se estruturava no período abordado nessa monografia.

²¹ CAMILLO, Ema E. R. *Guia histórico da indústria nascente de Campinas (1850-1887)*. Campinas: Mercado das Letras, 1998. A autora utilizou como fonte os anúncios nos jornais e almanaques,

ca esse período como coincidente ao início da expansão do café no oeste paulista, interrompido pela epidemia de febre amarela. De acordo com os dados, 40% dos empresários eram brasileiros natos, sendo os principais ramos de produção os de metalmecânicos e de material de transporte, além de produtos alimentícios, bebidas, chapéus, vestuário, móveis, calçados, óleos vegetais e sabão.

Os resultados do desenvolvimento econômico capitalista nos setores industrial e comercial podem ser visualizados nos fins da década de 1880. Há um balanço das atividades urbanas desse período na *Monografia histórica do município de Campinas*²², destacando a presença de 50 estabelecimentos atacadistas, 10 casas comissárias de café, 17 hotéis e restaurantes, 579 estabelecimentos comerciais no total, 29 colégios, 2 teatros, 2 bibliotecas públicas, 1 orquestra, 2 bandas, 17 sociedades diversas (socorros mútuos, literárias, recreativas, destacando-se o agrupamento de acordo com a nacionalidade, principalmente a alemã, italiana, espanhola e portuguesa). De acordo com Semeghini, nessa etapa a cidade integrou-se ao processo de acumulação de capital assumindo uma função de comando na organização econômica.

“Às suas tradicionais funções comercial e financeira, agora potencializadas com o crescimento da produção, somavam-se a ferrovia e a indústria, ao mesmo tempo em que a formação de um amplo mercado interno impulsionava de muitas formas os setores urbanos de produção e distribuição e de prestação de serviços.”²³

O trabalhador assalariado existia principalmente nas ferrovias, fábricas e comércio, adquirindo um peso cada vez maior no total da população. A imigração em massa e a abolição da escravidão foram fatores fundamentais para a constituição da reserva de mão-de-obra livre, possibilitando um segundo surto industrial (1886-1897), baseado no trabalho assalariado. O plantio de café havia se expandido para a região de Ribeirão Preto, assim como os trilhos das ferrovias, que direcionavam o fluxo migratório para essas fazendas. Em Campinas a produção de café decrescia, porém isso não significou uma estagnação da popu-

além dos arquivos particulares das indústrias. Devido a ausência de estudos sobre o caráter da industrialização em Campinas no período posterior a epidemia de febre amarela, busquei realizar um levantamento superficial sobre o tipo de indústrias existentes na cidade desde o final do século XIX até meados da década de 1920 nos almanaques e jornais consultados.

²² MONOGRAFIA Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

²³ SEMEGHINI, Ulysses. *Do café à indústria*. p 51.

lação, que cresceu de 41.253, em 1886, para 67.694 em 1900. Isso pode ser explicado pela continuidade do plantio, o retalhamento²⁴ das grandes fazendas, possibilitando o acesso a pequenas propriedades e a diversificação da produção agrícola, e pela atração da cidade e sua posição estratégica.

Apesar dos efeitos desastrosos da epidemia de febre amarela (1889-1896), a cidade recuperou-se rapidamente, voltando a obter uma população urbana e rural numerosa, assim como os estabelecimentos comerciais, fabris, bancários. Campinas perdeu a primazia na produção cafeeira do estado, mas estabilizou sua produção (até os anos 1920) estruturando uma economia industrial e comercial capitalista.

Através da leitura dos almanaques²⁵ e dos jornais da cidade, é possível obter informações sobre a organização econômica no período posterior a epidemia de febre amarela. Os almanaques são formados por duas grandes partes: uma destinada a anúncios de todos os tipos de serviços, indústrias e produtos oferecidos na cidade e região, e outra destinada a informações literária e estatística. Nessa segunda parte há dados sobre a história de Campinas, o calendário do ano, a época para o pagamento de impostos municipais, a composição do governo municipal, o histórico da imprensa, das companhias de estradas de ferro e da Igreja, a composição da direção de serviços públicos como o correio, o telégrafo nacional, a coletoria federal, a recebedoria de renda, a polícia, o foro e os membros da instrução pública e particular e de sociedades religiosas e civis. Na parte estatística apresentam um rico levantamento sobre as indústrias e profissões existentes na cidade, contendo o nome e endereço. Os jornais apresentam o mesmo tipo de informação, além de notícias sobre os acontecimentos em outras cidades, estados e países, os índices econômicos do país, os eventos sociais e episódios marcantes²⁶.

²⁴ Essa tendência se explica pelo fato dos fazendeiros buscarem mobilizar capital para a aplicação em outros setores, desvinculando-o da posse de terras.

²⁵ Essa documentação integra o acervo da Biblioteca do Centro de Memória / CMU, e abrange o período de 1892 a 1914. São eles: CARDONA, Francisco. ROCHA, José. (org.) *Almanach de Campinas literario e estatístico 1892*, Campinas: Typografia Cardona, 1893; OCTAVIO, Benedicto. LADEIRA, José Maria. (org.) *Almanach de Campinas para 1908*, Campinas: Typografia Casa Mascote, 1908; OCTAVIO, Benedicto. MELILLO, Vicente. (org.) *Almanach literario e estatístico de Campinas para 1912*, Campinas: Typografia Casa Mascote, 1912; idem. *Almanach literario e estatístico de Campinas*, Campinas: Typografia Casa Mascote, 1914.

²⁶ Devido ao número extenso de jornais consultados, os indícios são apresentados de acordo com as datas em que foram publicados os almanaques. Essa divisão cronológica é possível

Para a análise econômica da estrutura industrial em Campinas foram privilegiados os anúncios e as estatísticas referentes a esse setor, revelando a diversidade econômica da região, os ramos que predominavam e o tipo de serviços e produtos que oferecia. É interessante notar que há anúncios sobre estabelecimentos de alguns associados da Sociedade Humanitária Operária, como o de José Rodrigues Pinheiro sobre sua barbearia.

As informações sobre a história da cidade, dados sobre sua administração, serviços públicos, imprensa e biografia de figuras ilustres apresentam, em todos os tipos de artigos, a construção de uma imagem da cidade em progresso, valorizando seu aspecto urbano e produtora de riqueza para o Estado, reconstruindo sua história sob esse viés. Nesse cenário moderno, as estradas de ferro representam um dos meios viabilizadores desse desenvolvimento, juntamente com a cultura do café. A parte estatística dos almanaques permitiu a elaboração de quadros descritivos sobre as categorias de profissões e indústrias existentes em Campinas, com o número de integrantes em cada²⁷.

O almanaque de 1892 apresenta um grande número de anúncios de armazéns de secos e molhados, lojas de tecidos, de roupas prontas, alfaiates e casas de fundição. Também há um número considerável sobre marcenarias, hotéis, lojas de calçados e lojas importadoras de jóias. Um aspecto comum a todos esses locais é o fato de que, em geral, assumiam diversas funções: fabricação, conserto, armazenagem e importação dos produtos. Esse é o caso das lojas de tecidos/roupas e das fundições. Na maioria dos anúncios, eles destacavam a importação de certos produtos, o conserto desses e a fabricação de congêneres nacionais. Além disso, tanto mercadorias nacionais quanto estrangeiras eram comercializadas (em sua maioria francesas, inglesas, italianas e portuguesas).

No final do século XIX, os armazéns de secos e molhados ofereciam produtos alimentícios e bebidas, serviam como depósito para certos produtos e podiam ser importadores de determinados gêneros. Eles seriam os grandes responsáveis pela comercialização dos produtos essenciais, servindo desde a população mais sofisticada (com os produtos importados) até a população mais pobre (com os “gêneros da terra”, como pinga e fumo). O grande número desses estabelecimentos (confirmado no levantamento estatístico do almana-

pela semelhança das informações encontradas, podendo ser agrupadas nesses períodos propostos. Além disso, esse recurso facilita a análise e apresentação dos resultados obtidos.

²⁷ Esses quadros seguem anexados.

que) indica que a economia campineira nas décadas de 1890 e 1900 era dependente do comércio e, principalmente, do abastecimento por produtos importados, algo possível devido a presença das ferrovias (caracterizando-se como centro comercial e de abastecimento do estado). Contudo, fica evidente que a produção interna não sofria concorrência desses produtos, pois era especializada em gêneros diferentes. A importação complementava a variedade necessária para a formação de um mercado consumidor, responsável pelo abastecimento daquilo que não era produzido no Brasil.

Ainda na década de 1900, havia anúncios de laboratórios farmacêuticos, chapelaria, fábrica de móveis, oficina de mármore, agência de jornais, livraria e tipografia. A partir dessas informações, pode-se concluir que as atividades econômicas eram diversificadas, com a produção interna voltada para o abastecimento de gêneros alimentícios, vestuário e máquinas para a lavoura. Os outros serviços ainda eram escassos, mas já estavam presentes na cidade.

Nesse período, os anúncios destacavam a função oferecida pelo estabelecimento e o nome do proprietário, indicando que os consumidores apenas se identificavam com o serviço que buscavam, sem existir um comércio baseado no diferencial de cada produto. Não havia companhias ou sociedades anônimas no final do século XIX, sendo a grande maioria dos estabelecimentos pertencentes a proprietários individuais.

Os anúncios do almanaque de 1908 apresentam algumas modificações em relação ao período anterior. Além de numericamente mais significativos, a diversidade e composição textual também são diferentes. Na década de 1910, as importadoras especializaram-se em determinados produtos e marcas, como louças, ferragens, vidros, espelhos, bebidas (principalmente o vinho), além de roupas e sapatos. Essas casas continuavam a comercializar produtos nacionais, mas passaram a importar certos produtos ou marcas, oferecendo uma variedade maior. O grande destaque desse período, em relação a essas casas comerciais, é o fato de importarem produtos voltados para a construção civil e para a decoração das casas. Um dos aspectos da história de Campinas que ajuda a entender esse movimento, é o fato da cidade passar por uma expansão urbana nessa primeira década do século XX, decorrente de um aumento populacional significativo após recuperar-se da epidemia de febre amarela. É possível interpretar essa demanda como uma resposta pelas novas necessidades que surgiam

entre a população, buscando materiais, móveis e utensílios domésticos que complementassem a vida cotidiana citadina.

Uma das inovações nessa primeira década do século XX são os anúncios publicados por casas importadoras de produtos dos Estados Unidos, sendo que ainda predominavam os europeus (com destaque para os produtos alemães). É interessante notar que, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, os produtos norte-americanos chegavam ao mercado brasileiro, apresentando-se como alternativa aos europeus existentes. Outro diferencial, em relação a virada do século, são as casas de brinquedo e armarinhos, que também poderiam oferecer roupas e calçados. A oferta de brinquedos e objetos para a confecção de roupas evidencia a diversificação do mercado consumidor, a demanda por produtos mais específicos e a preocupação com uma outra faixa etária – a infantil.

O grande destaque nessas casas importadoras e/ou armazéns, era a função de comissários (emitir dinheiro para bancos na Europa e conseguir crédito) assumida no final da década de 1900. Ao desenvolverem essa atividade, proporcionaram à economia o crédito necessário para investimentos em outros setores, assim como a emissão das economias dos imigrantes para seus países de origem. Em sua maioria, essas casas pertenciam a estrangeiros, que mantinham contato com bancos ou casas comerciais nos países de origem. Segundo Dean, essas são características fundamentais para entender a formação da burguesia brasileira e como ocorreu a acumulação de capital que permitiu a industrialização.²⁸

O crescimento populacional que ocorreu após a epidemia de febre amarela (1889-1897), impulsionado principalmente pela imigração, é um dos fatores que explica a participação numérica maior dessa camada nas atividades econômicas da cidade. Além disso, as crises evidenciadas com a queda do preço do café nesse período, e posteriormente com a Primeira Guerra Mundial, explicam a necessidade de viabilizar o acesso ao capital para aplicá-lo de maneira diversificada.

A partir de 1908, aumentaram o número de anúncios de alfaiates e fábricas de chapéus, sendo também oferecidos os serviços de construção de hidrelétricas e fotógrafos²⁹. O aumento no número de alfaiates pode ser entendido co-

²⁸ DEAN, Warren. *A indústria de São Paulo 1880-1945*. São Paulo: Difusão Européia, 1977.

²⁹ Os fotógrafos destacavam a concessão de descontos nos serviços que prestavam para escolas e sociedades, além de oferecerem a fabricação de estandartes. Isso indica o grande número de sociedades existentes na cidade, que geravam a demanda por esse tipo de serviço.

mo uma demanda que se intensificava devido a importação de diferentes tipos de tecidos, principalmente ingleses, o que não excluía o comércio de roupas prontas. A demanda por chapéus também é expressiva, podendo ser resultado da influência francesa nos costumes e moda brasileira do período. O interessante é notar que, assim como no período anterior, eram importados chapéus de materiais mais refinados e, produzidos no mesmo local, aqueles com material disponível no Brasil e de preço mais acessível.

Os anúncios de cigarros nesse período aumentaram significativamente, principalmente sobre aqueles produzidos em São Paulo. É importante notar a constante presença de fábricas e importadores de bilhares, cigarros, vinhos e pinga. Esses artigos marcaram as opções de lazer dos operários, que muitas vezes foram condenados por diferentes setores da sociedade ao adotá-los. Também é inovador o fato de indústrias ou casas de importação de São Paulo publicarem anúncios em Campinas, indicando uma ligação mais próxima entre esses centros comerciais. Isso pode ser explicado pelo fato de muitas empresas terem migrado para a capital do estado durante a epidemia de febre amarela, porém a reestruturação da cidade possibilitou o contato comercial estável, proporcionado pelo transporte ferroviário. Nas décadas de 1860 e 1870, Campinas atendia ao mercado consumidor de áreas próximas, e essa tendência permaneceu na economia do estado que voltava sua produção para as cidades vizinhas e de outras regiões. Esse aspecto é importante para demonstrar que a articulação entre as cidades brasileiras foi um fator essencial para viabilizar a industrialização, justificando o destaque adquirido por Campinas como o centro ferroviário do país³⁰.

O conteúdo dos anúncios do almanaque de 1908 mudou, pois apresentavam a denominação própria de cada estabelecimento, seguida do nome dos proprietários, que apareciam acompanhados por terminações como companhia, & irmão, & filhos, etc. Isso indica a possibilidade de formarem sociedades anônimas, facilitando a expansão dos negócios e a captação de recursos para isso.

³⁰ O fato das ferrovias ganharem enorme prestígio na economia nacional parece ter marcado a forma como os trabalhadores deste setor eram reconhecidos na sociedade. Durante a epidemia de febre amarela, esses operários não puderam se ausentar da cidade, pois deveriam garantir a continuidade do funcionamento do transporte férreo. Além disso, eram expostos a uma disciplina rígida, e obtinham uma formação profissional diferenciada.

Um fato curioso desse processo, é que a maioria dessas companhias era formada pelos donos daquelas anunciadas na década de 1890, que se ampliaram com a participação de membros da família, indicando que a atividade ainda permanecia concentrada em certos grupos, em sua maioria estrangeiros que usavam sua origem européia para estabelecer relações comerciais.

O número de anúncios sobre estabelecimentos que ofereciam máquinas para a indústria e agricultura já não era tão expressivo, porém mostravam-se mais abrangentes, sendo produzidas especialmente para beneficiar arroz e café.

O almanaque de 1912 é o que apresenta o maior número de anúncios, contendo sobre estabelecimentos de São Paulo e Rio de Janeiro. Permaneceu o estilo anterior, onde havia nomes específicos para cada local comercial, além do nome dos proprietários. Um aspecto significativo é o número de propagandas sobre produtos e/ou marcas específicos, como o de remédios, máquinas para indústria ou agricultura, bebidas. Dessa maneira, pode-se entender a economia campineira no começo da década de 1910 como extremamente diversificada, em relação aos produtos oferecidos, e com grande número de estabelecimentos industriais que ofereciam serviços de infra-estrutura. Logo, a especialização na venda de determinadas marcas / produtos pode ser entendida como uma estratégia para vencer a concorrência. Isso evidencia a inserção do modo de produção nos moldes da economia liberal do século XX, pressionando os comerciantes a diferenciarem seus produtos para conseguirem o capital necessário para a expansão dos negócios. A falta de um protecionismo governamental para a produção e comercialização interna de mercadorias e maquinários nacionais, ocasionou na livre concorrência com os produtos importados que apresentavam melhor qualidade.

A estratégia campineira para essa situação foi a captação de capital através da venda de objetos importados específicos (as marcas passam a ser importantes aspectos para caracterizar uma casa comercial) e daqueles produzidos internamente, além do investimento na produção de bens de consumo a partir da matéria-prima existente no país (diminuindo os custos). Esses serviços eram realizados por pequenas e médias empresas, na maior parte de cunho familiar, facilitando o contato com os fornecedores do exterior. Um outro fator que dinamizava essa economia era a ligação interna dos mercados consumidores, ampliando as possibilidades de produção e comercialização. Na década de

1910, a consolidação desse modelo econômico permitiu a especialização daqueles estabelecimentos maiores (armazéns e casas comerciais) na concessão de crédito e emissão de moedas, sem que deixassem de comercializar seus produtos.

Outro aspecto que demonstra a variedade da demanda urbana e a intensificação dos serviços oferecidos na década de 1910 é o aumento dos anúncios de profissionais liberais como médicos, dentistas, barbeiros e, principalmente, advogados. Em muitas farmácias, havia também a presença de consultórios médicos demonstrando a ligação entre esses dois setores. Entretanto, é curioso que continuasse a existir anúncios em que barbeiros oferecem serviços de ventosas, uma prática medicinal existente desde o período colonial. Isso demonstra como as relações sociais urbanas eram complexas, provocando tensões entre o convívio de diferentes modos de vida.

Houve um grande número de anúncios de agências comerciais durante os anos de 1910, responsáveis por representarem determinadas casas comerciais, comprando e vendendo prédios, ações, letras, hipotecas. Essas casas demonstram que a expansão urbana promoveu a capitalização da terra, onde essa adquiriu valor de troca, estando sujeita a especulação imobiliária. Além disso, o grande número desses estabelecimentos indica a presença de setores da sociedade que, ao acumularem capital, podiam revertê-lo ao mercado em diferentes transações comerciais, que possibilitassem o lucro a partir do empréstimo. No caso de Campinas, eram na maioria estrangeiros que, conforme os anúncios anteriores, estiveram envolvidos com o comércio de gêneros importados e nacionais. Outro aspecto econômico que se pode deduzir desses anúncios, é a necessidade de colocar em circulação maior quantidade da moeda brasileira, como mostram os anúncios pedindo comercialização com dinheiro na hora, e não mais a crédito. “Em decorrência, essa diversificação de atividades é que exige, por sua vez, uma concentração financeira capaz de sustentá-la, que se traduz na atuação dos bancos e casas comissárias e dos capitalistas que se multiplicam pela cidade. Sobre estes, sua atividade é regulada em lei, pagando imposto para tanto.”³¹

³¹ LAPA, José. *A cidade Os cantos e os antros*. São Paulo: Edusp, 1996, p 282. Na nota de rodapé, o autor expõe qual lei, em AMARAL, Leopoldo *A cidade de Campinas em 1900 - lei nº 28, 21.12.1893, regulamento de 1.8.1894*, afirma que capitalista é o indivíduo, pessoa

Os anúncios de locais para refinação de açúcar, de curtumes, cerâmica, serviços de marmoraria, fábricas de carros, de charuto, de biscoito, chapelaria, fábricas de massas, bebidas, arados, semeadeiras, máquinas para beneficiar arroz e café, fábricas de fogão, de móveis, ladrilhos e flores artificiais aumentaram significativamente. As indústrias voltadas para a produção de maquinário agrícola continuavam expressivas na cidade, mas dividiam espaço com outros tipos de produção.

O destaque dos anos 1910 e 1920 é o grande número de importadores de ferragem, tubos de aço e materiais de construção. Com isso, havia também uma oferta imensa de serviços de funilaria, tanoaria, fundição, serraria, caldeiraria, além de anúncios sobre locais especializados em instalar encanamentos de água, esgoto e gás. Esses serviços estruturaram-se a partir da formação das ferrovias na região e das indústrias para produção de máquinas para beneficiamento. Conclui-se que esse desenvolvimento posterior do parque industrial campineiro resultou da infra-estrutura existente do final do século XIX com o desenvolvimento da economia cafeeira e das estradas de ferro (garantindo capital, mão-de-obra, mercado consumidor, abastecimento de matéria-prima e implantação dos serviços). Além disso, as indústrias alimentícias, de bebidas, vestuário e mobília puderam formar-se diante a importação anterior desses produtos, que criou uma demanda por eles.

No setor alimentício, nas décadas de 1910 e 1920 surgiam as importadoras de bebidas específicas ou de certos países, as frutarias, os açougues, restaurantes e, em grande quantidade, padarias. Além disso, continuou expressivo o número de armazéns de secos e molhados, que também podiam ser depósitos ou importadores de ferragem. Os anúncios de compradores de café, ferreiros, seleiros, marceneiros, instaladores de motores elétricos e lenhadores eram freqüentes. Característico desse período, era a oferta de serviços que garantiam a força motriz das indústrias, como a instalação de hidrelétricas e motores elétricos. Esse é mais um indício da formação de um parque industrial em Campinas, cujo abastecimento de matérias-primas (ferro) e tecnologia eram dependentes do mercado externo e de incentivos para a obtenção de infra-estrutura.

moral ou sociedade que der dinheiro a prêmio e a particulares ou em conta corrente em bancos ou instituição de crédito; os que fizerem transação e descontos de quaisquer espécies ou natureza, mediante caução ou hipoteca, sobre garantias de apólices ou título de personalidades jurídicas públicas, sociedades e corporações sobre ações de companhias, letras hipotecárias ou segurando as operações em espécies metálicas e pedras preciosas.

O anúncio de farmácias ocorria em grande quantidade, surgindo locais com especialização e/ou produção de remédio específicos. Esse ramo industrial também cresceu consideravelmente na cidade, colocando a existência de uma grande demanda por esse tipo de produto. Isso é importante para entender as condições de vida a que estavam submetida a população trabalhadora nas primeiras décadas do século XX, sobrevivendo às epidemias e doenças causadas pelas más condições de trabalho.

Continua expressivo o número de locais que comercializavam tecidos, armarinhos, brinquedos, mas destacam-se na década de 1910 os sapateiros e alfaiates que, em alguns casos, ligados a lojas que comercializam produtos prontos, faziam peças sob encomenda. Essa característica da economia campineira nos anos de 1910 e 1920 indica elementos necessários para a análise da constituição do operariado. É impossível definir como operário somente aqueles que trabalhavam em grandes fábricas e oficinas, uma vez que a diversidade da produção de bens resulta em uma variedade de ocupações.

Na área de lazer, além de bilhares, havia o anúncio de 2 cinemas e casas de instrumentos musicais, serviços de fotografia, restaurante e hotel. A presença de anúncios de hotel e pensões desde 1892, evidencia o caráter de ponto de passagem que a cidade assumiu desde a rota dos bandeirantes, e também indica que a entrada de imigrantes é cada vez mais expressiva nessa virada de século.

As crises sofridas com a queda do preço do café entre 1897 e 1911 impediram a expansão e aumento do plantio, que foram retomados em 1913 com a recuperação do preço internacional. Esse período de prosperidade teve um ritmo lento durante a Primeira Guerra Mundial, mas adquiriu uma aceleração com as geadas de 1918 e a intervenção do governo, estendendo-se até 1930. Em Campinas, a agricultura do século XX é marcada pela diversificação de culturas (açúcar, cereais, algodão), pela produção estável de café, pela engorda de gado, a industrialização da carne e a fruticultura. Entretanto, as áreas cultivadas com café permaneceram as mesmas, indicando que as outras atividades ocuparam espaços abertos na mata, expandindo a zona rural da cidade. O desenvolvimento do plantio de arroz, milho, feijão, algodão, frutas, verduras e legumes foi incentivado pela demanda do mercado interno, a proximidade com esses mercados e a facilidade para o abastecimento através das ferrovias. É interessante notar a importância que esse setor adquiriu, principalmente em Campinas, onde os jornais na década

de 1920 trazem freqüentes reportagens culpando a debilidade das estradas de ferro e de rodagem pela precariedade dos produtos exportados.

Outro fenômeno essencial da estrutura fundiária dessa época é o aumento dos proprietários imigrantes, basicamente em pequenas e médias áreas. Semeghini explica esse fato por causa da concessão de créditos a lavradores, pelo governo, para a compra de terras.

“E aqui está outro aspecto fundamental: as transformações que ocorreram nesse período nas estruturas agrícolas e agrária local criaram condições para que se estabelecessem relações diferenciadas e dinâmicas com o núcleo urbano. Do ponto de vista econômico, potencializaram assim a acumulação de capital e a diversificação da base produtiva; do ponto de vista social, contribuíram muito para que pudesse se estabelecer um segmento médio relativamente numeroso, composto dos próprios agricultores e de comerciantes, profissionais liberais, trabalhadores da indústria etc, que passaria a ser uma característica do município.”³²

Na década de 1920, as características da produção industrial em Campinas são descritas por Semeghini no quadro abaixo:

Indústrias	Nº de Ind.	%	Nº de Oper.	%
Indústrias Rurais	22	24,2	757	26,4
Fabricação de Máquinas	3	3,3	267	9,3
Produtos alimentares	5	5,5	19	0,6
Bebidas	6	6,6	144	5
Fumo	3	3,3	100	3,5
Metalurgia	7	7,7	88	3
Têxtil	2	2,2	765	26,7
Móveis	7	7,7	60	2,1
Material de Transporte	3	3,3	24	0,8
Sabão	2	2,2	112	3,9
Vestuário	5	5,5	103	3,6
Couros	3	3,3	62	2,2
Tipografias	5	5,5	99	3,4
Madeira	3	3,3	120	4,2
Diversos	15	16,5	145	5,0
Total	91	100	2.865	100

³² SEMEGHINI, Ulysses. *Do café à indústria*. p 74.

O autor afirma que a implantação fabril no município continuou obedecendo a evolução da base agrícola local, o mercado de bens de consumo e a importância da cidade como entroncamento ferroviário. Tornaram-se significativos os setores têxtil, alimentício, de bebidas e mobiliário, permanecendo estáveis o de maquinário agrícola e metalurgia. É interessante notar o expressivo crescimento de estabelecimentos de pequeno porte, disseminados em vários ramos, principalmente a partir dos incentivos municipais à instalação de fábricas em 1908.

A estrutura econômica de Campinas dos fins do século XIX até a década de 1920, investigada na documentação e na bibliografia, possibilita a contextualização da fundação e funcionamento da Sociedade Humanitária Operária. Esse aspecto permite explorar os significados da organização do sistema de produção capitalista na composição e mobilização operárias da cidade.

1.3 . A vida social na cidade

Segundo Lapa³³, a cidade de Campinas transformou-se de senhorial para burguesa no período de 1850 a 1900 como resultado das inovações vivenciadas com a cultura do café.

“Ser moderno no caso é ser republicano e abolicionista, imigrantista e amante do progresso, higiênico e sintonizado com o que ia pela Europa e Estados Unidos, considerados modelares para serem transplantados, em muitas de suas soluções e costumes, para Campinas, então cenário ou protagonista de movimentos que aceleravam a sua velocidade histórica, redistribuíam seu espaço, tornavam suas noites mais claras e melhor aproveitadas, alterando suas formas de utilização das horas diurnas, a qualidade de vida, o viver na cidade enfim.”³⁴

O autor admite que essa modernidade traria benefícios a poucos setores, buscando compreender como se estruturaram as relações sociais dentro do ambiente urbano e quais os conflitos³⁵ com as tradições e costumes preservados.

³³ LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade Os cantos e os antros*. São Paulo: Edusp, 1996.

³⁴ Idem, p 19.

³⁵ A adoção dessa modernidade implica na defesa de um ideal burguês de viver, onde há um controle social e disciplinar sobre a vida pública e privada, procurando racionalizar o uso do espaço, regulamentar normas de higiene, moral e atuação profissional.

A imprensa noticiava com grande entusiasmo a implantação de novidades, principalmente a partir da década de 1870, como a adoção da iluminação pública a gás (Companhia Campineira de Iluminação a Gás - 1875); linha de bondes a tração animal (1879); telefonia (Empresa Telefônica Campineira - 1884); água encanada (1887); bondes elétricos (Companhia Campineira de Carris Elétricos - 1888); serviços de água e esgoto (1891-1892); cinematógrafo (1895); emplantamento das ruas e numeração das casas e túmulos (1895); calçamento das ruas (década de 1890).

Inaugurações de prédios também movimentavam a cidade, pois utilizavam material e mão-de-obra, técnicas e soluções, dimensões, divisões e usos, funcionalidade e estética que proporcionavam a construção de espaços que consideravam os homens em conjunto e em movimento, aglomerados e circulando. As principais obras desse período são: Santa Casa de Misericórdia (1876); Rincão de Patinação (1878); Sociedade Beneficente Portuguesa (1879); Escola Correa de Mello (1881); Matadouro Municipal (1881); Catedral (1883); Estação da Estrada de Ferro Paulista (1884); Circolo Italiani Uniti (1884); Igreja São Benedito (1885); Estação Agrônômica (1887); Escola Ferreira Penteado (1893); Cadeia Nova (1896); escritórios da Companhia Mogiana (1896); Liceu de Artes e Ofícios (1897); Primeiro Grupo Escolar (1897). Os bancos eram numerosos nesse período, sendo eles: Banco Mercantil de Santos (1873); London and Brazilian Bank (1873); Banco de Comércio e Indústria (1883); Banco União de São Paulo (1883); Banco dos Lavradores; Banco do Brasil e Banco da Província.

A imprensa campineira teve um papel fundamental na mobilização social ao noticiar e opinar sobre as modificações que ocorriam, além de abrir espaço para que os diferentes grupos se comunicassem. Também era um meio para dinamizar o comércio e os serviços prestados (através dos anúncios), informando sobre a situação econômica nacional e mundial.

As disputas ideológicas ocorriam através dos periódicos desde a década de 1870, com a fundação da *Gazeta de Campinas* (1868/1882 - republicano) e *d'O Constitucional* (1874/1876 - monarquista). O primeiro jornal diário foi o *Diário de Campinas* (1875/1901), bastante popular e defensor da abolição da escravidão. Custeado por vários cidadãos, composto em sua maioria por noticiários e sem radicalismos políticos, foi fundado o *Correio de Campinas* (1885/1919). Em 1886, a *Cidade de Campinas* é lançada, adquirindo repercussão nacional devido

aos furos jornalísticos, terminando suas atividades em 1915. O *Comércio de Campinas* (1900/1920) foi criado por Henrique Barcelos, defensor dos interesses coletivos e sem filiação partidária. O *Diário do Povo* (1912) foi um dos últimos períodos a surgirem antes das modificações na imprensa, que reformularam o conteúdo das reportagens e encareceram o maquinário para a publicação, diminuindo o número de jornais.

O único jornal operário localizado foi *A Voz operária*, de 1907. Nesse exemplar há uma reportagem retratando o lançamento do periódico, em 1906, com a intenção de ser publicado mensalmente. Entretanto, “os grandes afazeres” impediram a realização disso. O programa inicial definia como missão do jornal a defesa “da classe que sempre vive maltratada e explorada pela burguesia capitalista”, além de se comprometer em fazer a propaganda pelas 8 horas de trabalho. “Não importando que sejam católicos ou não, monarquistas ou republicanos, socialistas ou anarquistas, nacionais ou estrangeiros”, o jornal operário se orgulhava em cumprir essa meta, apesar dos ataques da Igreja Católica contra iniciativas da Liga Operária na área da educação. O objetivo dos redatores era viabilizar a publicação mensal do periódico, para que os operários denunciassem as arbitrariedades e defendessem a classe.

A urbanização de Campinas foi controlada pelo poder público através de Códigos de Postura (1858, 1864, 1866 e 1880), que regulamentavam o modo como o espaço deveria ser ocupado, a maneira como as pessoas deviam se comportar e se relacionar. Esses códigos procuravam ordenar e racionalizar a vida na cidade, permitindo o convívio pacífico e saudável. Entretanto, eles eram elaborados a partir dos interesses da classe que detinha o poder, sendo impostos autoritariamente, ignorando os outros modos de viver. Os conflitos, negociações e assimilações de práticas e valores nesse processo caracterizam a formação das identidades e das estratégias adotadas para a defesa dos interesses e melhorias.

A descrição da visita do Imperador a Campinas, em 1886, apresenta indícios sobre a organização social da cidade nesse período. Houve a nomeação de uma comissão para a preparação da recepção³⁶, que resultou no desfile da comitiva imperial pelas ruas, entre alas formadas pelas seguintes bandas: Banda de

³⁶ Essa comissão era composta por Barão de Itapura, deputado Comendador Geraldo de Rezende, dr José Joaquim Baeta Neves, Gabriel Dias da Silva e Joaquim Quirino dos Santos.

Música Italiana, Sociedade 14 de Juillet, Hespanhola Mendez Nunez, Sociedade Alemã Concórdia, Beneficente Lidgerwood, Oito de Julho, Club Mac-Hardy (com estandarte e operários com bandeiras), Confederação Italiana e suas escolas, Beneficente Arens, Banda Camões, Germania, Portuguesa Beneficência, Circolo Italiani Uniti e sua escolas, além de outras.

A vinda do Imperador foi promovida pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, resultando na sua passagem por todos os locais que participaram da recepção. A visita às indústrias revelou a presença de 140 operários na Arens Irmãos (fabricação de maquinário agrícola); 190 operários e aprendizes na Lidgerwood (oficina de fundição, serralha e pintura); 150 operários e aprendizes na Companhia Mac-Hardy (oficinas de fundição, pintura, ferraria e carpintaria), além de 45 operários na Casa Mac-Hardy; 41 operários e 10 aprendizes na serralha a vapor de Francisco Krug e na Fundição da viúva Faber e Filhos; 32 operários no curtume de Pedro Arribaut. Os empregados da Companhia e Casa Mac-Hardy possuíam o Club Mac-Hardy, um clube recreativo, literário e beneficente, que mantinha uma biblioteca e uma banda. Outras indústrias expressivas na cidade daquela época eram: Fábrica Bierrenbach (chapéus, enfiamento de algodão, fundição em ferro e bronze, implementos agrícolas e peças para indústrias. A indústria chegou a ter 300 operários, foi a primeira a admitir mulheres e a adotar as máquinas de costura Singer); fábrica de meias de José Ferreira Penteado (as meias produzidas eram denominadas “meias de imigrantes”, pois eram de qualidade inferior às alemãs. A fábrica possuía doze teares, empregando 12 moças); fábrica de café moído, sal refinado e fubá de Antonio José da Silva; fundição, serralha e carpintaria de Pedro Anderson; oficinas da Companhia Mogiana e Paulista.

A maioria das associações era organizada em função da nacionalidade, sobressaindo as italiana, alemã, espanhola e portuguesa. O Imperador visitou escolas, hospitais, sociedades e bandas mantidas a partir da união dos imigrantes, que não excluía a participação de brasileiros e/ou outras nacionalidades nos serviços que prestavam.

As epidemias de febre amarela que abateram a cidade em 1889, 1890, 1892, 1896 e 1897 diminuíram o ritmo do crescimento econômico e populacional³⁷,

³⁷ Além da saída de diversos estabelecimentos fabris e comerciais para a cidade de São Paulo, o fluxo migratório diminuiu drasticamente (apenas 292 imigrantes entraram na cidade em

resultando na adoção de medidas públicas de saneamento, higiene e saúde pública, mudando alguns caracteres da vida urbana. As providências tomadas seguiram o conhecimento médico-científico da época, baseando-se na identificação de miasmas e no ataque a condições anti-higiênicas.

As primeiras medidas foram a irrigação das ruas, barricas de alcatrão queimando durante todo o dia e fogueiras de ervas aromáticas; em seguida, a eliminação de fossas negras, o aterro dos pântanos, a canalização dos córregos (obras de saneamento básico). Para o tratamento dos doentes, foi criado o Lazareto do Fundão (1889), próximo ao cemitério, com recursos municipais e provinciais. Em 1897, ele passou a ser chamado de Hospital do Isolamento. Algumas práticas de higiene foram adotadas, tais como a desinfecção de caixões e o uso de urinóis.

As condições básicas de higiene e saneamento eram de responsabilidade do poder municipal³⁸, ocasionando na adoção de medidas que provocaram transformações na organização da cidade.

“Assim, teve sua paisagem modificada com a movimentação da terra, a retificação de córregos que costumavam transbordar, a arborização das ruas, a abertura de valas para assentamento de canos d’água e esgotos, a drenagem de pântanos e charcos, o calçamento das ruas. Passou-se também a fazer a limpeza sistemática das ruas e a coleta de lixo dos quintais.”³⁹

De 1896 a 1898, a Comissão Sanitária de Campinas foi chefiada por Emílio Ribas, que promoveu um projeto para limpeza, drenagem e desinfecção da cidade, dividindo-a em 5 distritos sanitários, com um inspetor para cada. Essas medidas foram as responsáveis pela erradicação da epidemia de febre amarela, consagrando Emílio Ribas.

Essa Comissão permaneceu instalada no Desinfectório Central de Campinas até 1918, onde armazenavam medicamentos, produtos para a limpeza dos locais contaminados, ofereciam serviços hospitalares, de inspeção, isolamento, remoção de cadáveres e enterramento. A Câmara legislava sobre as medidas

1890), o índice de mortalidade aumentou (no auge da epidemia, foram registrados 30 óbitos diários) e o êxodo foi enorme. Isso desorganizou a vida na cidade, tornando caótica a prestação de serviços.

³⁸ Essa função do poder municipal modificou-se em 1896, quando os serviços de higiene e sanitários foram centralizados pelo poder estatal.

³⁹ LAPA, José R. A. *A cidade Os Cantos e os Antros*, p 262.

propostas pela Comissão, criando uma política de saúde pública, com o respaldo da força policial para o seu cumprimento. O financiamento para a reurbanização da cidade ganhou um reforço com a verba destinada pelo poder estatal.

Após a proclamação da República, os poderes foram descentralizados e a arrecadação de impostos garantia a verba necessária para a administração. Nos municípios houve a criação do poder executivo, separado do legislativo, exercido pelos Conselhos da Intendência Municipal, cujos membros eram nomeados pelo Governador. Em Campinas, a primeira Câmara foi instalada em 1891, chefiada pelo Intendente (prefeito), agora escolhido pelos vereadores. A base da arrecadação municipal era as subvenções e as taxas/impostos (sobre indústrias, profissões, mercadorias, transportes), podendo ser complementada com empréstimos, emissão de ações ou letras e venda de terrenos municipais. Dessa maneira, a proximidade entre os poderes municipal e estadual foi reforçada, principalmente na implantação de medidas higienizadoras⁴⁰.

A dinâmica social foi modificada com a epidemia, surgindo uma legião de órfãos e mendigos que vagavam pela cidade. A partir da iniciativa privada, foram criadas diversas instituições para resolver essa questão: Liceu de Artes e Ofícios (1897 – orfanato que ensinava as funções de tipografia, encadernação, alfaiataria, carpintaria e sapataria); Asilo dos Mendigos / Inválidos (1904); Sociedade Protetora dos Pobres (1889 – promoveu campanhas para assistir as pessoas carentes); Sociedade Cruz Verde (1889 – associação de brasileiros e italianos para prestar socorros aos doentes da epidemia). A preocupação com a saúde pública fez com que a iniciativa privada criasse uma rede de hospitais, enfermarias, clínicas, asilos e associações⁴¹ para solucionar os problemas originados pela epidemia doenças posteriores.

⁴⁰ A grande preocupação das classes dominantes na virada do século XX era a erradicação de epidemias urbanas, pois colocavam em risco a vida de toda a população. Entretanto, reconheciam a origem das doenças na pobreza e nos costumes das classes trabalhadora e mais pobres, buscando racionalizar e higienizar seu modo de viver.

⁴¹ Segundo levantamento elaborado a partir da leitura da bibliografia e documentação, várias associações compostas por operários foram fundadas na virada do século XX. As sociedades e clubes citados não devem ser interpretados como respostas aos efeitos da epidemia, pois a organização dessas instituições envolvem fatores mais complexos. Entretanto, é interessante perceber que o período republicano inicial é marcado pela atuação de grupos particulares para concretizarem suas demandas sociais. A listagem com as associações segue anexada.

Outra modificação foi o aumento no número de médicos residentes na cidade, que passaram a participar das políticas municipais.

“Nessa linha, em nome da ciência e portanto do saber que detêm, os médicos de Campinas sabem que a integração da medicina com o Estado e seus aparelhos é reclamada em nome de uma reciprocidade que assegura o êxito do controle social.”⁴²

A preocupação em garantir meios eficazes para o domínio da sociedade é constante durante as duas primeiras décadas do século XX. O crescimento populacional após a epidemia foi rápido, atingindo a marca de 20.000 habitantes na área urbana em 1900. Entretanto, até o final da década de 1910, a taxa de crescimento da população em Campinas permaneceu abaixo da média estadual. Isso pode ser explicado pelo baixo fluxo imigratório, que de 1882 a 1900 representou a entrada de 10.631 imigrantes na cidade⁴³.

A partir de 1918 a situação foi modificada, elevando-se a taxa de crescimento populacional em função da migração. O incentivo estatal para a valorização do café e o processo de industrialização na cidade atraíram pessoas de todo o país, principalmente da região nordeste. Entretanto, a presença dos estrangeiros ainda era expressiva, compondo 20% da população urbana.

Dentro dessa diversidade social, os interesses e acesso aos direitos civis no regime republicano são diferenciados, permitindo a construção de identidades que defendiam visões de mundo e necessidades comuns, em oposição aquilo que impedia a concretização da cidadania plena. Num contexto de industrialização crescente, o operariado surgiu como a figura mais temida pelos detentores do poder político e econômico. Esse embate aparece explícito em maio de 1891, quando os trabalhadores campineiros fundam o “Club do Partido Operário”, uma sociedade representante das classes trabalhadoras, reunindo 460 sócios após um ano de funcionamento⁴⁴.

⁴² LAPA, José R. A. *A cidade Os Cantos e os Antros*, p 267.

⁴³ Até 1886, prevaleceu a imigração individual para o Brasil. Segundo Rosana Baeninger, após essa data, ocorreu principalmente a imigração familiar. A autora afirma que de 1882 a 1900, do total de 10.631 imigrantes que chegaram a Campinas, 75% era italiano, 11,3% portugueses, 7,9% espanhóis, 3,9% alemães e 1,8% outras nacionalidades.

⁴⁴ CARDONA, Francisco. ROCHA, José (org). *Almanach de Campinas Litterario e Estatistico: 1892*. Campinas: Typ Cardona, 1892, p 248.

As iniciativas para suprir a cidade com os serviços públicos necessários eram realizadas pelo capital oriundo do café e das indústrias / comércio, logo, seguiam os interesses desse setor. Nos jornais, é muito comum ocorrerem reclamações da população que mora nos bairros proletários e mais afastados do centro, sobre a falta de infra-estrutura urbana, destinada apenas aos locais onde as pessoas mais privilegiadas residiam. Os trabalhadores buscavam alternativas para obterem esses serviços, além de meios para lutarem pelo fim da desigualdade e exploração. O regime republicano evidenciou o isolamento político e social desse setor, impondo como alternativa para sobrevivência a organização em diferentes tipos de associações⁴⁵.

⁴⁵ Além das associações operárias citadas no início desse item, houve uma série de sociedades recreativas e culturais fundadas em Campinas nos fins do século XIX. Esse fato indica que a vida urbana exigia de seus moradores uma ação em conjunto para que pudessem construir um espaço e obterem a aceitação social para realizarem determinadas práticas. Nesse processo de agrupamento, a identidade é construída a partir das experiências cotidianas semelhantes e de um referencial cultural comum. O estudo de uma associação mutualista operária traz os indícios necessários para a investigação sobre o modo de vida desses trabalhadores e como se representavam socialmente. A listagem das sociedades segue anexada, tendo sido retirada do livro de José R. A. Lapa, *A cidade Os cantos e os antros*, 1996.

Capítulo II

Um estudo de caso: Sociedade Humanitária Operária

2.1 - Descrição das fontes

A documentação produzida pela Sociedade Humanitária Operária, integrada ao acervo do Arquivo Histórico do CMU / Unicamp, consta de 15 livros correspondentes a três tipos: livros de atas de sessões de diretoria e assembléias gerais ordinárias e extraordinárias; livro de caixa e livros de matrícula¹. Além disso, foram localizados artigos e os estatutos da década de 1970. A leitura dessas fontes possibilitou a reconstrução da forma como essa associação foi organizada e como atuou no período abordado.

Os livros de atas de sessões de diretoria e assembléias gerais e o do caixa apresentam um carimbo da Sociedade na primeira folha², sendo que o livro de matrícula possui o seguinte cabeçalho, em verde:

“Sociedade Humanitária Operária
Fundada em 18 de Setembro de 1897 – Campinas”

As atas das assembléias possuem uma estrutura textual semelhante, composta de: cabeçalho (com data, local, horário, tipo de sessão, número de membros presentes, segundo livro de presença); abertura (o presidente declara aberta a sessão, autorizando 1º secretário a ler a ata anterior, sendo discutida e

¹ Os livros de atas de Assembléias de Diretoria e Geral são: Livro 01 (18/09/1898 – 04/10/1903); Livro 02 (19/10/1903 – 15/09/1909); Livro 03 (26/09/1909 – 30/09/1915). Os livros de atas de Assembléias Gerais são: Livro 04 (21/09/1913 – 21/09/1941) e Livro 09 (20/09/1942 – 27/09/1969). Os livros de atas de Assembléias de Diretoria são: Livro 05 (13/10/1915 – 09/10/1920); Livro 06 (09/10/1928 – 28/11/1933); Livro 07 (15/12/1933 – 09/05/1939); Livro 08 (13/06/1939 – 27/06/1945); Livro 10 (11/07/1945); Livro 11 (12/05/1949 – 19/05/1949); Livro 12 (15/05/1953 – 19/12/1973). O Livro de Caixa é o 13 (09/1917 – 11/1929). Os livros de matrícula são: Livro 14 (28/10/1898 – 01/12/1934) e Livro 15 (01/12/1934 – 20/09/1945).

² O carimbo da Sociedade é de cor verde, a mesma escolhida para elaboração do estandarte, com a provável reprodução do símbolo que a representava. Ele está reproduzido no Anexo.

aprovada); expediente (leitura dos ofícios da secretaria, a resposta a eles e/ou discussão na ordem do dia. Além disso, são lidos os nomes dos sócios propostos); ordem do dia (apresentação do balanço financeiro pelo tesoureiro e, trimestralmente, pela comissão de contas; exposição dos socorros distribuídos, dos sócios que ficaram doentes, daqueles que serão eliminados e a discussão de questões relevantes para funcionamento da Sociedade) e encerramento (após todos terem se manifestado, o presidente declara o fim da sessão).

O livro de caixa divide o registro da movimentação financeira na listagem do capital que a Sociedade recebeu no mês (nomeando sua origem) e dos gastos (como impostos, material para secretária, auxílios aos sócios, porcentagem do procurador, luz, anúncios no jornal, etc).

E, por fim, o livro de matrícula, apresenta em cada página o cabeçalho acima citado, e o espaço para registro de quatro sócios, com os seguintes termos: número da matrícula, nome do sócio, data de entrada na Sociedade, data de remissão, nacionalidade, idade, estado civil, profissão, residência, sócio proponente, data da sessão em que foi aceito e observação. Na maioria dos casos, os campos não são completamente preenchidos e, através da leitura das atas, verifica-se que nem todos os sócios foram registrados.

A partir da leitura detalhada dessas fontes, as diretorias foram numeradas de acordo com seus mandatos, que eram anuais, totalizando 28 (uma Provisória e 27 regulares) no período de 1898 a 1923. O próximo passo foi separar as diretorias em períodos, de acordo com os objetivos realizados nas administrações. São eles:

PERÍODO I: 18.09.1898 a 14.09.1903 (Diretoria Provisória – Diretoria VI)

PERÍODO II: 04.10.1903 a 11.09.1908 (Diretoria VII – Diretoria XI)

PERÍODO III: 20.09.1908 a 10.09.1917 (Diretoria XII – Diretoria XX)

PERÍODO IV: 16.09.1917 a 16.09.1923 (Diretoria XXI – Diretoria XXVII)

O Período I corresponde à formação da Sociedade, onde há a definição dos valores e meios para viabilizar a prestação dos socorros e a manutenção do fundo social. O Período II é marcado pela aquisição de bens que simbolizam materialmente a existência da Humanitária Operária, como o estandarte e a sede própria. Nesse momento houve um envolvimento da diretoria da Sociedade com diversas associações, participando de vários eventos sociais, fato inédito durante o primeiro período. O Período III representa o momento em

que a administração sistematiza suas formas de arrecadação e distribuição de auxílios, possibilitando o acúmulo de capital empregado em imóveis e oferecimento de hipotecas, uma inovação nos serviços prestados, demonstrando a concretização de objetivos diferentes daqueles inicialmente propostos. O Período IV inicia-se com a crise vivida pela associação durante a epidemia de gripe espanhola, terminando com sua recuperação econômica, que marcaria um novo rumo na administração. Esse período foi marcado por uma forte crise financeira e por estratégias que procurassem ampliar o envolvimento do associado com a Sociedade. Pela primeira vez, passaram a mobilizar elementos para a criação de uma memória, referente ao que seria um sócio ideal, defendendo um comprometimento moral e emotivo para proporcionar uma estabilidade na arrecadação das mensalidades.

Após a leitura e anotação dos dados existentes sobre cada sócio registrado, divididos nas etapas estabelecidas, foram elaborados quadros com a quantificação das características descritas, como a nacionalidade, a idade, o estado civil, a profissão e local de residência.³ Os resultados obtidos são contrastados com o funcionamento de cada período.

O estatuto localizado foi registrado após reformas e aprovação em assembléia geral extraordinária de 21 de abril de 1970. Ele contém 13 capítulos e 84 artigos que reafirmam práticas administrativas adotadas no início da Sociedade, permitindo acompanhar as permanências e rupturas em sua forma de atuar. Além desse registro, há também o anúncio da Humanitária Operária no *Diário Oficial*, de julho de 1906, para legalizar seu funcionamento. Esse episódio e o conteúdo do ofício serão detalhados posteriormente. As outras reportagens referentes à Sociedade retratam a comemoração dos 60 anos de existência (18.09.1957 / *Correio Popular*) e a vitória na justiça para reaver um patrimônio (24.10.1976 e 7.11.1976 / *Correio Popular*). Apesar dessa documentação não se referir ao recorte cronológico adotado, ela é importante para a obtenção de informações sobre a história da Sociedade.

³ Os quadros estão anexados.

2.2 - O funcionamento da Sociedade Humanitária Operária

Inicialmente será feita a exposição dos traços gerais, que permearam todos os períodos analisados, referentes à dinâmica administrativa da Sociedade. A primeira ata do livro 01, apresentando a formação da Humanitária Operária, é datada de 18 de setembro de 1898. Tal registro é contraditório com o encontrado no livro de matrícula, mas não foi possível localizar maiores informações que explicassem esse fato. Os únicos indícios referentes mostram que, em setembro de 1899 os sócios organizaram uma comemoração do primeiro aniversário da Sociedade, portanto, reconhecendo como data de fundação o ano de 1898. Porém, em 1907, a Sociedade recebeu congratulação de uma outra associação pelo seu 10º aniversário, em 1957 comemorou seus 60 anos de existência e apresentou no registro dos estatutos a data de fundação como sendo 18 de setembro de 1897.

Nessa mesma ata ficaram explícitos os objetivos que norteariam a atuação da associação: o auxílio a enfermos graves e em caso de morte. A prestação desses auxílios foi reestruturada ao longo do tempo, mas permaneceu como a característica fundamental da Sociedade, através da qual era identificada. A escolha de seu nome se dá nessa sessão, mostrando que entre os vários propostos, a maioria optou pelo de Sociedade Humanitária Operária. Isso reflete que entre os fundadores havia um reconhecimento de que a identidade operária os distinguia do restante da sociedade, e proporcionava a possibilidade de se articularem em torno dela para criarem um espaço onde pudessem atuar em benefício próprio. A opção pelo Humanitária também indica como significavam os serviços que a Sociedade oferecia.

Ainda partindo dessa ata, a formação da diretoria provisória ocorreu mediante a “aclamação da Assembléia Geral” para os cargos de presidente, secretário e tesoureiro. Durante todo o período analisado, a diretoria foi eleita pelos sócios por voto secreto, com mandato anual. A eleição ocorria nas assembléias gerais ordinárias, no mês de setembro, com a convocação dos associados através de anúncios nos jornais de Campinas. Nessas, a abertura era feita pelo presidente em exercício, que explicava o motivo da convocação e pedia à assembléia que nomeasse um presidente para comandar os trabalhos. Esse, ao tomar o seu lugar, indicava dois nomes para serem os secretários, que

deviam organizar a eleição e fazer o registro em ata. Em seguida, havia as leituras e discussões do relatório presidencial, balancete do tesoureiro e parecer da comissão de contas (também eleita por sócios). Após a aprovação, os trabalhos eram suspensos para que os sócios pegassem suas cédulas. Reaberta a sessão, o presidente da mesa indica dois nomes para serem os escrutinadores, que faziam a chamada, através do livro de presença, para que os sócios depositassem as cédulas. Depois, realizavam a apuração. O resultado era registrado em ata, com os nomes dos eleitos e dos outros votados.

Outro aspecto já presente nessa ata de fundação, e que permaneceu por toda a administração, foi o fato do presidente nomear as comissões para reforma de estatutos, de sindicância e outros tipos. Essas eram predominantemente provisórias e sofreram modificações na sua atuação diante as situações vivenciadas pela Sociedade. Aliás, é notável que algumas convenções adotadas para a administração fossem extintas ou sistematizadas ao longo do tempo, de acordo com os objetivos de cada diretoria e o contexto em que estavam inseridos.

De maneira geral, os cargos que compuseram a diretoria foram: presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro, procurador, 4 vogais e 3 membros da comissão de contas. Ao 1º secretário cabia lavrar as atas das sessões de diretoria, comunicar os sócios das decisões da associação, fazer os anúncios nos jornais, cuidar do expediente da secretaria. O procurador era quem recebia as mensalidades dos sócios, sendo o único cargo remunerado (durante a maior parte do tempo, com 5% do que arrecadava). Os vogais deveriam visitar os doentes e fiscalizar a veracidade dos pedidos de auxílio. A cada três meses, a comissão de contas deveria verificar o movimento da tesouraria, analisando todos os papéis existentes, e comunicando o seu parecer nas sessões de diretoria e nas assembléias gerais para eleição. O tesoureiro tinha em seu poder uma quantia estipulada pela diretoria, e depois fixada no estatuto, para que pudesse efetuar o pagamento dos auxílios, deixando o restante a cargo do presidente. Esse último era quem respondia pelas iniciativas de investimentos financeiros da Sociedade, nomeava as comissões provisórias e se responsabilizava pela manutenção da ordem e harmonia entre os associados e membros da diretoria. Caso algum eleito renunciasse ao cargo, deveria apresentar uma justificativa e, sendo esta aceita, seria substituído pelo seu imediato em votos (daí a necessidade de registrarem todos os nomes votados).

Desde a fundação, houve a preocupação por parte dos associados de elaborarem os estatutos que regeriam a Sociedade. O presidente nomeava uma comissão para formação ou reforma dos estatutos, que apresentavam seus resultados em assembléias gerais extraordinárias, ou seja, convocadas somente com esse objetivo, onde se dava a leitura, discussão e aprovação dos mesmos. Ao analisar mais detalhadamente o funcionamento da Sociedade Humanitária Operária, percebe-se que este ponto gerou muitos conflitos e instabilidades, sendo que a formação dos estatutos era muitas vezes pautada na experiência prática da administração.

Por fim, a entrada dos sócios seguiu um mesmo ritual desde a formação inicial, adquirindo diferentes conotações ao longo do período analisado. O primeiro passo era a indicação do nome de um interessado por algum membro da Sociedade. Esses ficavam registrados na secretaria, e eram lidos no expediente das sessões de diretoria. A segunda etapa era ser reconhecido pelos membros da diretoria, que analisariam se suas condições eram favoráveis aos requisitos exigidos para admissão de sócios. Caso essa não conhecesse o proposto ou discordasse quanto as suas qualidades, eles eram submetidos à análise da comissão de sindicância, que trazia seu parecer na sessão seguinte. Diante dele, a diretoria dava a decisão final. Em seguida, o sócio era comunicado pelo 1º secretário da decisão e, se estivesse de acordo com os estatutos, deveria pagar uma jóia. Só então era considerado sócio da Sociedade Humanitária Operária. Para permanecer na Sociedade, receber auxílios e participar em votações não poderia deixar de pagar as mensalidades em dia, além de apresentar bom comportamento (definido em função da relação do sócio com a Sociedade).

2.3 Período I – 18 de setembro de 1898 a 14 de setembro de 1903 (Diretoria Provisória a Diretoria VI)

Esse é o período inicial da Sociedade Humanitária Operária, correspondente a sua organização e estabilização da administração, da arrecadação das mensalidades e distribuição de auxílios. Nesse momento, as experiências dos associados, diante sua articulação para realizar os objetivos a que a Sociedade se propôs, se legitimaram como oficiais para o seu funcionamento. A associa-

ção não possuía uma sede própria ou qualquer bem material que a representasse socialmente.

A partir da ata da fundação, ficou determinado que o objetivo da organização era “socorrer aos sócios em caso de moléstia grave e morte.” Estabeleceram que os sócios iriam contribuir com um dia de serviço em caso de “moléstia grave” e uma pequena mensalidade para o fundo social, destinado a ajudar aos sócios enfermos. A determinação de como iria ocorrer a contribuição dos sócios foi um aspecto muito discutido nesse período. Ainda em 1898, determinam que os sócios deveriam pagar uma jóia para ingressar na Sociedade e a diretoria, com plenos poderes concedidos pela assembléia geral, determinou o valor das jóias em 3\$000 réis e das mensalidades em 1\$000 réis. A diretoria mandou fazer talões para cobrança dos sócios e recibos das mensalidades, utilizados em todas as administrações para efetuar a arrecadação e registrar o pagamento, evitando fraudes. Também ficou determinado que os auxílios só seriam pagos a partir de janeiro de 1899, sendo que os ingressantes os receberiam após três meses de contribuição.

Em relação à formação da diretoria, no dia 09 de outubro de 1898 houve a primeira eleição oficial. Devido a constante ausência de um membro eleito nas reuniões, foi substituído pelo seu imediato em votos. Tal atitude é regular durante todos os mandatos, vigorando depois nos estatutos. Outro aspecto constante nesse período é o fato dos membros da diretoria terem que se demitir em função de se retirarem da cidade. Isso dificulta a estabilidade da administração e a elaboração de projetos a longo prazo. Mesmo retirando-se, esses membros continuam como sócios. Desde 1899, estabeleceram que a posse dos eleitos ocorreria em outra assembléia geral, convocada para esse fim. Na última sessão de diretoria de cada mandato, os diretores decidiam a data para a próxima assembléia geral que elegeria a nova administração e publicavam anúncio nos jornais convocando os associados.

No final do ano de 1898, com a diretoria II, ficou estabelecida uma data fixa para as reuniões. Essas seriam mensais e, a necessidade de que ocorressem outras, fora desta data, as tornavam sessões extraordinárias. Ainda nesse ano, ocorreu a primeira menção de que as datas das reuniões eram divulgadas pela imprensa, no caso o jornal *Diário de Campinas*. As sessões ocorriam nas salas de membros da diretoria, sendo que as assembléias gerais eram feitas no Salão

Victoria. A partir do final de 1898, o horário das sessões de diretoria é o noturno, por volta de sete ou oito horas da noite, característica que se manteve durante todo os períodos analisados. As assembléias gerais eram realizadas à tarde, por volta das 13 horas, e também permaneceu como hábito no funcionamento da Humanitária Operária. A partir de 1900, a Sociedade teve como sede social um endereço a rua José Paulino, provavelmente, também sede da Sociedade 15 de Novembro. Em sessão de outubro de 1902, esses laços se mostraram reforçados.

A comunicação entre os sócios e a diretoria ocorria da seguinte forma: através de pedidos orais, de ofícios ou pela representação por membros da diretoria. Essa última também utilizava os “jornais da terra”, sendo que muitos casos discutidos na ordem do dia, nesse período, eram trazidos pelo presidente que tinha conhecimento através de terceiros. Um traço que constantemente provocou conflitos na Sociedade, desde sua fundação, era a comunicação informal entre os associados e membros da diretoria, sobre questões que diriam respeito à associação.

Nesse ano da fundação, três casos discutidos nas sessões ofereceram pistas sobre os requisitos para admissão de sócios. O primeiro é do dia 23 de outubro de 1898, onde um sócio proposto, “operário, tipógrafo na sua arte”, exercendo a profissão de professor, não foi aceito por sua prática profissional divergir de sua formação. Essa discussão traz elementos para entender como definiam a identidade operária naquele período. O fato de não reconhecerem como operário um trabalhador que não exercia a função para a qual foi formado, demonstra que no final do século XIX, o caráter operário estava vinculado à preparação profissional e ao exercício de uma mesma atividade por toda a vida. Isso pode ser resultado da experiência vivenciada em uma economia ainda não totalmente industrializada e capitalista. Neste momento, os membros da Humanitária Operária não reconheciam na exploração ou expropriação o fator para definir alguém como operário, pois a diferenciação social está na formação para o exercício de um ofício. Essa estratégia pode ser entendida em um contexto de recém-libertação de escravos e proclamação da República, exigindo que a atividade manual fosse valorizada e reconhecida como algo distinto e dignificante.

O outro caso, retrata um proposto que, tido como portador de maus costumes, passa pela comissão de sindicância, sendo rejeitado. Apesar de não definirem o que seriam os maus costumes, fica explícito como a Sociedade baseava-se em preceitos morais e de vigilância da vida privada para a admissão dos sócios, aspecto que determinou muitos conflitos em períodos posteriores. Nesse momento, essa atitude parece reforçar a idéia de que os trabalhadores campineiros buscavam meios para se diferenciar na sociedade, construindo uma identidade que associasse o fato de serem operários ao ideal de cidadania. É possível reconhecer na formação de associações mutualistas, métodos para lutarem contra a marginalização imposta pelo regime político brasileiro. Além de buscarem a solução para os problemas cotidianos, os associados procuravam a distinção social que o pertencimento a uma organização séria poderia trazer.

Por fim, a expulsão de um sócio que se recusava a pagar as mensalidades. Tal questão, posteriormente legalizada em estatutos, perpassa toda a administração. A necessidade de viabilizarem o pagamento dos auxílios, fazia com que a regularidade das mensalidades fosse um fator essencial para a permanência na Sociedade. Essa exigência ocorria em função de um objetivo maior – o progresso da associação. No final de todas as atas de sessões, a diretoria agradece o empenho dos sócios para o “progresso da Sociedade Humanitária Operária”. Esse empenho era reconhecido no pagamento correto das mensalidades, na indicação de novos sócios e na boa conduta moral, simbolizando os meios necessários para que a organização pudesse estabilizar, concretizar suas funções e auxiliar no reconhecimento dos trabalhadores como categoria capaz de exercer a cidadania⁴.

A elaboração dos estatutos desse período esteve intimamente ligada a questão da definição dos valores das contribuições dos sócios e pagamento dos auxílios. O primeiro estatuto foi elaborado a partir da fundação, mas foi consi-

⁴ A cidadania pode ser entendida, no final do século XIX, como uma conquista através da proclamação da República. Através dela, a população poderia escolher seus representantes, buscar as soluções para os problemas cotidianos, reivindicar direitos e deveres. Entretanto, a exclusão do sistema político indicava a limitação dessa cidadania, efetiva somente para poucas camadas da população. Por isso, os trabalhadores desamparados, procuravam na união a solução para a instabilidade e para a marginalização. Porém, sabiam que essa união deveria seguir certas convenções, que assegurariam a distinção social e a realização dos objetivos a que se propuseram.

derado ineficaz no final do ano de 1898, sendo apresentado e aprovado outro, em assembléia geral, de 18 de dezembro de 1898. Esse continha a definição das atribuições de cada cargo da diretoria; a pena de eliminação caso o sócio atrasasse com as mensalidades e a maneira como deveriam socorrer aos associados. Em janeiro de 1899, foram oferecidos por um sócio 100 estatutos impressos, indicando que eram distribuídos entre os membros da organização.

Em fevereiro desse ano, foi convocada uma assembléia geral extraordinária para revogar o artigo 8º do capítulo VI, que afirmava que em caso de doença os sócios contribuiriam com um dia de serviço. Os sócios que convocaram a assembléia queriam que os auxílios saíssem dos fundos sociais, mas em votação, ganhou a permanência do dito artigo e, 21 sócios contrários a ele pediram demissão. Esse foi o primeiro motivo que causou a dissidência interna, demonstrando que a identificação entre si também estava baseada no modo como pensavam e agiam cotidianamente. Apesar de todos se reconhecerem como operários, o modo para o pagamento dos auxílios foi uma questão mais forte para determinar a continuidade na Sociedade. O mais intrigante é o fato de que, após alguns meses, o pagamento de auxílios ocorreu através do fundo social, método até então rejeitado. Isso pode originar outra interpretação para a saída daqueles membros: caso fosse votada a proposta desse grupo, eles poderiam ganhar mais prestígio e acesso aos cargos administrativos. Porém, com a derrota de sua proposta, o outro grupo manteve sua posição na liderança, reconhecendo posteriormente que o melhor caminho para viabilizar os auxílios seria através do fundo social.

Na sessão de diretoria de fevereiro de 1899, o presidente apresentou proposta para o artigo 5º, capítulo II, onde aumentaria a mensalidade de 1\$000 para 2\$000, e para o artigo 10º onde os sócios enfermos receberiam 4\$000 réis diários. A convocação de uma assembléia geral, após um ano de mandato, para leitura de relatórios e eleição da Diretoria, estava prescrita nos estatutos, no artigo 33º, capítulo I, sendo que sua legalidade se daria com a presença de um terço dos sócios, de acordo com o artigo 39º, capítulo 9.

Em setembro de 1900, houve a aprovação de novos estatutos, cujo artigo 10º, capítulo 2 dizia que a Sociedade só pagaria aos doentes após 3 dias, e não 5 dias, em que estivessem enfermos e, com mudanças no artigo 20º, capítulo 2, onde diminuiriam o prazo para remissão de 10 anos para 5 anos. Essas modifi-

cações evidenciam que a prática administrativa estava baseada na experiência dos associados. Através do funcionamento da Sociedade, havia a percepção de que os auxílios deveriam ser pagos mais rapidamente, além da necessidade de concederem a remissão em um período menor. Essa prática comprova uma concepção própria de política – a elaboração das leis que regem uma sociedade deve ser baseada nas necessidades concretas da população, sendo que o acesso aos benefícios é adquirido por meios da contribuição mensal (contratual).

Em outubro de 1901, outro artigo referente ao pagamento de auxílios é citado, no caso, o artigo 11^o, capítulo 4 garantindo 50\$000 réis para auxiliar nas despesas dos funerais. Além disso, os estatutos estipulavam que, após 30 dias de auxílio a 4\$000 réis diários, o restante seria pago a razão de 3\$000. A adoção dessas quantias também ocorria de acordo com a possibilidade de manterem a Sociedade em funcionamento, pois é vital que a credibilidade da associação seja demonstrada através da concretização de seus objetivos. Isso demonstra uma outra concepção de mundo que os trabalhadores possuíam – a necessidade de adequar a arrecadação ao valor do benefício prestado. Essas concepções são importantes para entender o posicionamento político dos operários diante o governo republicano.

O primeiro auxílio prestado a um sócio doente foi feito no mês de janeiro de 1899, diante a apresentação do atestado médico, provando que enfermidade o proibia de trabalhar, seguindo assim as regras estabelecidas nos estatutos. Desde o início, e durante os outros mandatos, o pagamento dos auxílios só se efetiva caso o sócio seja impedido de trabalhar.

A questão coloca-se nos termos de que os socorros são estabelecidos para cobrir a ausência de remuneração diante a impossibilidade do trabalho, sendo uma alternativa para a sobrevivência diante a expropriação capitalista que tais operários estão submetidos. Um ponto interessante a ser analisado é procurar entender como os sócios, de diferentes profissões, vão se reconhecer como iguais nessa insegurança vivenciada no cotidiano.

A partir de 1900, o tesoureiro se responsabilizava por arquivar os recibos dos sócios que receberam auxílios, fato que dá ao seu cargo uma grande responsabilidade, pois adquire o controle da saída de todo o capital da Sociedade. Nesse mesmo ano o presidente nomeou uma comissão para visitar os doentes, sendo que as primeiras destinavam-se a visitas de cortesia para membros da

diretoria, mas aos poucos se estendeu a todos os doentes, com fins de fiscalização, atribuída como função dos vogais. O auxílio funeral foi concedido pela primeira vez em 1901, junto com uma subscrição aberta em favor da viúva, atitude repetida em prol de outra viúva, porém esses casos foram específicos desse mandato.

É nesse período que vários registros sobre os sócios enfermos afirmavam que estes eram internados na Beneficência Portuguesa, e que aqueles que precisassem tratar-se fora da cidade também teriam auxílios. Em fevereiro de 1903 houve a primeira suspensão de pagamento de auxílios, pois o sócio estava em atraso com as mensalidades. Durante todos os outros mandatos, ficou confirmado o procedimento de que o pagamento das mensalidades garantiria aos associados os seus direitos, como receber auxílios, participar das votações e petições.

Em 1899, o cargo de procurador foi criado, para que ajudasse no recebimento das mensalidades, ficando com uma porcentagem do arrecadado. No ano seguinte, a diretoria adotou um discurso para que todos trabalhassem em prol do progresso da Sociedade. Isso ocorreu conjuntamente com um maior acúmulo de capital, sendo que o tesoureiro, neste ano, toma posse de uma caderneta da casa Manoel Custodio Alves, na qual o presidente depositou 500\$000 a juros de 4% ao ano. No ano seguinte, transferiram o dinheiro para a casa de Christiano Wohnvarth, também com juros de 4% ano. É interessante notar a visão desses trabalhadores, que buscavam vantagens dentro do próprio sistema que os explorava, utilizando o recurso da poupança para viabilizar o acúmulo de capital empregado para fins sociais. Ao resignificarem uma estratégia tipicamente capitalista – o acúmulo de capital através de juros – construíram melhores condições em suas vidas.

Em 1901, ocorreu o primeiro conflito entre os diretores, com acusações de outros sócios sobre o tesoureiro e o procurador. A partir disso, a diretoria determinou que os talões de recibo ficariam em posse do procurador e, ambos pediram demissão, concedida em assembléia geral, após a prestação de contas. Nesse ano, começou algo que se tornou praxe na Sociedade: a apresentação do balancete do tesoureiro em todas as sessões de diretoria, evidenciando que a credibilidade da associação estava relacionada à capacidade de gerirem honestamente os recursos financeiros. Também se iniciou um discurso, por parte da diretoria, que procurava enaltecer os membros da diretoria, como fica claro na posse dos

eleitos. Desde o princípio, a diretoria é diferenciada do restante dos associados como o corpo administrativo e de liderança, a representante da organização.

A assembléia geral extraordinária de janeiro de 1902 explica, de maneira exemplar, a situação instável dos membros na administração e a composição dos sócios. Ela foi convocada para eleição de um outro presidente, pois o atual iria mudar-se para Ribeirão Preto, em função de sua transferência pela Companhia Mogiana. É muito comum, nessa etapa, que sócios peçam isenção das mensalidades enquanto estão ausentes da cidade, demonstrando uma grande movimentação da mão-de-obra no interior paulista.

Outra característica dessa Sociedade, anunciada desde já e que permeou todas as outras administrações, é a sua composição majoritária por ferroviários. Esses eram das três companhias existentes em Campinas – Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Ramal Férreo Campineiro e Companhia Mogiana – cujo cotidiano pode ser investigado através dessa Sociedade, que também era influenciada pela expansão das estradas em direção a nova região produtora de café no Estado.

Alguns fatos extraordinários que ocorreram nesse período são: a discussão entre sócios e diretoria sobre o pagamento de auxílio, ficando determinado que tomariam a decisão de acordo com lei social, indicando um consenso sobre o modo como deveria ser administrada a organização (através dos estatutos); a exaltação diante a presença de Azarias Dias Mello, possível músico famoso da cidade, que discursava sobre os direitos da classe operária; a arrecadação para fundo social, através da venda de fotografias dos sócios no primeiro aniversário da Sociedade, evidenciando a inserção desse hábito no cotidiano popular; o ingresso de Ramon Durão, provável membro da Liga Operária de Campinas, que participou do Congresso Operário Estadual de 1912; apresentação de um ofício enviado por uma comissão para arrecadar fundos para as vítimas da seca no Ceará; a encomenda de diplomas para os sócios em São Paulo, sendo dever desses retirá-los (primeiro símbolo de pertencimento a Sociedade, sem ser o vínculo financeiro através dos recibos); a participação na recepção dos representantes da Sociedade Cruz Verde; quando se negam a participar de uma Homenagem a Santos Dummont e Maestro Carlos Gomes, por motivos de força maior (após esse evento, elaboram a proposta para compra do estandarte).

2.4- Período II – 04 de outubro de 1903 a 11 de setembro de 1908 (Diretoria VII a Diretoria XI)

A delimitação desse período se deu em função das aquisições materiais da Sociedade. Ele começa com a compra do estandarte, resultando também na aproximação com outras sociedades de diferentes gêneros e participação em diversos eventos, e termina com a compra de um prédio, transformando-se na sede social da associação durante o restante do período. É preciso explorar como essas aquisições influenciam na atuação da organização dentro da sociedade, promovendo outros sentidos sobre o que é pertencer a uma associação.

O objetivo da Sociedade Humanitária Operária continua sendo prestar o auxílio aos enfermos e às famílias dos mortos, mas também se destaca a participação intensa em listas para donativos, organizadas por outras sociedades. A contribuição dos sócios ficou estabelecida nos termos do período anterior. Com relação a regularidade da arrecadação, essa mostrou-se estável até 1906. Nesse período ocorreram os primeiros pedidos para remissão de sócios e, seguindo as leis sociais, isenção de mensalidades para os que estivessem ausentes de Campinas. Essas situações acarretaram em uma queda nos valores recebidos, exigindo que novas medidas fossem tomadas para o fortalecimento do fundo social. É a partir desse ano, que os diretores adotaram a estratégia de deixar que sócios, durante um mês (geralmente o de fevereiro), entrassem sem o pagamento de jóia. Esse processo foi repetido em 1907 e 1908. Outra medida para aumentar o número de associados foi permitir que os atrasados pagassem metade da dívida para reingressarem. Essa atitude evidencia que a principal dificuldade para os operários era obter o capital inicial para ingressar nas sociedades, que exigia o acúmulo de certa quantia. Além disso, a negociação com os inadimplentes demonstra a flexibilização das normas estatutárias em favor da dinâmica funcional, que exigia um aumento no número de sócios. De certa forma, as sociedades de socorros mútuos eram dependentes financeiramente da entrada constante de associados, garantindo através das mensalidades e jóias um valor maior do que os auxílios concedidos.

Em janeiro de 1906, o tesoureiro pediu demissão por ter sido acusado de roubo através de boatos. A credibilidade da associação era conquistada através da construção de uma imagem de honestidade, caridade e progresso, por isso a

difamação de qualquer membro da diretoria era considerada prejudicial. A vitalidade de uma associação mutualista era garantida tanto por suas condições financeiras quanto por sua imagem social, o que justificava a aprovação de artigos que puniam com a eliminação associados que difamassem a diretoria ou a associação.

Ainda em 1906, houve o primeiro registro sobre a constatação de que um sócio era inválido, sendo está mais uma categoria de auxílio. O ano de 1908 foi marcado pela nomeação de membros associados para a cobrança de mensalidades nas oficinas da Companhia Mogiana e Ramal Férreo Campineiro, evidenciando o número expressivo de associados ferroviários. Através da denúncia efetuada no periódico *A Voz Operária* (1907), foi possível verificar que a cobrança de mensalidades por diferentes associações nas oficinas das companhias ferroviárias era algo freqüente e consentido pelos chefes de oficinas⁵. Essa autorização só era mantida caso as organizações não oferecessem riscos às empresas, por isso a proibição da cobrança pelos membros da Liga Operária indicava os limites desse convívio.

A partir de 1904, o registro dos sócios que faleceram seguiu um ritual, onde registram o nome deste, um voto de pesar, a representação da Sociedade no enterro e o pagamento do auxílio. Isso demonstra uma proximidade pessoal entre os associados, e um cuidado por parte da diretoria em se fazer presente nos acontecimentos que envolviam os sócios e a associação. Em 1906, o vice-presidente da Sociedade faleceu, sendo oferecidas duas coroas de flores e uma missa, na Matriz da Conceição, com o pagamento do auxílio à viúva, previsto nos estatutos. A partir disso, tornou-se constante nesta etapa, o oferecimento de coroas de saudade por parte da Sociedade para os sócios falecidos. É interessante notar que essa prática foi introduzida após o enterro do vice-presidente, que recebeu diversas coroas, como consta em uma ata onde discutem o destino que dariam a elas.

A Sociedade Humanitária Operária, em alguns momentos, estabelece certas práticas de acordo com o que observavam e conheciam através de outras associações. Outro exemplo dessa influência, é a fala de um sócio, na sessão de 25 de setembro de 1904, sobre a categoria de sócios beneméritos (até então havia somente os contribuintes e os remidos). Ele relata que em outras associações havia diplomas diferenciados para sócios beneméritos, logo também

⁵ Em ata da sessão de diretoria, ficou confirmada a autorização de Dr. Carlos Stevenson para a cobrança das mensalidades nas oficinas da Companhia Mogiana.

deveriam adotar isso. A utilização de diplomas para documentar o pertencimento a sociedade foi utilizado desde o início, indicando a necessidade de serem criados vínculos que demonstrassem a filiação.

Outra questão que este trecho coloca é o da criação dessa categoria para os sócios. Ele demonstra um outro tipo de envolvimento entre os sócios e a Sociedade, não mais fundamentado na questão da contribuição. A partir desse momento, são valorizados os atos de generosidade dos sócios para com a Sociedade e vice-versa. As evidências sobre essa modificação são dois casos de 1906: 1) um sócio inválido pede donativos para seu auxílio em vista das condições precárias que se achava. O presidente abriu uma subscrição para ele e seu ato de generosidade foi aplaudido pela diretoria. 2) um sócio, membro da diretoria que mudaria de cidade, propôs a Sociedade que comprasse 6 cadeiras, um sofá e uma mesinha. Tal proposta foi aprovada, sendo nomeada uma comissão para avaliar preço dos móveis e a doação de um pequeno auxílio (50\$000 réis) e uma subscrição para ajudá-lo. É muito recorrente nesse período a doação em favor de pessoas necessitadas, demonstrando que essa prática percorria todos os setores da sociedade.

O pagamento dos auxílios continuou nos mesmos termos definidos no período anterior, sendo que nesse houve a menção de uma outra exigência para que os sócios o recebessem. Na sessão de 24 de outubro de 1905, o auxílio a um sócio enfermo foi suspenso porque a diretoria soube que ele havia brigado no serviço. Além do pagamento regular das mensalidades, o sócio precisava ter um bom comportamento para receber auxílios. Esse é mais um indício da importância que a imagem criada sobre uma organização possuía para a sua aceitação entre os setores da sociedade.

Em outubro de 1903, em assembléia geral, foi discutida e aprovada a proposta da compra de um estandarte da Sociedade, seguindo os estatutos vigentes. Nessa sessão foram nomeados membros para a comissão da aquisição do estandarte, a forma como o comprariam e suas características. Esse ano apresenta uma grande entrada de sócios, possivelmente para que pudessem utilizar as jóias para a compra do estandarte. Em todos os momentos que a Sociedade estabelecia uma meta comum, procurava envolver os associados para estimularem a entrada de novos sócios, pagarem corretamente as mensalidades, contribuírem com donativos ou serviços voluntários. Além da arrecadação, da fiscalização

sobre os critérios para admissão de sócios e da construção de uma representação social confiável, as sociedades de socorros mútuos precisavam envolver seus associados, fazer com que se identificassem com a organização e atuassem em favor dela para conseguir acumular o capital necessário para a aquisição de bens materiais. Ao mesmo tempo, essas aquisições provocavam o engrandecimento do prestígio social da organização, tornando-a visível a outros setores da sociedade e promovendo uma divulgação de suas características que possibilitavam o aumento do quadro de associados, fortalecendo a identidade que mobilizavam.

O estandarte e os respectivos distintivos foram encomendados em abril de 1904, sendo que o guarda-estandarte foi elaborado com a doação de material e mão-de-obra dos sócios. No dia 1º de maio desse ano, foi convocada uma assembléia geral extraordinária para que os associados decidissem como organizariam a recepção e o benzimento do estandarte social. A data dessa assembléia é significativa, simbolizando que a aquisição de um estandarte pela Sociedade resultava em uma conquista para a classe operária, que poderia estar representada através da associação nos eventos públicos. A cerimônia para receber o estandarte ocorreu no dia 5 de junho de 1904, com a presença de uma banda musical e várias associações de Campinas. Os festejos do estandarte foram colocados em um anúncio no jornal *Comercio de Campinas*. A partir desse momento, todos os anúncios feitos pela Sociedade são vinculados a esse jornal. Em 1905, compraram uma haste e escudo para os pavilhões da sede social.

Com a inauguração do estandarte, a Sociedade Humanitária Operária começou a apresentar, no expediente da secretária, vários ofícios de outras associações com conteúdo diversificado. Esse momento é muito interessante para que se possam levantar elementos para entender a inserção desta Sociedade na cidade, a articulação entre as sociedades existentes e o cotidiano das camadas mais baixas, que se organizavam socialmente. Em 1904, com sede no prédio da Sociedade 15 de Novembro, a Humanitária Operária teve permissão para guardar o seu estandarte. Na recepção e benzimento deste estavam presentes as seguintes associações: Loja Maçônica Liberdade e Ordem, Circolo Italiani Uniti, Club Atlético Campinas, Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos, Club Atlético Recreativo, jornal A Pátria, Ideal Club, representantes de Collazos&Maia, Sociedade 15 de Novembro, Sociedade Recreativa da Ponte Preta, Liga Artística Beneficente e Sociedade Luiz de Camões.

A partir disso, a Sociedade Humanitária Operária passou a receber convites para participar de diversos eventos, tais como, jogos de futebol da Sociedade 15 de Novembro nos salões do Club Concórdia; festejos do dia 20 de setembro do Circolo Italiani Uniti; sarau dançante e jogos da S D R Noites Recreativas da Ponte Preta; aniversário do 1º. Ano do Ideal Club; batismo e inauguração do estandarte da Sociedade Beneficente União dos Padeiros; quermesses promovidas pela Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos. Também participou de outros tipos de eventos, como os festejos de inauguração do monumento Carlos Gomes; uma missa realizada pelas vítimas do Aquidaban, organizada pela Liga da Boa Imprensa; missa em sufrágio da alma do Doutor Manoel de Assis Vieira Bueno e procissão cívica ao cemitério, para depor no túmulo uma coroa de saudade, organizada por comissão assinada por Tito Gregório; inauguração do edifício social da Sociedade Amiga dos Pobres; cortejo e sessão solene no Centro de Ciências, Letras e Artes em comemoração ao falecimento do grande poeta e escritor italiano Josué Carducci; festejos do glorioso 13 de maio, organizados pela Federação Paulista dos Homens Pretos de Campinas; festejos do centenário de Guiseppe Garibaldi organizados pelo Circolo Italiani Uniti; sessão fúnebre em homenagem ao sócio honorário dr João Cezar Bueno Bierrenbach, da S B União dos Padeiros; comemoração do 50º aniversário da imprensa campineira no Centro de Ciências Letras e Artes; e convite da Associação S Vicente de Paulo, para o lançamento da pedra fundamental para a Vila S Vicente de Paulo, que ocorreu na Vila Industrial; inauguração da Cervejaria Columbia, pelo convite da firma A Franceschini Companhia.

A comunicação mais freqüente entre as associações era sobre a eleição e posse de suas diretorias. Nesse sentido, a Sociedade Humanitária Operária se comunicava com: Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de São Paulo; Club Ideal; Sociedade Amiga dos Pobres; Sociedade Beneficência Portuguesa; Sociedade Luiz de Camões; Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos; Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução, Liga Operária, Sociedade de Socorros Mútuos Protetora da Classe Operária, Sociedade Beneficente Isabel a Redentora. Além disso, recebia relatórios anuais de algumas dessas, fascículos de suas escolas práticas, estatutos e subscrições, como para as vítimas de terremoto na Calábria, Itália e para vítimas de inundação na Espanha.

A partir de 1908, a Sociedade recebe anualmente ofícios da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo ⁶, acompanhados de um questionário, no qual pedem informações sobre o andamento da Sociedade, dos seus bens, da quantidade de sócios, do capital. É interessante notar que o Estado preocupou-se em conhecer e classificar as sociedades existentes, aumentando suas formas de controle ao mapearem as organizações civis instaladas nas cidades. Isso explica a preocupação da diretoria e dos membros em construir uma representação da Sociedade dentro dos modelos morais vigentes, conquistando o espaço necessário para realizarem seus objetivos.

Até janeiro de 1905, a sede social da Humanitária Operária era no prédio da S R F 15 de Novembro. Na sessão de diretoria desse mês, houve a proposta para a mudança da sede, sem indicações sobre o motivo disso, para a sala oferecida por D. Anna Gomes. Esta proposta foi recusada, alegando que o lugar também sediava outra associação, demonstrando a freqüência com que ocorria o aluguel de cômodos para o funcionamento das organizações, gerando um capital extra e uma proximidade entre a vida pública e a privada neste período. O 1º. secretário ofereceu a sala de sua casa, zelando pelo estandarte e outros objetos da Sociedade, o que foi aprovado. Na sessão de 27 de fevereiro de 1906, o presidente declarou que a sede social da Sociedade Humanitária Operária iria ser junto com a Liga Operária de Campinas, na rua Ferreiro Penteado, 171.

Em maio de 1906, o presidente declarou em sessão de diretoria que a Liga Operária iria mudar, consultando os membros se deveriam ir junto. Um dos membros falou que a mudança iria ser para um prédio maior, devendo aumentar o aluguel para 35\$000. Em sessão da Liga Operária de 11 de julho, foi confirmado este valor. Essa questão gerou grande discussão entre os associados, culminando no pedido para que o aluguel fosse fixado em 25\$000, proposta recusada pela Liga. Nesse momento, ficou explicitado que membros da Humanitária Operária também faziam parte da Liga, e estavam presentes nas assembleias das duas associações, informando as decisões mútuas. Torna-se relevante a sugestão em diversas atas de que os integrantes da Sociedade Humanitária Operária também o eram de outras mais.

⁶ Segundo o site do Arquivo do Estado de São Paulo (www.saesp.sp.gov.br/index.htm), em 1891, o Arquivo transformou-se em Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado, subordinando-se à Secretaria do Interior. A partir de então, passou a receber documentos de origem e natureza bastante diversificados.

Em assembléia geral extraordinária, de 15 de novembro de 1906 ficou determinado que a Sociedade iria mudar de sede social, indo para um prédio a rua Dr. Costa Aguiar (sala alugada na casa de um sócio), e realizando suas assembléias gerais nos salões da Sociedade Eintracht⁷, a rua Ferreira Penteadado (durante longo período). A saída da Humanitária Operária da sede da Liga Operária ocorreu justamente no ano em que os ferroviários da Companhia Paulista organizaram uma greve, tendo a Liga como representante de seus interesses. A perseguição efetuada pelos chefes das oficinas a essa organização e/ou as diferenças ideológicas que dividiam os operários nesse movimento podem explicar melhor esse episódio. Entretanto, não houve a localização de nenhuma documentação que explicasse melhor essa aproximação.

No mês de setembro de 1907, ficou decidido que não aplicaríamos o capital da Sociedade em ações da Companhia Mogiana porque elas aumentaram muito, achando mais seguro deixá-lo em casas de créditos ou aplicar na compra de um prédio. Em dezembro desse ano, o presidente levou ao conhecimento da diretoria que encontrou um prédio que a Sociedade pudesse comprar, efetivando a aquisição no final desse mês. Depois disso, fizeram a “propaganda a bem da Sociedade, fazendo um anúncio pela imprensa, da compra do prédio, e que ao mesmo tempo devemos fazer uma entrada de sócios sem o pagamento de jóia para fevereiro.” Essa foi a estratégia adotada para arrecadarem fundos para que pudessem pagar as letras adquiridas para compra do prédio, mantendo a prestação de auxílios aos sócios segundo os estatutos. Alguns sócios ofereceram donativos para a sede da Sociedade como espelho, caneta tinteiro, talha e copos, ou seja, materiais para mobiliar a sede, enquanto no período anterior eram para viabilizar o funcionamento, sendo esses papéis, envelopes, estatutos impressos.

No começo do ano de 1908 conseguiram pagar a dívida com a Associação Cooperativa Operária e com o sócio Jorge Clozel, efetuando também o pagamento do imposto predial, de água e esgoto. A obtenção de crédito pelas organizações operárias impunha um severo limite na concretização de seus objetivos materiais, porém, no caso da Sociedade, sua definição através da identidade operária possibilitou o acesso ao capital através da cooperativa. O fato de

⁷ Conforme o levantamento apresentado em anexo, havia muitos sócios da *Humanitária Operária* que também o eram do *Club Eintracht*. Isso demonstra que a filiação de associados em outras entidades facilita a aproximação entre diferentes associações.

um sócio poder emprestar dinheiro a associação parece curioso, indicando a diversidade de situações financeiras que caracterizavam a vida dos operários. Esse recurso de recorrerem a empréstimos internos será utilizado novamente em períodos posteriores, indicando a existência de outros trabalhadores em condições mais favoráveis.

No ano de 1908, houve a denúncia de um sócio pelo membro da Diretoria porque havia queixas de que ele não ganhava o competente ordenado para ser associado (no caso, de 4\$000 réis diários). Esse incidente revela outro requisito para a admissão dos sócios e a constante preocupação em garantir que não ocorressem casos de inadimplência.

Nos anos de 1905 e 1906, a atuação da comissão de sindicância evidenciou outros requisitos para que propostos fossem aceitos como sócios. O primeiro era referente à averiguação sobre o estado de saúde da pessoa indicada, procurando saber se sofria de “moléstia pertinaz, segundo o artigo 3, capítulo 2, parágrafo 2”. O outro procurava determinar se a idade dos propostos não era duvidosa. Esses elementos foram constantes empecilhos para que os sócios fossem admitidos, demonstrando a preocupação da Sociedade em evitar que fosse composta por possíveis membros que rapidamente necessitariam de seus serviços.

Em 1906, houve novamente a denúncia de roubo do tesoureiro, por boatos, com sua demissão e conseqüente convocação de assembléia geral para eleição de substituto, de acordo com artigo 27 capítulo VIII. Nesse ano e no seguinte, vários membros da diretoria se afastaram, principalmente por doença, ocasionando um maior número de assembléias gerais. Essas se mostraram cada vez mais difíceis para serem realizadas, devido ao não comparecimento da maioria dos associados. Nesse período passaram a empossar os eleitos na mesma sessão em que eram votados, para evitar outras convocações. A partir de setembro de 1908, nas eleições para diretoria houve a formação de uma chapa oficial por parte da administração que chegava ao fim.

Outra tentativa da presidência para resolver a ausência nas assembléias gerais foi a impressão de avisos a serem distribuídos entre os sócios. Isso também pode evidenciar que a comunicação através da imprensa não era tão eficaz. Um dos problemas para a presença dos sócios nas assembléias era o dia da convocação, que coincidia com os dias de trabalho. O exemplo disso é a assembléia de setembro de 1904, quando sócios empregados no Ramal Férreo

Campineiro autorizam um associado a representá-los, pois estariam trabalhando o dia inteiro.

A formação dos estatutos nessa etapa não causou muitas discussões, sendo um período em que se confirmou a estrutura sob a qual a diretoria e os sócios deveriam se pautar para legitimar as intenções. Os estatutos determinavam os requisitos para admissão dos sócios, as condições para eliminação e isenção do pagamento de mensalidades, além da remissão (estes eram os motivos mais freqüentes nos quais os estatutos eram citados). Em setembro de 1904 houve uma reforma parcial dos estatutos vigentes. Na assembléia geral de 1906 foi proposto que a Sociedade registrasse os estatutos, com auxílio de um advogado, que ofereceu seus serviços gratuitamente. Para isso, os estatutos passaram por outra reforma. Uma dessas foi a determinação de que os sócios isentos, que regressavam a cidade, só poderiam usufruir dos auxílios após 90 dias em que se reabilitaram com os cofres sociais. Mais uma vez, as discussões e modificações no funcionamento da sociedade estão determinadas pelas situações que viviam. Outro exemplo disso foi o aumento da quantia que ficava em poder do tesoureiro, de 300\$000 réis para 500\$000 réis.

2.5 - Período III - 20 de setembro de 1908 a 10 de setembro de 1917 (Diretoria XII – Diretoria XX)

Esse período é marcado pela mudança nas formas de aplicação do fundo social e uma maior vigilância sobre os associados, evitando fraudes. O uso inadequado do capital da Sociedade existia, e provocava conflitos, principalmente com os cargos de tesoureiro, procurador e visitantes. Nesse período houve um novo tipo de atitude da diretoria em relação aos sócios: o da vigilância permanente sobre as condutas pessoais. Esse comportamento é reforçado por uma tendência de retirarem os “traços políticos e religiosos” da Sociedade, voltando-se exclusivamente para seus fins. Dessa maneira, o contato com outras associações se restringe àquelas de caráter mutualista.

Até 1914, os objetivos da Sociedade Humanitária Operária continuaram a ser o auxílio aos doentes e às famílias dos sócios que faleciam. Entretanto, o valor do auxílio ao doente passou a ser definido segundo o estágio de sua en-

fermidade, ou seja, se estava enfermo (4\$000 réis diários), convalescente (2\$000 réis diários) ou inválido (45\$000 réis mensais). A adoção exclusiva desse objetivo foi reforçada quando negaram os serviços que um médico ofereceu, gratuitamente, aos associados. A fiscalização para o pagamento dos auxílios ficou mais severa, sendo que estes eram concedidos apenas quando o sócio mostrava-se incapaz de trabalhar.

Em quase todas as sessões de diretoria havia a leitura dos nomes dos propostos, aqueles que eram eliminados, os sócios isentos de mensalidades por se ausentarem da cidade e aqueles que receberam os socorros. Aumentaram, nesse período, o número de sócios que pediam auxílio para tratarem-se fora da cidade, o que só era concedido mediante apresentação de atestado médico. Pela primeira vez, foi registrado o caso de isenção de mensalidades para um sócio que estava desempregado, comprometendo-se a pagá-las quando empregado novamente. Nessa etapa, eram constantes os pedidos para remissão dos sócios. O funcionamento da associação parece ter sido sistematizado, consolidando as forma de registro, arrecadação e pagamento de auxílios praticadas até então. Essa estabilidade proporcionou a variação de suas funções, além do controle mais efetivo sobre os associados.

No final do ano de 1908, a Sociedade fez um empréstimo com Dona Frederica Krum, para cobrir as despesas do mês. Como medida para aumentar o número de sócios, e conseqüentemente a arrecadação, adotaram nos anos de 1909 e 1910 a estratégia de usarem o mês de fevereiro para a entrada de sócios sem o pagamento de jóia. Em 1911, a Sociedade possuía um fundo social com um saldo expressivo, aplicado no Banco Municipal de Campinas. A aplicação em bancos iniciou-se após o registro da associação, que garantia por lei o direito a aplicações em instituições bancárias.

No dia 12 de janeiro de 1914, o presidente comunicou a diretoria que o banco onde estava o dinheiro da Sociedade achava-se em más condições. Acabaram recebendo a notícia de que este não poderia pagar porque havia quebrado junto com a quebra do Banco Rural. Em algumas negociatas, o presidente recuperou o dinheiro, ficando sob responsabilidade do tesoureiro, pois não havia Banco seguro para aplicação. A diretoria começou a emprestá-lo sob a forma de hipoteca, exigindo como garantia um imóvel e pagamento em um prazo razoável (de um ou dois anos). A partir desse período, foi prática comum

a realização de hipotecas, possibilitando o acesso ao crédito através desse tipo de organização. Essa tendência aparece na economia campineira, que buscava nos empréstimos financeiros um investimento para o capital acumulado.

Essa mudança nas aplicações financeiras da Sociedade foi possível porque, em assembléia geral de 1909, foram concedidos plenos poderes a diretoria para decidir sobre a aplicação do capital. No final do ano de 1915, a Sociedade passou por problemas financeiros, recorrendo mais uma vez à entrada dos sócios sem jóia, principalmente no mês de fevereiro. Na sessão de diretoria de novembro desse ano, houve uma explicação para a escolha desse mês: “Ervin Kaschel achava melhor ser o mês de fevereiro p. futuro porque tem nas oficinas muitas moças que desejam fazer parte dela, mas que não podiam por ganhar só 3\$000 reis diários e que a nossa lei não permite. Mas como há três anos eles não tiveram aumento de ordenado podia ser que o ano que vem tivessem e então podiam fazer parte dela”. Esse fato é muito curioso, pois são registrados como sócios apenas homens.

Os auxílios funerários continuam a ser pagos nos mesmos termos da etapa anterior, sendo que continuavam a registrar tal acontecimento em ata, com voto de pesar a família, a representação da Sociedade no enterro, o oferecimento de uma coroa de saudade e o pagamento de 50\$000 réis para a viúva. O número de falecimentos foi bastante expressivo de 1914 a 1916. Outros requisitos para a admissão de sócios foram revelados nessa etapa, tais como : a necessidade de que o sócio gozasse de boa saúde, que não tivesse idade avançada, que possuísse ordenado e emprego fixos.

Com o aumento no número de sócios propostos, aumentou o trabalho da comissão de sindicância. Nesse momento, não foi permitida a entrada de sócios que, eliminados por atraso nas mensalidades, pagariam a metade da dívida, mas aceitaram que aqueles que mudavam de cidade continuassem associados caso pagassem suas mensalidades. Um fato curioso desse período é o caso de José Rodrigues Pinheiro (assumindo a presidência da Sociedade no começo da década de 1920, permanece nela até a década de 1940). Ele foi proposto em 1910, mas foi rejeitado porque era proprietário de uma barbearia, entretanto em 1912, ele foi aceito. Isso mostra que as exigências para a entrada na Sociedade eram flexíveis, e passíveis de mudanças, de acordo com a situação financeira desta.

A cobrança das mensalidades continua a ser efetuada pelo procurador, mas auxiliado por representantes em oficinas ou departamentos onde associados trabalhavam. Entretanto, houve o constante protesto de que a quantia de 5% como pagamento para o procurador era muito pequena em relação ao seu serviço, como reflexo do aumento de trabalho na sua função, proporcional ao número de sócios. Até 1914, as assembléias gerais continuaram a ser realizadas nos salões da Sociedade Eintracht, mas com sua mudança de sede, a partir do ano seguinte, elas seriam realizadas na própria sede da Sociedade Humanitária Operária.

Devido às crises financeiras vivenciadas entre 1909 e 1914, a fiscalização da Sociedade sobre o pagamento de auxílios se intensificou. Vários casos de suspensão de auxílios ocorreram nesse período, com o conflito entre a diretoria (principalmente, com os visitantes e o presidente) e os sócios. No dia 27 de fevereiro de 1910, o sócio Carnaval Legondo sofreu a suspensão do pagamento de seu auxílio, pois mesmo enfermo freqüentava “diversões noturnas e outras extravagâncias”. Ao ser comunicada sobre o pedido de auxílio-doença, a diretoria da Sociedade entendia que o sócio não teria condições para trabalhar ou realizar qualquer atividade social, justificando a concessão da ajuda financeira.

Casos como o de Legondo tornaram-se constantes nesse período, atribuindo a diretoria o poder de julgar a veracidade ou não das denúncias. Isso resultou em diversas polêmicas entre os associados e a parte administrativa, demonstrando as tensões internas presentes na Sociedade. Após a declaração da suspensão dos auxílios, Legondo foi comunicado por um ofício. Entretanto, em sessão de diretoria do dia 9 de março de 1910 houve a seguinte decisão:

“Conforme deliberação da última sessão, foi o mesmo oficiado; na presente sessão verifica-se sua resposta oferecendo provas do seu bom comportamento e pedindo desculpas da ofensa feita a diretoria; chamando-nos de gatuno na ocasião que foi avisado que estavam suspensos os auxílios sociais a que tinha direito. O sr Carnaval Legondo foi convidado vocalmente pela diretoria para assistir a sessão realizada em 27 de fevereiro no qual tratou-se de sua pessoa, não comparecendo; para a presente sessão foi convidado oficialmente e também não compareceu.

O sr Presidente pôs em discussão o ofício que foi lido usando a palavra todos os diretores presentes dizendo não foi possível provar inocência, quando tal não existe, jamais que não compareceu em sessão para provar conforme

res os atos praticados pelo snr Carnaval Legondo como sejam: palhaçadas com os ofícios que lhe foram dirigidos; ofensa a diretoria; propaganda de descrédito a Sociedade e abuso das leis de nossos estatutos. A bem da honra da Sociedade Humanitária Operária foi o snr Carnaval Legondo eliminado por unanimidade de votos."

Além de situações como a de Legondo, houve denúncias sobre o uso inadequado dos auxílios (para organização de festas, por exemplo), sobre o mau comportamento dos associados (envolvimento em brigas) e sobre atitudes que difamavam a associação. Os primeiros casos eram resolvidos em sessões de diretoria extraordinárias, mas no final desse período tornou-se comum que esses casos fossem discutidos nas assembléias gerais, devido à repercussão entre os associados.

Os estatutos foram usados como a base para os julgamentos e para garantir aos sócios o direito de defesa. Essa prática evidencia uma concepção operária sobre como deveria ser organizada a justiça republicana. A fiscalização das atitudes dos associados em relação à Sociedade revelava práticas que eram contrárias ao estabelecido pelos estatutos. Dessa forma, através de ofícios, a diretoria comunicava suas decisões e concedia o direito de resposta aos acusados. Caso não ocorresse um acordo, acusados e delatores reuniam-se na sede, traziam provas e testemunhos e, em votação secreta, definiam a sentença final. O voto de Minerva pertencia ao presidente da Sociedade. É importante notar que os estatutos são uma referência constante para a administração da organização, destacando uma visão operária que elegia a formação e o cumprimento de leis como a base para o progresso da sociedade. Outro elemento indispensável para a manutenção da ordem seria a prática democrática, possibilitando o direito de defesa e a participação ativa.

Entretanto, os limites dessas convenções estavam determinados pelos interesses do grupo que administrava a associação. Em 1910 foram aprovados novos estatutos em assembléia geral, que determinavam que os auxílios só seriam concedidos quando os sócios estivessem quites com a Sociedade e suspendia os sócios que declarassem acusações ou julgamentos indecorosos sobre a diretoria e a Sociedade. Além disso, foi estabelecido que em todas as assembléias gerais, após as eleições, a palavra seria concedida a quem quisesse fazer uso dela, ficando proibido que o relatório presidencial fosse discutido. Essas medidas evidenciam um comportamento centralizador da administração, evi-

tando o questionamento dos atos da diretoria pelos associados. Isso pode ser explicado pelo fato das constantes suspensões de auxílios a membros que não estariam efetivamente doente gerarem muitas discussões entre os associados.

Além disso, os estatutos determinavam as condições para a remissão dos sócios, a não mudança do nome da Sociedade, as penas para os infratores, a forma como deveriam pagar os auxílios, o valor desses, a determinação dos documentos necessários para que os sócios residentes fora de Campinas pudessem receber auxílios.

Até o ano de 1911, a Sociedade Humanitária Operária mantinha contato com variadas associações de Campinas, de diferentes gêneros. Porém, sua comunicação começa a se restringir ao anúncio da eleição e posse das diretorias. É constante a requisição por parte da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado para que, anualmente, a Sociedade envie um questionário com seus dados. A partir de 1912, as relações da Sociedade se estreitaram, mantendo uma comunicação mais efetiva com organizações de caráter beneficente, tais como a Sociedade de Socorros Mutuos Protetora da Classe Operária, Sociedade Portuguesa de Socorros Mutuos, Sociedade Beneficente Isabel a Redentora, Sociedade Luza Beneficente Artística Operária, Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução, Sociedade Beneficente S Baptista, Federação Paulista dos Homens de Cor, Cooperativa Edificadora Beneficente, Sociedade Amiga dos Pobres, Centro Portuguesa 5 de Outubro. Nessa etapa, além de fazer os anúncios no jornal *Comércio de Campinas*, passou a fazê-los no *Diário do Povo*.

Em abril de 1904, a Sociedade recebeu o pedido do inquilino de sua sede social (o prédio era alugado para um sócio) para a instalação de luz elétrica, sendo colocadas duas lâmpadas, uma na sala das sessões e outra na varanda. No ano de 1911, os sócios ofereceram diversos serviços para manutenção do pavilhão, escudo e outros símbolos da Sociedade, mas as reformas no prédio social foram realizadas mediante contratação de serviços. No final deste ano, alguns diretores comunicaram em sessão de diretoria que haviam localizado um outro prédio para comprarem.

Esse negócio acabou não dando certo, mas em fevereiro de 1912 a Sociedade efetuou a compra de seu segundo prédio, a rua Álvares Machado, posteriormente alugado para outro sócio. Em 1916 foi instalada a luz elétrica nesse novo prédio, também a pedido do inquilino. Nesse mesmo ano efetuaram um

espetáculo em favor dos cofres sociais e realizaram mais hipotecas, sendo todas com a apresentação de garantias aprovadas após análise dos membros da diretoria. No começo do ano de 1917, os valores destinados a hipoteca são diminuídos, porque os gastos com a prestação de auxílios aumentam, anunciando a crise que se instalaria com o avanço da epidemia de gripe espanhola.

2.6 – Período IV – 16 de setembro de 1917 a 16 de setembro de 1923 (Diretoria XXI – Diretoria XXVII)

Esse momento inicia-se com a crise financeira instaurada a partir da epidemia de gripe espanhola. Embora já tivesse vivenciado outras crises financeiras, a que marca esse período foi única, exigindo da diretoria diferentes estratégias para que pudesse superá-la. Esse fato também foi inédito, pois serviu como base para articular posteriormente uma memória sobre a Sociedade. Após a recuperação dessa crise, instalou-se na Sociedade uma nova maneira de arrecadar as contribuições referentes ao auxílio funeral, cujo valor foi aumentado. Essa mudança refletiu uma articulação da diretoria para garantir o pagamento dos auxílios, pois também sofreu prejuízos com a greve dos operários da Companhia Mogiana em 1920. Superada a crise financeira e a instabilidade na arrecadação, a Sociedade começou um novo período administrativo, marcado pela centralização da presidência na figura de José Rodrigues Pinheiro.

No início desse período, o número de hipotecas oferecidas diminuiu drasticamente, diante o aumento dos pedidos de auxílios pelos doentes e pelas famílias dos mortos. O ponto máximo dessa crise foi setembro de 1918, auge da epidemia de gripe espanhola, quando em assembleia geral procuraram soluções para viabilizar a continuidade da Sociedade, mesmo com 82 pedidos de socorros. A partir de 1920, a Sociedade apresentou um saldo expressivo no fundo social, voltando a efetuar hipotecas aos associados, demonstrando uma recuperação financeira rápida.

Nos anos de 1918 e 1919, a Sociedade Humanitária Operária modificou sua arrecadação entre os sócios, como estratégia para viabilizar o pagamento dos auxílios segundo os estatutos. Para isso, passaram a cobrar uma determinada quantia a cada falecimento de sócio, desvinculando o auxílio-enterro dos

fundos sociais. Tal mudança fez com que a Sociedade mandasse imprimir talões específicos para esse fim, e anunciasse em jornais – *Comércio de Campinas* e *Diário do Povo* – quando seriam efetuadas essas cobranças. Além disso, aumentaram a porcentagem em 10% das arrecadações para o procurador, como forma de estímulo para receber as quantias referentes ao pagamento dos funerais, organizando um livro de ponto, como existia em outras sociedades, para verificação do pagamento deste. Também utilizaram o costume de nomearem um mês para a entrada de sócios sem jóia. Em 1920, a arrecadação sofreu outra instabilidade quando os trabalhadores da Companhia Mogiana entraram em greve, e as cobranças em suas repartições foram suspensas pelos chefes da oficina.

O registro do número de mortos e enfermos no ano de 1918 foi muito elevado, demonstrando que a população trabalhadora de Campinas foi atingida com intensidade pela gripe espanhola. Nesse ano e no seguinte, um costume da Sociedade foi modificado em função dessa epidemia. A presença de diretores no enterro dos associados foi proibida pela Delegacia de Saúde, sendo essa decisão respeitada pela Sociedade apenas nos casos indicados, retomando o hábito de acompanharem o enterro com o fim da epidemia. Nesse período ficou estabelecido que os auxílios seriam prestados somente aos sócios residentes em Campinas, sendo negado o pedido daqueles que residiam em Jundiá. Essa definição deu-se após longas discussões em torno da reforma dos estatutos em 1919. A partir disso, regularam o pagamento para o tratamento fora da cidade, somente no caso de comprovarem que o associado não estava residindo fora.

Outras estratégias foram adotadas para que a Sociedade permanecesse ativa na crise com a epidemia. Uma delas foi a realização de empréstimos com os próprios sócios, a passagem de lista pedindo donativos e a venda do segundo prédio, adquirido no período anterior.

Esse é um período de grande instabilidade na administração, com várias demissões dos membros da diretoria em 1917, contrários a manutenção dos estatutos em vigor, e em 1919, devido a situação financeira caótica. Os assuntos mais polêmicos são tratados diretamente em assembleias gerais, sendo adotado um discurso de que é necessário manter a soberania das decisões da assembleia. Com isso passaram a reforçar uma imagem do sócio ideal: dedicando-se a Sociedade com todo amor e obediência. Tais exigências recaíram principalmente sobre os cargos dos visitantes e procurador, responsáveis por

evitar que os sócios usurpassem a Sociedade e deixassem de contribuir. Em 1922, a situação já estava estabilizada e, o discurso do presidente José Rodrigues Pinheiro, em assembléia geral de 1923, passou a articular a memória da experiência vivenciada com a gripe espanhola para construir uma representação sobre o envolvimento ideal dos sócios com a Sociedade, atrelado a imagem do então presidente, que também vivenciou o período.

A admissão dos sócios continuou baseada nos termos enunciados anteriormente, mas nesse período houve um aumento do rigor para a verificação, por parte da comissão de sindicância, sobre o estado de saúde dos propostos. Por razões óbvias, a Sociedade procurava evitar a entrada de sócios que rapidamente utilizariam seus auxílios.

Os principais conflitos entre a diretoria e os sócios dessa etapa ocorreram em função da acusação de que, esses últimos, estariam difamando a Sociedade. Essas acusações são relatadas por terceiros ou testemunhadas por membros da diretoria que visitavam os doentes. Essa prática acabou tornando-se um ponto de conflitos, pois a diretoria ficava com uma imagem desacreditada diante os associados, que duvidavam que a organização conseguiria pagar todos os auxílios pedidos. Essa conduta levou a um outro ponto de tensão: a reforma dos estatutos em 1919, onde a diretoria e alguns associados defendiam certas estratégias para superarem a crise, e outros grupos de associados lutavam por outras. Houve várias petições para a revogação de decisões anteriores, mostrando que os sócios tinham interesses diversos. A primeira decisão optou por baixar o valor dos auxílios e obrigar que os sócios remidos passassem a contribuir. Essa decisão foi duramente criticada, pois a maioria dos associados não concordava com a contribuição daqueles que já haviam adquirido o direito da remissão. Vários sócios também eram contrários a diminuição dos valores dos auxílios, uma vez que entendiam que a Sociedade deveria cumprir suas funções integralmente. Após a demissão de vários diretores, a administração permaneceu estável e optou por pagar o valor total dos auxílios requeridos, não utilizar recursos dos remidos e buscar capital através de empréstimos internos.

Ainda nessa reforma de 1919, houve um incidente entre os membros da comissão de reformas que levanta alguns pontos interessantes.

“Manoel Martins expõe da forma que se passou a reunião onde ocorreram os insultos:

Urbano, sabem o que é preciso fazer aqui?

Martins, não, não sabemos!

Urbano, eu lhes digo, em primeiro lugar é preciso convidar a diretoria para que ela nos diga o que quer.

Martins, discordo por completo do seu modo de pensar porquanto a comissão nomeada pela assembléia geral só a mesma deve dar conta de seus trabalhos.

Urbano, bom não falemos. Mas nisto aqui o que é preciso fazer é que todos possam ser sócio e que todos possam ser diretores.

Martins, quanto a primeira parte eu concordo absolutamente com o senhor, quanto a segunda não posso absolutamente concordar porquanto a associação é fundada por operários, administrada e mantida pelos mesmos. Não devo por força alguma passar a mãos de terceiros.

Urbano, pois se isto não fazemos nada porque outro dia quando se deu lá a assembléia geral se não houvesse aqui esta cláusula em vez do presidente ser o Pinheiro quem era, era eu!

Martins, mas o senhor sabe que isto ainda dependia da vontade da assembléia geral.

Urbano, qual assembléia geral qual nada, eu sei muito bem como estas coisas se fazem.

Martins, pelo que estou vendo o snr pouco sabe.

Urbano, o que?! Com quem vc está falando! Sou presidente da Isabel a 7 anos!

Martins, o que devemos fazer aqui é o aumento das mensalidades e que cada um dos associados concorra com uma verba de 1#000 por falecimento de cada um dos associados, elevando-se de 50#000 para 100#000 a verba do funeral.

Urbano, isso é uma miséria, uma esmola vergonhosa, nem pensem nisso, eu pretendo mais tarde dar na Isabel 150#000 mensais a cada uma das viúvas dos sócios.

Martins, mas não vejo diferença do dinheiro que sai dos cofres sociais e aquele que sai das algibeiras dos sócios.

Urbano, isso é o que você diz.

Martins, suponhamos que apareça uma 2ª epidemia, com o que o senhor fará face as despesas sociais?

Urbano, boa pergunta, fecho a porta, meto a chave no bolso e faço viagem para o interior e quando os sócios perguntarem pelo presidente, digam fez viagem, quando ele vir entendam-se com ele. E eu quando vier pagarei só com o dinheiro que estiver em caixa, e acabando acabou-se.

Martins, mas o senhor sabe que para esses males há sempre recursos nas assembléias gerais.

Urbano, não se dão, eu se lá estivesse, no outro dia quando quiseram aquela assembléia geral, não a dava...

Martins, mas a lei manda que as diretoria as dê...

Urbano, qual lei qual nada, todos aqueles homens que assinaram aquela petição pedindo a assembléia geral são meia dúzia de cafajestes e desqualificados e eu o que fazia era suspender a todos os seus direitos sociais e estava tudo acabado.

Martins, eu pelo que estou vendo é que o senhor desconhece por completo o pessoal da Humanitária.

Urbano, qual o que, sou presidente da Isabel a 7 anos e conheço perfeitamente o movimento das associações."

O primeiro aspecto que se destaca é a participação dos associados em outras organizações, demonstrando a proximidade existente entre a Sociedade Humanitária Operária e a Beneficente Isabel, a Redentora. O segundo é a definição do caráter honesto e humanitário da Sociedade, resultante do engajamento dos associados e do zelo da diretoria para o cumprimento dos deveres definidos pelos estatutos. O poder de decisão sobre atitudes administrativas e o direito de contestação aparecem reforçados nesse episódio, quando houve o enaltecimento da assembléia geral. O terceiro é a questão da manutenção do caráter operário da Sociedade através da limitação de sua administração a esses membros. Com a aprovação desses estatutos, também ficou determinado que fossem nomeados secretamente, pelo presidente, fiscais dos visitantes e enfermos, que sem serem reconhecidos poderiam denunciar fraudes.

Em assembléia geral de 1922, houve algumas reformas nos estatutos, aumentando o auxílio funeral para 200\$000 réis e afirmando a soberania da assembléia, ao colocarem-se contrários ao artigo que impedia a reeleição das diretorias. Isso marcaria profundamente a administração posterior, que se concentrou na figura de uma única pessoa.

O contato com outras sociedades ficou mais restrito nesse período, limitando-se a comunicações sobre a eleição e posse das diretorias. As principais sociedades com quem se correspondem foram: Centro Operário Beneficente São José; Liga Humanitária dos Homens de Cor; Sociedade Beneficente Isabel a Redentora; Sociedade Protetora dos Condutores de Veículos e Associação Humanitária Campineira. Um fato que se destacou nesse período foi a partici-

pação da Sociedade de uma homenagem aos operários mortos na greve de 1917. Outro aspecto interessante foi a realização de um espetáculo para benefício da Sociedade, em 1919, organizado por Vianna F Bianchi, proprietário da empresa Colipsen.

Esse histórico da Sociedade Humanitária Operária evidencia a forma como os trabalhadores se organizavam e relacionavam, as estratégias que adotavam para conquistar seus objetivos e a maneira como entendiam o seu papel na sociedade. Dentro de um regime republicano excludente, submetidos a condições de vida precárias e instáveis, os trabalhadores procuravam meios para garantirem uma situação digna e respeitável, diferenciando-se dos miseráveis. A construção de uma identidade que agrupava as pessoas que dependiam do exercício de suas profissões para sobreviver foi um processo longo, resignificado durante todo o período analisado.

No período de fundação da Humanitária Operária (1898 a 1903), há um consenso sobre a forma como devem efetivar a existência da organização (através de registros em livros, aquisição de diplomas, elaboração de estatutos), buscando definir o modo como seria administrada e prestaria seus serviços a partir da prática e das discussões democráticas. A grande preocupação era a admissão de sócios que fossem identificados como operários e pessoas de boa conduta, possibilitando a construção de um espaço para que se representassem socialmente, sem perseguições ou repressões. O motivo para fundarem uma associação mutualista também foi definido pelas conseqüências vividas na epidemia de febre amarela, demonstrando que somente através da iniciativa particular poderiam garantir melhorias em suas vidas.

A representação social da Sociedade, por meio do estandarte e da sede própria, foi possível após a estabilização nas formas de arrecadação e pagamento de auxílios, aumentando o quadro de associados. A década de 1900 foi um período de agitações operárias, ocasionando a articulação entre diversas sociedades compostas por trabalhadores. A atuação autônoma dessa classe era evidente em todos os tipos de serviços que proviam as organizações, resultando em um reconhecimento do potencial político dos operários pelos outros setores da sociedade. A organização e participação nessas diferentes sociedades possibilitava a prática da democracia e da representação social de interesses específicos, que se colocavam como contrários aos de outras classes. Entretan-

to, a repressão e a perseguição provocaram mudanças nas estratégias operárias, pois deveriam caracterizar-se de outras maneiras para continuarem atuando livremente.

Na década de 1910, a Sociedade Humanitária Operária voltou-se para a sistematização da sua administração, otimizando os resultados para aplicação do capital em imóveis e hipotecas. Os resultados dessa modificação estrutural foram a diminuição da participação coletiva nas decisões; a centralização do poder na diretoria, impedindo refutações de suas atitudes; a limitação da atuação aos serviços prestados, deixando de se envolver e promover eventos diversos; o aumento dos conflitos entre associados e diretoria, evidenciando que a administração procurava normatizar a conduta dos sócios para evitar a ocorrência de fraudes. Essas fraudes evidenciam o comportamento dos operários, freqüentando botequins e bailes, portando armas, provocando intrigas, utilizando os auxílios para promoverem festas, ou seja, a diversidade da vida cotidiana passava a atrapalhar o funcionamento estabelecido para a associação.

Essa tendência foi interrompida drasticamente com a epidemia da gripe espanhola, que gerou a articulação da coletividade para buscarem soluções. O compromisso em cumprir aquilo prometido nos estatutos – o pagamento de auxílios em caso de doenças e morte – exigiu da diretoria um posicionamento mais aberto, dividindo a responsabilidade da administração com todo o quadro de associados. Dessa forma, a identidade operária ressurgia como o instrumento capaz de mobilizar a todos em prol do bem da Sociedade, evidenciando o direito de participação que todos os que pagavam suas mensalidades obtinham. O esforço coletivo gerou um discurso que entendia o ato de associar-se como uma atitude de devoção e envolvimento, garantindo a soberania da vontade da maioria. No começo da década de 1920, a experiência dos operários no funcionamento e administração da Humanitária Operária indica que poderiam definir a cidadania garantida pelo regime republicano como um compromisso contratual (pagamento de impostos em troca dos benefícios) e moral (o empenho individual para o bem da coletividade).

Capítulo 3

A mobilização operária em Campinas no começo do século XX

3.1 – As organizações operárias

A associação operária mais antiga apresentando alguns membros que posteriormente estariam na Humanitária Operária é o Club do Partido Operário. O clube foi definido como uma “Sociedade representante das classes operárias, fundada em maio de 1891. Tem 460 sócios. Funciona a rua Bom Jesus, nº 43.” Esse registro do *Almanack de Campinas para 1892* também traz a relação da composição da diretoria. O presidente era Francisco Cardona, dono da tipografia Cardona e organizador do almanaque de 1892. Havia os cargos de 1º e 2º vice-presidente; 1º, 2º e 3º secretários; 1º e 2º tesoureiros e 8 vogais. Arsenio de Camargo e Gabriel de Andrade eram os vogais que compuseram a administração da Sociedade Humanitária Operária desde sua fundação.

Provavelmente, essa diretoria era posterior aquela eleita em 23.06.1891, conforme o anúncio no *Diário de Campinas*. A reunião dos sócios do clube no salão Vitória resultou na seguinte diretoria:

Presidente: José Falqui

1º Vice-presidente: Hygino de Araujo

2º Vice-presidente: Luiz T Falcão

1º Secretário: Jorge R Junior

2º Secretário: Jorge Leonardo

3º Secretário: Frederico Baeziel

1º Tesoureiro: Antonio Pinheiro

2º Tesoureiro: Guilherme Blatner

Procuradores: Alfredo Saiffert; Martinho Bahde; Alfredo Gould; Luiz Prestes; José Prestes

Vogais: João Leite Ferraz; Claudio Monteiro; Joaquim Américo; G José Faria; Vitorino João; Francisco Prestes; Miguel G de Oliveira; Ernesto Moysés.

É interessante notar que a Humanitária Operária também utilizou o salão Vitória em 1898 para realizar suas assembléias gerais, demonstrando que havia

certos espaços compartilhados pelas associações operárias. Dessa diretoria, os membros que compuseram a Sociedade eram Hygino de Araujo, Alfredo Saiffert e Claudio Monteiro. O fato de diferentes associações possuírem membros em comum indica a complexidade da atuação operária, que mobilizava diferentes identidades e/ou objetivos para promover a associação. Ao definirem-se como operários, poderiam participar de clubes, ligas, sociedades mutualista, dançantes que buscavam nessa distinção social o caminho para concretizarem suas funções¹.

No livro de matrícula da associação, há informações sobre Gabriel de Andrade, classificado como sócio fundador, natural de Campinas, solteiro e pintor, falecido em 1927; Hygino de Araujo, ingressou em 1906, com 47 anos, casado, torneiro, brasileiro, falecido em 1923; Alfredo Saiffert, ingressou em 1906, com 37 anos, brasileiro, casado, ajustador, falecido em 1941; Claudio Monteiro, ingressou em 1907, com 42 anos, brasileiro, casado, torneiro, falecido em 1927.

Arsenio de Camargo foi eleito para o cargo de vogal, na primeira diretoria da Humanitária Operária. Entretanto, não compareceu a 3 sessões de diretoria, sendo expulso do cargo. O vogal alegou não cumprir sua função por ter sido transferido de cidade, desejando continuar apenas como sócio. A diretoria o autorizou, mas a falta de pagamento de mensalidades ocasionou a sua expulsão em janeiro de 1899. Gabriel de Andrade participou da administração da Sociedade como tesoureiro desde a diretoria provisória até 1900 (período em que cedia a sala de sua casa para as sessões), ocupando posteriormente os cargos de procurador e segundo tesoureiro até 1907. Hygino de Araujo foi membro da Comissão de contas nos mandatos de 1912 e 1913.

Apesar da atuação e o tempo de existência do Club não serem definidos na documentação, ele é importante para indicar que o reconhecimento mútuo de trabalhadores em diferentes profissões como sendo operários era algo solidificado na década de 1890. Essa identidade, que os distinguia socialmente enquanto classe, era utilizada para diversos fins, resultando na formação de diversificadas associações que buscavam amenizar os problemas cotidianos. Esse indício também demonstra que os operários entendiam os seus interesses e

¹ Ao longo desse capítulo, outras identidades que mobilizavam os operários serão investigadas, tais como as étnicas. A estratégia de utilizarem variadas formas para se definirem enquanto grupos sociais distintos fazem parte do mundo dos trabalhadores, que reconheciam a união como meio para superar a exclusão econômica e política.

objetivos como opostos aos de outra classe social, indicando a formação de um setor empresarial que se opunha ao bem-estar comum².

Através da leitura dos livros de atas da Sociedade Humanitária Operária foi possível localizar as seguintes associações com as quais mantinha contato freqüente: Sociedade 15 de Novembro; Sociedade Cruz Verde; Liga Operária de Campinas; Loja Maçônica Liberdade e Ordem; Circolo Italiani Uniti; Club Atlético Campineiro; Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos; Club Atlético Recreativo; Ideal Club; Sociedade Recreativa Ponte Preta; Liga Artística Beneficente; Sociedade Luiz de Camões; Club Concórdia; S D R Noites Recreativas da Ponte Preta; Sociedade Beneficente União dos Padeiros; Liga da Boa Imprensa; Sociedade Amiga dos Pobres; Federação Paulista dos Homens de Cor; Associação São Vicente de Paulo; Sociedade Empregados do Comércio de São Paulo; Sociedade Beneficente Portuguesa; Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos; Sociedade de Socorros Mútuos Protetora da Classe Operária; Sociedade Beneficente Isabel a Redentora; Associação Cooperativa Operária; Sociedade Luza Beneficente Artística Operária; Sociedade Beneficente São Batista; Cooperativa Edificadora Beneficente; Centro Português 5 de Outubro; Centro Operário Beneficente São José; Sociedade Protetora dos Condutores de Veículos e Associação Humanitária Operária de Campinas.

O grande número de associações indica a constante recorrência à formação de organizações que pudessem viabilizar a resolução de necessidades da classe operária. Além do mutualismo, eram oferecidos serviços na área do lazer (danças, jogos, bailes, quermesses, teatros), da educação (bibliotecas, escolas, salões de leitura), da infra-estrutura (aluguel de salas, quadras, salões), do crédito (empréstimos, hipotecas, consórcios para construção de casas) e da representação reivindicativa (organização para conquistas de direitos trabalhistas). Todas essas demandas compunham o mundo do trabalho, demonstrando a diversidade de interesses que promovia a união dos operários. A estruturação dessas associações podia ocorrer segundo a etnia, a profissão, o caráter dos serviços prestados, a região, as datas, santos ou personagens significativos ou através de uma denominação genérica.

² Nos almanaques de Campinas, o levantamento das associações existentes, contendo os membros de suas diretorias, indicaram a presença de associados da *Humanitária Operária* em outras organizações. Essa listagem segue anexada, com os nomes dos membros em comum em negrito.

A correspondência entre essas sociedades estava baseada na troca de informações a respeito da administração e eventos promovidos, buscando construir uma imagem de credibilidade. Outra consequência era o intercâmbio de experiências, promovendo um consenso sobre os mecanismos de funcionamento, organização e registros. Esse aspecto é importante para evidenciar a elaboração e significação de estruturas e códigos culturais em comum, que possibilitavam a comunicação entre diferentes trabalhadores, efetivando a construção de uma identidade operária.

No capítulo 2, através da análise do funcionamento da Humanitária Operária, foi possível interpretar quais as intenções entre a ligação dessa sociedade e as outras organizações. Neste item serão exploradas as informações obtidas sobre a história de algumas associações, completando um quadro mais amplo sobre a mobilização operária em Campinas.

A Sociedade Luiz de Camões foi fundada em 10 de junho de 1880, como relata o artigo da *Gazeta de Campinas* de 10.06.1930:

“Aquele movimento patriótico (comemoração do tricentenário de Luiz de Camões), ocorrido em 1880, foi promovido por um grupo de distintos membros da operosa colônia portuguesa e de brasileiros residentes nesta cidade. Foram eles: Comendador José Pereira de Andrade, agente consular de Portugal dr Valentim Lopes da Silveira Lopes, dr Augusto Ribeiro de Loyolla, Antonio Sarmiento, José Pinto da Cruz, Luiz de França Camargo e José Gomes de Oliveira Carneiro.”

Essa associação surgiu das comemorações realizadas em função do tricentenário de Luiz de Camões, que destacaram a cidade de Campinas em todo o país. Através da convocação de uma assembléia geral, com brasileiros e portugueses, o comendador José Pereira de Andrade expôs as vantagens da criação de uma organização que atestasse o patriotismo português em Campinas. Em seguida, foram eleitas a diretoria e a comissão para formulação de estatutos, aprovados em assembléia geral no dia 11 de julho. A associação era composta por diversas categorias de sócios (contribuinte, honorário, benemérito) e uma banda musical, que tocava em apresentações públicas e nas peças infantis encenadas pelos órfãos do Liceu de Artes e Ofícios. Outra atividade desempenhada pela organização, antes da epidemia de febre amarela, foi a educação ministrada para os filhos dos sócios em uma escola mista. Após esse episódio, a sociedade

limitou-se na atuação como centro recreativo, promovendo bailes e saraus dançantes às famílias associadas.

O ritual de fundação dessa associação recreativa na década de 1880 apresenta aspectos adotados pelas outras sociedades, com diferentes fins, indicando a existência de um consenso sobre a forma como deve ser fundada e administrada uma organização civil. O domínio desse conhecimento pelos operários em Campinas, permitiu que suas atividades em associações mutualistas fossem reconhecidas pelos outros setores da sociedade como legalmente válidas. Além disso, a prática do registro em livros, da eleição, da formulação de estatutos e da atribuição de certas funções aos cargos administrativos conferiam credibilidade à iniciativa operária.

O fato da Sociedade Luiz de Camões permanecer em funcionamento durante o período analisado, indica que o patriotismo português ainda era importante para alguns setores da sociedade. Outra questão que a análise dessa organização impõe é a investigação sobre o limite entre o pertencimento a um grupo por identificar-se com o modo como ele se define ou a entrada em uma associação simplesmente por causa dos serviços que oferece.

Além do patriotismo português, o italiano, espanhol e alemão marcaram as organizações de Campinas, inclusive aquelas que eram compostas majoritariamente por operários. Entretanto, em todos os estatutos consultados, assim como os registros sobre a fundação das associações, ficava explícito a política por uma adoção ilimitada de sócios, sem distinção de nacionalidade, religião ou cor. Isso pode ser explicado pela necessidade de atrair o maior número de sócios possível, para viabilizar a concretização dos objetivos da organização, mas também representa uma visão de mundo em que as diferenças não têm significado algum diante o cumprimento do contrato estabelecido. No caso das associações mutualistas, esse contrato é definido pela aceitação dos estatutos elaborados, pela adequação aos critérios para admissão, pelo pagamento das mensalidades e pelo empenho para a prosperidade da organização.

A Sociedade Beneficente Isabel a Redentora foi fundada no dia 13 de setembro de 1899 por iniciativa de alguns empregados da Companhia Paulista, entre os quais Francisco Prado, João José Batista e Antonio Leopoldino Soares. Em um artigo no jornal *O Comércio de São Paulo*, de 24 de janeiro de 1900, o objetivo da sociedade é descrito como o amparo aos sócios quando necessitas-

sem. A associação é descrita como apolítica, adotando como único programa a caridade, buscando a generosidade existente em todas as nações. A relação entre essa organização e o jornal está explícita no seguinte trecho:

“Uma vez que nos referimos a Isabel, a Redentora que nos parece que não será indiscrição da nossa parte, informando a quem nos dá a honra de ler estas linhas, que muito em breve o sr Dr Couto de Magalhães, digno diretor d'O Comércio, será encarregado pela diretoria daquela sociedade, de fazer chegar às mãos da snra d. Isabel um primoroso exemplar dos nossos estatutos, cuja capa será adornada com as cores nacionais, bem assim o diploma de presidente honorária da nossa sociedade.”

Além da troca de estatutos entre as associações, eles também eram enviados aos associados, pessoas homenageadas e órgãos da imprensa. Ao agradecer o exemplar recebido em 20 de fevereiro de 1900, o *Diário de Campinas* afirma que:

“A nova sociedade beneficente é pura e simplesmente uma corporação de auxílios mútuos que pode sem dúvida prestar muitos bons serviços aos seus associados, ministrando-lhes: o auxílio pecuniário quando inabilidades de adquirir os meios de subsistência, por moléstia, desastre ou velhice; idem para a ajuda funeral, luta da família do sócio falecido e doação a órfãs dos associados.

Não podem ser mais nobres e humanitários os intuitos da nova Sociedade, e cuja diretoria agradecemos a flueza da oferta que se dignou fazer-nos do exemplar de seus Estatutos, desejando que encontre, por parte do público, o acolhimento espontâneo e generoso a que tem incontestáveis direitos.”

Dois aspectos são importantes nesses trechos: 1) a caracterização da associação como simplesmente mutualista, sem defender ou propagar qualquer ideologia política, faz com que a historiografia interprete essas sociedades como espaços para promover unicamente a solidariedade operária. Entretanto, a falta de pesquisas empíricas sobre o cotidiano e a formação dessas organizações impede a interpretação da complexidade que envolvem; 2) o papel da imprensa no começo do século XX era essencial na legitimação para viabilizar a existência dessas organizações. No almanaque de 1892, o artigo sobre o desaparecimento da *Gazeta de Campinas* mostra como a sociedade entendia o papel da imprensa. Essa deveria lutar pelo desenvolvimento material, industrial e agrícola do município, reivindicando por melhorias para a vida urbana. O surgi-

mento das associações mutualistas era um indício das conquistas por condições melhores de vida, sendo incentivadas e reconhecidas na imprensa. Além disso, a imprensa local era fundamental para a comunicação entre a diretoria das organizações e seus associados, sendo o local para o anúncio de convocações.

É preciso estar atento para a significação atribuída às associações beneficentes pela imprensa. O fato de serem descritas como unicamente voltadas para a prestação de auxílios mútuos não exclui a afirmação de que operários militantes faziam parte do quadro de associados, de que podiam envolver-se com determinadas camadas da sociedade em busca de direitos e garantias, e de que podiam representar um espaço para a articulação operária sem que sofressem a perseguição direta por parte do poder público e patronal.

No caso da Sociedade Beneficente Isabel a Redentora, a união em torno de objetivos mutualistas possibilitou o contato com órgãos da imprensa, que realizaram a ligação dessa organização com figuras da corte portuguesa. Essa associação era composta por negros, que reverenciavam a figura da Princesa Isabel em alusão ao fim da escravidão. Principalmente no início da construção das ferrovias, a mão-de-obra empregada era de negros libertos, que conviveram posteriormente com os imigrantes. Em Campinas, foi muito presente a defesa de uma identidade negra, que buscava instrução escolar e dignidade social. Todos esses aspectos auxiliam na interpretação das motivações e estratégias adotadas pelos operários no Brasil, confirmando mais uma vez a diversidade que envolve o cotidiano do trabalhador e a necessidade de não serem analisadas apenas através das correntes do movimento político organizado.

A fundação da Isabel, a Redentora por ferroviários da Companhia Paulista reforça a hipótese de que esses operários eram bem organizados e articulados, sendo capazes de fundarem associações que obtivessem o reconhecimento do restante da sociedade. Ao conferirem extrema utilidade às associações mutualistas, os trabalhadores (principalmente os ferroviários) expõem uma visão de mundo que era particular a essa classe – a necessidade de garantir uma renda em caso de estarem impossibilitados de exercer sua função e para realizarem os funerais, auxiliando as famílias. Para a imprensa e o poder público e patronal, essas sociedades eram aceitas porque as entendiam como resultado de uma ação humanitária, propagando a solidariedade universal existente nos povos. Os trabalhadores percebiam que essa caracterização poderia assegurar um

espaço para atuação social e uma estratégia para evitarem a miséria diante a instabilidade. Entretanto, essa generosidade praticada através das mutualistas tinha um significado bem maior em suas vidas cotidianas, demonstrado na análise aprofundada do funcionamento da Humanitária Operária.

Em 1913, a Sociedade Isabel, a Redentora contava com 121 associados e um grande capital acumulado. Porém, no período de 1920 a 1924 sofreu grandes dificuldades, reveladas nas constantes convocatórias para assembléias que nunca obtinham o número mínimo de associados. Uma reforma nos estatutos e a eleição de nova diretoria possibilitou sua estabilização a partir de 1926.

Uma das características marcante das sociedades fundadas em Campinas é a mobilização da identidade negra, possivelmente originada pelo grande contingente escravo que a cidade possuiu, absorvido no mercado de trabalho após a abolição. Esse também é o caso da Federação Paulista dos Homens de Cor e da Liga Humanitária dos Homens de Cor

A Federação Paulista dos Homens de Cor ³ foi criada em 1903 pelo Professor Francisco José de Oliveira, com a denominação inicial de Centro Literário dos Homens de Cor. Ela era uma sociedade de auxílio mútuo, diferenciando-se em suas finalidades ao propor o desenvolvimento da consciência em prol do desenvolvimento moral e intelectual dos negros; desenvolver a aptidão literária; desenvolver a educação cívica, acompanhando a evolução política do país e velar pela educação dos sócios adultos analfabetos. Além disso, deveria criar uma biblioteca de estudos, uma sala de palestras, organizar programa de conferências públicas e sessões literárias em datas comemorativas, tais como a abolição da escravatura e a proclamação da República.

Os sócios fundadores do Centro Literário eram Francisco José de Oliveira, Raimundo Salatiel Pereira, Albino Souza Augusto, José Benedito de Paula e Manuel Francisco dos Santos. Também faziam parte da primeira diretoria Torquato Carvalho Braga, Benedito Florêncio, Bernardino José Cardoso, Albino Aranha, Humberto Camargo e Augusto Claudio. No início, chegaram a produzir um periódico porta-voz da entidade chamado *O Baluarte*.

³ As informações sobre essa associação foram retiradas do acervo no Arquivo Histórico do CMU e da obra de PEREIRA, José Galdino. *Os negros e a construção da sua cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor – 1896 a 1914*. Dissertação de mestrado, Campinas: Faculdade de Educação/Unicamp, 2001.

Foi encontrado apenas um número desse jornal (15.01.1904), que parece ter circulado durante dois anos. Nesse há um artigo discutindo as causas da mendicância na cidade. Esse problema ganhava destaque na imprensa local, que publicava as pessoas que adquiriam autorização do Intendente Municipal (prefeito) para mendicarem duas vezes por semana, diante a confirmação médica de que estavam incapacitados para o trabalho. Esse aspecto evidência uma outra função das associações mutualistas – oferecer uma alternativa aos inválidos e doentes, evitando a mendicância e degradação moral da classe trabalhadora. A intenção de evitar essa situação precária fica evidente quando as sociedades unem-se em subscrições a favor de pessoas necessitadas, ou vítimas de catástrofes.

Em 1909, a Federação admitiu a participação de brancos na entidade, como a de Antonio Alvares Lobo (vereador de Campinas de 1890 a 1914). Ele tornou-se o responsável pelo conselho fiscal da instituição, além de registrar em livros e relatórios o funcionamento e administração. Essa atitude fez com que todas as ações da Federação fossem atribuídas a Antonio Lobo, reafirmando nos estatutos a legalidade da ocupação dos cargos do conselho fiscal por pessoas estranhas a sociedade. A ligação da Federação com o deputado federal negro dr Monteiro Lopes foi intensa. Esse político lutava pela unificação das entidades negras, apoiando as organizações que pudessem congregar as outras.

Antes da fundação da Federação, Francisco José de Oliveira participava como professor da Sociedade de Instrução e da Escola em anexo à Capela de São Benedito, voltadas para a educação dos negros. Ao sair dessas organizações, estruturou o Colégio São Benedito com o mesmo objetivo. A participação dos políticos no conselho fiscal permitiu a arrecadação de verbas para o funcionamento da escola, que foi anexada à Federação Paulista dos Homens de Cor em 1910.

A participação de políticos na organização foi encerrada após a morte do deputado Monteiro Lopes, revitalizando a comemoração do 13 de Maio como um fator para reorganização dos negros. Essa estratégia evidencia outra prática comum no início do século XX: a participação em eventos públicos, trazendo visibilidade para a associação. Isso explica o porquê das organizações definirem as cores, símbolos, diplomas, estandartes e bandeiras que simbolizam a instituição, buscando através dessas demonstrações públicas reafirmarem a seriedade das associações. Desde 1907, a Federação organizou as solenidades para as comemorações do 13 de maio, convidando associações de socorros mútuos,

de categorias profissionais e recreativas para participarem dos eventos. Isso evidencia a aproximação entre organizações com diversos fins, comprovando a existência de uma rede comum de associados que permite a articulação de diferentes identidades por uma mesma pessoa, ampliando suas possibilidades de sociabilidade.

Outra entidade fundada a partir da identidade negra foi a Liga Humanitária dos Homens de Cor, “fundada para a congregação e engrandecimento de uma raça, avança nos nossos dias para destinos de indiscutível progresso e prosperidade. Surgiu da vontade e do trabalho de um grupo de cidadãos que a seu tempo freqüentavam a Sociedade Dançante União da Juventude.”⁴ A assembléia geral que marcou sua fundação ocorreu em 15 de novembro de 1915, aprovando os estatutos que regeriam a sociedade durante décadas. Entre os fundadores estavam brancos, definidos como:

“... amigos da raça, que, entusiasmados com a iniciativa, solicitaram a sua inclusão no quadro social, os quais encabeçaram no registro da Sociedade. Um grande número de sócios brancos, gosando de todos os direitos facultados no estatutos.”⁵

A Liga Humanitária dos Homens de Cor possuía uma estrutura administrativa, prestação de serviços, quadro de associados e forma de funcionamento semelhantes aos da Humanitária Operária. A documentação disponível⁶ evidencia essas práticas comuns, levando a indagações sobre as causas que motivaram a fundação de uma associação mutualista em 1915 por operários que já pertenciam a outras, utilizando como distinção social a identidade negra. Outro ponto obscuro é entender o alcance do potencial mobilizador que essa identificação possuía, indicando que a população negra trabalhadora era numerosa. Seriam necessárias investigações mais aprofundadas sobre o período posterior à abolição para analisar a absorção de ex-escravos no mundo do trabalho livre, e quais as conseqüências para suas vidas cotidianas. Entretanto, é interessante notar o convívio entre negros, imigrantes e brasileiros em todas as sociedades

⁴ Correio Popular, 04/09/1947.

⁵ Idem. Entre os fundadores havia membros da Sociedade Humanitária Operária, tais como Armando Gomes, Benedito Barnabé Pompeu, Braz Bueno de Prado, Estanislau Gomes, Lazaro Gama, Paulo Estevam e Antonio Bozza.

⁶ Acervo do Arquivo Histórico / CMU – Unicamp e Arquivo particular da Liga.

analisadas, indicando que as necessidades cotidianas podiam sobrepor as diferenças em determinados momentos.

Algumas informações foram encontradas no *Correio Popular* de 04.09.1936 sobre a Sociedade Amiga dos Pobres, fundada por ferroviários em 1903. Seu objetivo era oferecer abrigo noturno aos necessitados que dormiam nos armazéns da Estrada de Ferro, de qualquer sexo, país ou religião. Além disso, ofereciam café e pão pela manhã, recomendando a hospitais aqueles que estivessem enfermos. Essa sociedade mantinha um albergue desde 1904, sendo nesta época dois prédios próximos a estação, mudando para outro em 1907. Nesse albergue havia dormitórios feminino e masculino, uma casa para o zelador e uma escola mista. A partir de 1911, assumiu o enterro dos indigentes (antes era efetuado sem caixão) até 1932, quando a prefeitura se responsabilizou pelo serviço.

Essa associação indica a existência de objetivos externos à necessidade cotidiana dos trabalhadores que também ocasionavam a união dos operários. No caso da Sociedade Amiga dos Pobres, para evitar o confronto com mendigos desabrigados que ocupavam a estação, atendiam à demanda por assistência social, assumindo a responsabilidade por um serviço que posteriormente seria prestado pelo poder público. Essa experiência permite a indagação sobre o teor das aproximações entre os operários e o poder público, pois elas ocorriam por diferentes razões (das parcerias no setor social as reivindicações).

A única organização reivindicatória operária em contato com a Humanitária Operária foi a Liga Operária de Campinas⁷. Ela enviou delegações aos 1º Congresso Operário (1906), 2º Congresso Operário Estadual de São Paulo (1908) e 2º Congresso Operário (1913). No 1º Congresso Operário, há uma “clara influência do sindicalismo revolucionário. ...Tal doutrina, nos anos imediatamente anteriores a 1906, chega a dominar a organização do movimento operário em São Paulo.”⁸ Dele resultou a Confederação Operária Brasileira

⁷ A relação entre a *Liga* e a *Humanitária Operária* foi bem próxima nos anos de 1906 e 1907, quando ficou evidente a presença de sócios comuns nas duas organizações. A *Humanitária Operária* alugava uma sala da cede da *Liga* para realizar suas sessões, rompendo esse contrato após um aumento do aluguel pela Liga, em função de sua mudança de prédio. Entretanto, a análise da *Liga* indica que o possível distanciamento ocorreu devido ao seu envolvimento na greve dos ferroviários da Paulista em 1906.

⁸ HALL, Michael. PINHEIRO, Paulo S. *A classe operária no Brasil documentos 1889-1930 O movimento operário*. São Paulo: Alfa-omega, v 1, 1979, p 41.

(COB), primeira organização operária coordenando e trocando informações no interior do movimento operário. Ela definiu-se como não pertencente a nenhuma escola política ou doutrina religiosa, formada por federações nacionais de indústria ou ofício, uniões locais ou estaduais de sindicatos e sindicatos isolados, em lugares onde não há federações.

A Liga Operária de Campinas estava representada por Alfredo Vasques e Antonio Augusto do Amaral Chaves, no total de 43 delegados representando 28 sindicatos operários. De acordo com as resoluções desse Congresso, a sociedade operária não deveria aderir a uma política partidária, pois se achava extremamente dividida, sendo a única base comum a defesa pelos interesses econômicos; o 1º de Maio não podia ser festejado, pois era uma data que nasceu de uma ação reivindicatória trágica; a resistência seria a ação essencial, pois a beneficência, o mutualismo e o cooperativismo sem ela apenas facilitam o domínio dos patrões⁹; o principal objetivo das lutas operárias deveria ser pela adoção da jornada de 8 horas de trabalho.

A influência dessas resoluções está explícita no jornal campineiro *A Voz Operária* (01.05.1907). As reportagens defendiam um 1º de Maio sem festejos e comemorações, lembrando a origem da data e seu significado para os operários reivindicarem os interesses econômicos; adota a adesão indistinta dos operários, sem filiar-se a partidos, religiões¹⁰ ou raças; defendem a luta pelas 8 horas de trabalho, relatando essa conquista por certos setores. Um fato bastante relatado foi a greve dos ferroviários da Paulista em 1906¹¹, indicando a proximidade entre esses ideais e a forma como os operários atuaram na greve.

⁹ É interessante notar que essa resolução parece contraditória ao fato de membros da Liga também comporem uma sociedade mutualista, chegando a dividir o mesmo espaço para a realização de sessões. Entretanto, essa proximidade não mudou as características dos serviços prestados por cada organização, demonstrando que a prática mutualista também era comum entre militantes que a condenavam. Isso pode ser explicado devido as reivindicações não serem rapidamente nem facilmente atendidas, sendo necessário garantirem meios para sobreviverem caso não pudessem trabalhar, o que não impedia a adoção de uma postura militante.

¹⁰ Neste ano, a relação entre a Liga e a religião católica está abalada por causa da criação de uma escola. Nela não havia o ensino religioso, defendendo uma proposta pedagógica positivista. A perseguição católica a essa instituição de ensino fundada para os filhos dos operários evidencia os limites da relação com o movimento operário.

¹¹ Essa greve é descrita e analisada por LEME, Dulce M. P. de Camargo. *Trabalhadores ferroviários em greve*. Campinas: Unimcap, 1986.

“Fomos solidários com os grevistas da Paulista, fizemos uma greve pacífica sem pretensões e com o respeito devido aos superiores. Nesta mesma greve foram presos alguns companheiros; e entre eles, um foi levado para o quartel, daí noite escura vedaram-lhe os olhos com o fim de o amedrontar, o conduziram em carro e o trancafiaram em um imundo vagão de cargas da Companhia Paulista.

De anormal temos a registrar que nas oficinas da Companhia Paulista houve grande troca de postos de pessoal, procurando-se sempre menosprezar a classe que a eles dão o pão – os operários.

Nas oficinas da Companhia Mogiana houve algumas faltas: alguns operários tendo sido coagidos, não tiveram outro recurso, senão o de descobrirem umas boas irregularidades praticadas nas oficinas dos carpinteiros; daí deu causa de serem demitidos, sem que tivessem culpa alguma; e, se culpa existisse era unicamente em benefício dos cofres da mesma Companhia, mas como dizem eles, que haja justiça, que sejam os culpados e os não culpados.

Também tem sido despedidos alguns operários e maquinistas, unicamente pelo grande crime de fazerem parte da Liga Operária como se os operários não tivessem o direito de livre consciência – pertencer a esta ou aquela sociedade. Coisas estas que esperamos não se reproduzam, atendendo ao caráter firme e inabalável do sr dr José Pereira Rebouças, que merecidamente é estimado e particularmente pelos operários em geral.”

O jornal também reproduziu o protesto apresentado em assembléia geral extraordinária da Liga Operária de Campinas, no dia 14.03.1907, denunciando irregularidades na Companhia Mogiana. O periódico tinha o objetivo de colocar-se como um espaço para que os operários denunciassem as arbitrariedades cometidas nas indústrias. Nesse protesto, a Companhia Mogiana é acusada de perseguir os membros da Liga, impedindo a cobrança das mensalidades nas oficinas, demitindo aqueles que denunciavam irregularidades dos mestres e obrigando os empregados a assinarem declarações no jornais afirmando que não participariam da Liga. A associação respondeu confirmando a instabilidade que existe quando os operários não estavam unidos e organizados, pedindo a conscientização de todos para não se intimidarem com essas ameaças.

Os maus tratos, a violência, os roubos e arbitrariedades praticados contra os ferroviários, a perseguição moral e física, impedindo o uso da liberdade de escolha, as péssimas condições de trabalhado e a tirania dos mestres e chefes de oficinas foram as causas para a deflagração da greve dos operários da Paulis-

ta em 1906, e reapareciam nas denúncias da Liga como constituintes do cotidiano dos trabalhadores na Companhia Mogiana. A atuação da Liga Operária de Jundiá e Campinas na greve de 1906 representando os interesses dos operários, articulando a comunicação entre todos os locais que paralisaram, exigindo a demissão de um chefe de oficina, o fim da filiação compulsória à sociedade beneficente mantida pela Companhia e elaborando comunicados que justificavam suas reivindicações para a sociedade fez com que o setor patronal impedisse a continuidade desses tipos de organização. Entretanto, a repressão não significou o fim da Liga, ainda presente no 2º Congresso Operários de 1913.

3.2 – O mutualismo como modelo para legitimar um direito trabalhista

A primeira lei formulada sobre o mutualismo foi a de nº 1083 de 22.08.1860, regulamentada pelo decreto nº 2711 de 19.12.1860, autorizando a fundação de sociedades mediante a autorização do Imperador e do Presidente da Província. Para que essa autorização fosse concedida era preciso enviar os estatutos da organização, contendo o nome da entidade, o local da sede, seus fins, duração prevista, valor da contribuição mensal, forma como arrecadariam o fundo social, os serviços prestados, a atribuição dos administradores e da assembléia geral, o modo como seria administrada, as condições para elegibilidade dos membros, os critérios para a admissão, expulsão e o número de sócios. Após a aprovação dos estatutos, a sociedade adquiria personalidade jurídica, isenção dos impostos de selo, direito a receber 6% dos juros capitalizados no final do semestre, caso depositasse o fundo na caixa econômica. Qualquer alteração nos estatutos deveria ser comunicada, com punições para os que não seguissem a lei.

A lei nº 3150 de 04.11.1882, regulamentada pelo decreto nº 8821 de 20.12.1882, altera a de 1860, exigindo a autorização somente para as sociedades anônimas. Esse tipo de associação teria consolidada as disposições legislativas e regulamentares sobre seu funcionamento no decreto nº 434, de 1891, vigorando até 26.09.1940, quando foi alterada pelo decreto-lei nº 2627.

Somente através do decreto nº 173, de 10.09.1893, as sociedades de socorros mútuos puderam tornar-se jurídicas, registrando seus estatuto e publi-

cando parte deles no *Diário Oficial* do Estado. Essa medida foi reafirmada pelo código civil de 1917. A Sociedade Humanitária Operária efetuou a publicação de seus estatutos no *Diário Oficial* de 23.05.1906:

“A Sociedade Humanitária Operária, fundada em 18.09.1897, nesta cidade de Campinas e regida pelos estatutos aprovados em assembléia geral extraordinária em 09.10.1904, tem por fim: socorrer aos seus associados quando enfermos com auxílios pecuniários; quando em estado de invalidez, com pensões; e quando falecerem, providenciando quanto ao enterro. A Sociedade será administrada por diretoria composta de 11 sócios, eleitos em assembléia geral e os seus cargos são: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, tesoureiro, procurador, cobrador e 4 vogais, tendo o mandato a duração de um ano, a contar de 18.09. A Sociedade será representada ativa e passivamente em juízo, e em geral, em suas relações para com terceiros, pela diretoria e seu presidente. A Sociedade pode adquirir bens de qualquer natureza e contrair obrigações sem que os associados respondam subsidiariamente pelas obrigações que a diretoria contrair expressa ou intencionalmente, em nome da mesma Sociedade.

Campinas, 11 de maio de 1904.”

Depois do registro, a associação conseguiu aplicar o fundo social em bancos, acumulando o capital necessário para a compra da sede. Entretanto, essa iniciativa partiu do aviso de um associado, procurado por um advogado que informava a necessidade de regulamentarem a situação da organização. Isso indica a aproximação entre as organizações operárias e profissionais liberais, sendo muito comum no início do século que advogados, médicos e dentistas oferecessem seus serviços gratuitamente. Essa oferta poderia ocorrer quando os profissionais eram simpáticos às ideologias e causas operárias, ou quando eram personagens que se propunham a praticar a generosidade¹².

A relação entre a existência das associações mutualistas e a política de previdência social no Brasil evidencia aspectos intrigantes sobre a constituição dos direitos trabalhistas. Através do decreto nº 4682, de 24.01.1923, o governo federal estabeleceu as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para os fer-

¹² Nos anúncios em jornais e almanaques oferecendo os serviços de médicos e advogados, há constante referência sobre aqueles que serviam a organizações operárias. Essa atitude pode ser exemplificada pelo registro em ata da *Humanitária Operária*, quando um médico envia um ofício disponibilizando-se a consultar os associados gratuitamente.

roviários das companhias privadas. Esse tipo de benefício já era concedido a funcionários públicos desde o final do século XIX, porém somente em 1923 foi estendido ao setor privado. O deputado Elói Chaves redigiu o projeto, baseado nas legislações argentina e alemã, além de propostas elaboradas pelas diretorias das Companhia Paulista de Estradas de Ferro e São Paulo Railway.

Essas empresas criavam associações beneficentes, cooperativas e escolas para atender as demandas operárias. Entretanto, elas eram controladas por chefes de oficinas, que as transformavam em um reduto para empregar familiares e pessoas próximas, utilizavam os fundos em benefício próprio, além de converter as multas aplicadas aos trabalhadores para os cofres das sociedades. A insatisfação com esses serviços foi uma das causas da greve na Companhia Paulista em 1906, sendo constantes as denúncias a respeito de abusos nesse setor.

As agitações operárias das décadas de 1910 e 1920 ampliaram, demonstrando que a repressão policial não era totalmente eficiente para o extermínio das reivindicações. Os operários campineiros demonstravam uma grande capacidade para se organizarem em associações que promoviam os serviços que necessitavam, resistindo às perseguições e repressão patronal. Os ferroviários já haviam comprovado o seu poder de mobilização, através das greves em 1906 e 1920, paralisando o escoamento da produção estadual de café. Após a Primeira Guerra Mundial, havia uma pressão internacional para a adoção de legislações sociais nos países, buscando o fim das agitações e pobreza.

A primeira consequência dessas mudanças no Brasil foi a aprovação do decreto nº 3724, de 15.01.1919, concedendo aposentadoria às vítimas de acidente de trabalho. Em abril de 1923, foi criado o Conselho Nacional do Trabalho, agilizando a aprovação da lei Elói Chaves. As CAPs reforçaram a idéia de que o direito à aposentadoria e aos auxílios em caso de doenças não é algo inerente ao trabalhador, mas deve ser adquirido por meio contratual. Os recursos seriam garantidos mediante a contribuição do Estado, da empresa e do trabalhador, que agora é obrigado a filiar-se nesse sistema, esperando que o Estado gerencie e regulamente os fundos.

Os problemas desse modelo previdenciário são: 1) concessão por categorias profissionais, ocasionando em diferenciações de acordo com o poder de barganha de cada profissão; 2) o Estado e a empresa contribuem, proporcio-

nalmente, em menor quantidades que o trabalhador; 3) a legislação impede que os trabalhadores tenham controle sobre o processo de arrecadação e administração do fundo, concentrando essas funções no Estado; 4) utilização do capital depositado para fins públicos, provocando a falência do sistema.

As sociedades de socorros mútuos eram uma iniciativa particular, proporcionando autonomia aos operários e alternativas para obterem outros serviços, que traziam melhorias em suas vidas. O seu modelo administrativo baseado na transferência de poderes a diretoria, garantindo o acesso aos auxílios diante o pagamento regular de mensalidades, foi aplicado às CAPs como meios para a aceitação operária da medida, uma vez que reproduzia algo que já praticavam. Entretanto, o Estado retirou os mecanismos que atribuíam a essa prática um caráter democrático, retirando o caráter político da experiência operária.

O funcionamento de sociedades mutualistas, cujo quadro de associados era composto em sua maioria por ferroviários, mesmo no período posterior ao da Lei Elói Chaves, indica a necessidade dos operários permanecerem construindo suas próprias estratégias de sobrevivência. O significado atribuído a essas organizações, os serviços prestados e a forma de atuar modificam-se nas décadas seguintes, permanecendo como indícios sobre o modo de vida e a visão de mundo dos operários campineiros.

Considerações Finais

A formação da Sociedade Humanitária Operária trouxe diversos indícios sobre a maneira pela qual os operários se uniam, concretizavam melhorias em suas vidas e atuavam socialmente. A dinâmica de sua administração revelou um mundo do trabalho complexo, composto de diferentes interesses, organizações, personagens. Entretanto, a experiência da exploração e da exclusão forneceu elementos para uma identificação mútua.

As reivindicações operárias resultavam na adoção de variadas estratégias para solucionarem seus problemas. As sociedades de socorros mútuos eram uma delas, simbolizando a maneira como os operários lidavam com suas necessidades e o modo como entendiam o seu lugar no mundo. A fundação dessas associações e a filiação a elas não implicavam a inexistência de outras formas de união, possibilitando a convivência entre associações com diferentes fins que compartilhavam certos membros.

Durante a República Velha, a elaboração de uma imagem positiva sobre o trabalhador e a resolução de questões cotidianas tornaram-se os principais objetivos que impulsionavam a formação das organizações mutualistas. A diferenciação entre o trabalhador escravo e o livre surge da qualificação / formação que o operário em Campinas expunha como aspecto dignificante. Através da construção de uma representação onde o trabalhador é honesto, responsável e capacitado, os operários conseguiam um certo prestígio social que permitia a sua união. Dentro de um governo republicano liberal, essa atitude significava buscar a cidadania (direitos e deveres; reconhecimento de sua existência pelo poder público) e a participação ativa na construção da sociedade.

As associações mutualistas eram espaços onde os trabalhadores articulavam soluções para suas demandas cotidianas e construíam representações, mobilizadas socialmente para evidenciar a sua existência enquanto força política, dotada de um projeto para organizar a sociedade. Esse projeto ficou explícito no funcionamento da Humanitária Operária, principalmente através das práticas de registro, adoção de símbolos, estatutos e eleições. Os associados entendiam que uma sociedade deveria ser regida por leis, criadas de acordo

com a realidade em que viviam, após aprovação de todos os que estavam envolvidos. Os diretores das associações eram eleitos por voto secreto e individual, demonstrando a inserção dos trabalhadores na prática democrática. O registro do funcionamento das organizações em livros, com a formalidade das atas redigidas em outros setores, evidencia o objetivo dos operários em cristalizar suas ações, inseridas em um contexto formal, podendo ser reconhecidas pelas outras camadas da sociedade.

As sociedades de socorros mútuos são um aspecto essencial para auxiliar na interpretação da formação da classe operária brasileira. Elas trazem indícios sobre a mobilização operária, a vida cotidiana e a cultura que esse setor desenvolvia em cada período histórico. Além disso, essas organizações são fontes para o estudo da construção de uma consciência de classe, que não se expressa exclusivamente no âmbito político. Segundo Hobsbawm¹, a experiência no trabalho industrial criou um operariado que aprendeu a sobreviver através de sistemas complexos de confiança mútua, gerando certa independência e espaços onde atuavam fora do controle dos outros setores.

O estudo de caso sobre uma associação mutualista campineira permitiu a descoberta de um mundo operário complexo, composto por diversas categorias profissionais, etnias, interesses e estratégias. A ausência de análises sobre os trabalhadores no interior do estado de São Paulo evidencia o descaso em relação à documentação existente, que resgata a prática desses sujeitos históricos. A leitura das fontes, contextualizada pelos aspectos econômicos e sociais, proporciona a elaboração de hipóteses sobre a maneira como os operários se uniam e construíam uma identidade própria. Porém, o mais importante é a percepção de que essas ações resultavam na modificação das condições materiais de vida por meio dos socorros proporcionados em caso de doença, invalidez, falecimento, e na articulação de uma representação social. A atuação operária em Campinas mostrou-se rica e dinâmica, indicando com maior coerência o modo como os trabalhadores participaram da história brasileira.

¹ HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RELAÇÃO DAS FONTES

- **Arquivo Edgard Leuenroth – AEL / Unicamp**

- **Jornais:**

A Voz Operária (1907)

Cidade de Campinas (1896, ..., 1910)

Correio de Campinas (1885, 1887, 1908)

Diário de Campinas (1875, ..., 1900)

O Mensageiro (1909, ..., 1912)

- **Biblioteca da Câmara de Vereadores de Campinas**

Resoluções, Leis e Decretos da Câmara Municipal de Campinas 1890 – 1945

Novas Tabelas de Impostos Municipais e Regulamentos 1906

Relatórios de trabalho e serviços da Prefeitura de Campinas 1912-13-15-16-31 e 1948

Código de construção 1934

- **Biblioteca – Centro de Memória Unicamp / CMU**

- **Recortes de jornais – Hemeroteca**

“Festival da páscoa promovido pela Federação Paulista dos Homens de Cor”

Correio Popular, 06.04.1958

“ 53 aniversário da Federação Paulista dos Homens de Cor”

Correio Popular, 15.11.1956

“50º aniversário da Federação Paulista dos Homens de Cor”

Correio Popular, 15.11.1953

“57º aniversário da Federação Paulista dos Homens de Cor”

Correio Popular, 15.11.1960

JULIO, Mariano “No giro do tempo”

Correio Popular, 28.11.1981; 28.11.1976; 28.11.1975

- **Jornais**

Correio Popular 1927-58; 1971-73; 1994-2001; 1968-70

Diário do Povo 1929-58; 1916-24; 1916-93

Comércio de Campinas 1907

- **Estatutos**

Sociedade Humanitária Operária (1970)

Sociedade Musical Carlos Gomes (1881)

Club de Fevereiro (1910)

Liga Santa Teresinha do Menino Jesus (1929)

Centro de Ciências Letras e Artes (1925)

Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Campinas (1939)

▪ **Publicações sobre a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro**

COMPANHIA Mogiana e o Supremo Tribunal Federal *Causa Carneiro da Cunha*, Campinas: Typ Casa Genoud, 1916.

COMPANHIA Mogiana *Descrição das oficinas de Campinas*, Campinas: Typ Livro Azul, 1908.

COMPANHIA Mogiana *1872 – 1922 Centenário do Brasil: cincoecentenário da Companhia*, Campinas: Typ Casa Genoud, 1922.

▪ **Obras raras**

ABREU, Francisco de Campos. *Apontamentos históricos, biográficos e genealógicos*. Campinas: s.n., 1929.

_____. *Contabilidade das instituições hospitalares*. Campinas: Typ Casa Genoud, 1927.

AMARAL, Leopoldo. *Campinas: recordações*. São Paulo: Estado de S Paulo, 1927.

AMARAL, Plínio do. *Campinas: monografia*. São Paulo: Habitat, 1955.

_____. *Campinas: monografia*. São Paulo: Roman, 1950.

ANDRADE, Domingos org. *Álbum de Campinas: comemorativo do centenário da Independência do Brasil: 1822-1922*. Campinas: Typ Casa Genoud, 1922.

BANDEIRA JUNIOR, Antonio Francisco. *A indústria no Estado de São Paulo em 1901*. São Paulo: Typ do Diário Oficial, 1901.

CARNEIRO, Alfredo *Histórico da epidemia em Campinas: 1889-1890*. Campinas: Typ Cardona, 1891.

CASA da Saúde de Campinas *90 anos servindo*. Campinas:[s.n.], 1971.

COMPROMISSO e regulamento do cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral de Diocese de Campinas. Campinas: Typ Casa Mascotte, 1918.

COMPROMISSO e o regulamento do cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paroquia de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Campinas. Campinas: Escola Typ do Liceu de Nossa Senhora Auxiliadora, 1900.

EXPOSIÇÃO Nacional (1908: RJ). *Estado de São Paulo: catálogo geral ilustrado*. 2ª ed. São Paulo, Comissão Executiva da Exposição, 1908.

HOMENAGEM da Companhia Paulista de Estradas de Ferro ao seu fundador. São Paulo, s.n. 1927.

LOBO, Pelagio Alvares. *Elogio dos sócios mortos no ano social 1918 – 1919*. Campinas: Typ Casa Genoud, 1919.

MOURA, Joaquim Ribas da Costa. *A lei dos ferroviários*. Campinas: Typ Casa Genoud, 1923.

- OCTAVIO, Benedito. *Campinas: apontamentos historicos e estatisticos*. Campinas: Typ da Casa Mascotte, 1907.
- PINTO, Alfredo Moreira. *Campinas: impressões de viagem*. Rio de Janeiro: Typ do Brasil, 1898.
- PIZA, Marcello. *Os municípios do Estado de São Paulo*. São Paulo: S A C O P, 1924.
- SANTA Casa de Misericórdia de Campinas *Primeiro Centenário 1871 – 1971*. São Paulo: Emp Graf Ver dos Tribunais, 1972.
- VOLKART, Christiano. *Monografia de Campinas*. Campinas: Typ Vap Livro Azul, 1903.

▪ **Almanaques**

- ALMANACH do Estado de São Paulo para 1891. 8º anno. São Paulo, Ed Companhia Industrial de São Paulo, 1891.
- AMARAL, Leopoldo, org. *A cidade de Campinas em 1900*. Campinas, Typ a Vapor Casa Livro Azul, 1899.
- CARDONA, Francisco & ROCHA, José, org. *Almanach de Campinas; litterario e estatistico 1892*. Campinas, Typ Cardona, Imprensa a Vapor, s.d.
- DIAS e ALVES, org. *Guia de Campinas*. São Paulo, Typ Heitor & Alves, s.d. (1906).
- LÁDEIRA, José M OCTAVIO. Benetido,(org) *Almanaque de Campinas para 1908*, Campinas: Casa Mascote, 1907.
- OCTAVIO, Benedito, org. *Campinas: apontamentos historicos e estatisticos*. Campinas, Typ da Casa Mascotte, 1907.
- OCATVIO, Benedito. MELILLO, Vicente. *Almanaque Histórico e Estatístico para 1912*, Campinas: Typ Casa Mascote, 1911.
- OCTAVIO, Benedito & MELILLO, Vicente, org. *Almanach historico e estatistico de Campinas*. Campinas, Typ da Casa Mascotte, 1914.
- MELILLO, Vicente, org. *Almanch da Companhia Mogyana: 1908-1909*. Campinas, Typ a Vapor Livro Azul, 1908.
- SECKLER, Jorge, org. *Almanach do Estado de São Paulo para 1890*. 7º ano. São Paulo, Ed Proprietarios Jorge Seckler & Comp., 1890.

• **Biblioteca Municipal de Campinas**

- Recortes de jornais sobre a Sociedade Humanitária Operária (pasta 167; tomo 345 – Documentos de Campinas Associações, Sociedades e Clubes)
- “Completa hoje 60 anos de existência a Sociedade Humanitária Operária de Campinas”
Correio Popular, 18.09.1957

“Humanitária Operária consegue reaver seu patrimônio”

Correio Popular, 24.10.1976

“Área para a Sociedade Humanitária”

Correio Popular, 07.11.1976

- **Recortes de jornais sobre outras associações** (pasta 183; tomo 365 – Documentos de Campinas Associações Beneficentes)

“Transcorre o 53º aniversário da Federação Paulista dos Homens de Cor”

Correio Popular, 15.11.1956

“Uma instituição que honra os foros vivos de Campinas”

Correio Popular, 04.09.1947

“Liga Humanitária dos Homens de Cor”

Diário do Povo, 13.05.1971

“Campinas vai reverenciar Mãe Preta”

Correio Popular, 19.09.1974

“Os 42 anos da corporação musical dos Homens de Cor”

Correio Popular, 27.05.1945

“Homens de Cor e funerária municipal assinam convênio”

Diário do Povo, 25.09.1976

“Novo prédio da Sociedade Amiga dos Pobres Melhor atendimento ao imigrante”

Correio Popular, 18.08.1973

- **Setor Arquivos Históricos – Centro de Memória Unicamp / CMU**

- Fundo: Sociedades Institucionais

Coleção: Federação Paulista dos Homens de Cor (1903 – 1991)

(folhetos, correspondência e recortes de jornais)

- Fundo: Sociedades Institucionais

Coleção: Sociedade Beneficente Isabel a Redentora (1900 – 1970)

(estatutos, correspondência, exemplar de recibo e recortes de jornais)

- Fundo: Sociedades Institucionais

Coleção: Sociedade Humanitária Operária (1898 – 1970)

(12 livros de atas de sessões de diretoria e assembléias gerais 1898 – 1973; livro de caixa 1917 – 1929; dois livros de matrícula 1898 – 1945)

- Fundo: Sociedades Institucionais

Coleção: Liga Humanitária dos Homens de Cor (1915 – 1936)

(estatutos, livro de atas 1915 – 1922 e relatórios presidenciais 1922 – 1932)

BIBLIOGRAFIA

• Histórico da previdência social

AROUCA, A. T. "O trabalho e a doença" in GUIMARÃES, Reinaldo (org.) *Saúde e medicina no Brasil: contribuição para um debate*, Rio de Janeiro: Graal, 1978.

BRAGA, José C. S. PAULA, Sérgio G. de. *Saúde e Previdência Estudos de Política Social*, São Paulo: CEBES – Hucitec, 1981.

INSTITUTO Nacional do Seguro Social. *Histórico da Previdência*. www.inss.gov.br.

LEONARDI, V. P. Barros "Efeitos sociais da primeira industrialização no Brasil" *História do Século XX*, São Paulo: Abril, n 33, 1974.

MALLOY, James "Política de bem-estar social no Brasil: histórico, conceitos, problemas" *Revista de Administração Pública*, n 10, Rio de Janeiro, abr/junho 1976.

_____. "Previdência Social e classe operária no Brasil" *Estudos Cebrap*, n 15, São Paulo, 1976.

_____. "A política de previdência social no Brasil: Participação e paternalismo" *Revista Dados*, n 13, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1976.

POSSAS, Cristina *Saúde e Trabalho A crise da previdência social*, São Paulo: Hucitec, 1989.

RODRIGUES, L. M. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

_____. *Indústria e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

ROSEN, George. *Uma história da Saúde Pública*. São Paulo: Unesp, 1994.

SILVA, Liana *No limiar da industrialização Estado e acumulação de capital 1919-1937*. Tese de doutorado, Campinas: IFCH/Unicamp, 1976.

• História do Trabalho

ARAÚJO, Angela. *A construção do consentimento. Corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo: Scritta, 1998.

AVILA ESPINOSA, Felipe. "La sociedad mutualista y moralizadora ed obreros del Distrito Federal 1909-1911", *História Mexicana*, 43 (1), 1993.

BAILY, Samuel. "Las sociedades de ayuda mutua y el desarrollo de una comunidad italiana em Buenos Aires, 1858-1918". *Desarrollo Económico*. Buenos Aires: v 21, n 84, 1982.

- BATALHA, Claudio H M. *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- _____. "Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?" *Revista Brasileira de História*, v 23, São Paulo: Marco Zero, 1992.
- _____. "Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na primeira República" *Ciências Sociais Hoje 1990*. São Paulo: Vértice, 1990.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.
- BERNSTEIN, Harry. "The artisan workers of Brazil 1640 – 1940" *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro*, 337, 1982.
- BERTUCCI, Liane. *Saúde: arma revolucionária 1891-1925*. Campinas: Unicamp/CMU, 1997.
- BIONDI, Luigi. Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos italianos na São Paulo dá início do século XX e suas relações com as associações patricias e o nascente sindicalismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v XXVI, n 1, 2000.
- _____. *Entre associações étnicas e de classe. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo 1890-1920*. Tese de doutorado, Campinas: Unicamp/IFCH, 2002.
- BOSCHI, Caio C. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- CADERNOS AEL *Sociedades operárias e mutualismo*, n 10/11, v 6, Campinas: IFCH/Unicamp, 1999.
- CAMPOS, Cristina. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 – 1921*. Campinas: Unicamp, 1988.
- CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil 1877-1944*. São Paulo: Difel, 1974.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COSTA, Hélio. *Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.
- DECCA, Maria Auxiliadora. *A vida fora das fábricas Cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DEL FIORENTINO, T.A. "O operariado campineiro 1930-45" *Revista SBPH*. São Paulo, n 2, 1983.

- DEVOTO, Fernando. Lãs sociedades italianas de ayuda mutua de Buenos Aires y Santa Fé. Ideas y problemas. *Studi Emigrazione*. Roma, n 75, 1984.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962.
- DULLES, John. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1977.
- FERNANDEZ, Alejandro E. El mutualismo español em un barrio de Buenos Aires: San Jose de Flores 1890-1900. *Estudios migratorios latinoamericanos*. Buenos Aires: n 13, 1989.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil 1880-1920*. São Paulo: Ática, 1988.
- FOOT HARDMAN, Francisco. *Nem Pátria nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GOMES, Angela. *Burguesia e trabalho. Política e legislação social no Brasil* Rio de Janeiro: Campos, 1979.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- HALL, Michael. PINHEIRO, Paulo S. *A classe operária no Brasil documentos 1889-1930 O movimento operário*. São Paulo: Alfa-omega, v 1, 1979.
- _____. *A classe operária no Brasil documentos 1889-1930. Condições de vida e de trabalho, relação com os empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense, v 2, 1981.
- HALL, Michael. "Corporativismo e Fascismo. As origens das leis trabalhistas." In ARAÚJO, Angela M (org). *Do corporativismo ao neoliberalismo Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HOPKINS, Eric. *Working-class self-help in nineteenth century England*. London: UCL Press, 1995.
- KUSCHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras. Mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- JOYCE, Patrick. *Work, society and politics: the culture of the factory in later Victorian England*. London: Methuen, 1982.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
- LINDEN, Marcel von der. (org) *Social security mutualism: the comparative history of mutual benefit societies*. London: Peter Lang Publishing, 1996.
- LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- LOPES, José S L. *A tecelagem dos conflitos de classe na "Cidade das Chaminés"*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

- LUCA, Tania. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990.
- _____. "Imigração e mutualismo e identidade em São Paulo, 1890-1935" *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, 10 (29), 1995.
- MARAN, Sheldon. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARQUIEGUI, Dedier N. Asociacionismo, liderazgo étnico e identidad: un enfoque comparado (Luján, 1876-1920). *Studi Emigrazione*. Roma: n 15, 1994.
- PETERSEN, Silvia "As associações beneficentes de socorros mútuos e a história do movimento operário". *Cadernos do ISP*, Pelotas: n 11, 1997.
- RAGO, L Margareth. *Do cabaré ao lar*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- RALLE, Michel. "La función de la protección mutualista en la construcción de la identidad obrera 1870-1910" in CASTILLO, Santiago (org). *Solidariedad desde abajo: trabajadores y socorros mutuos em la España contemporanea*. Madrid: UGR, 1994.
- RODRIGUES, José *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: difusão Européia, 1968.
- SEGATO, José A. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- SILBERSTEIN, Carina F. Mutualismo y educación em Rosário: las escuelas de la Unione e Benevolenza y de la Sociedad Garibaldi (1874-1911). *Estudios migratorios latinoamericanos*. Buenos Aires: n 1, 1985.
- SILVA, Fernandes T. *A carga e a culpa. Os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade 1937-1968*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- SILVA, Ligia. *Movimento sindical operário na primeira República*. Dissertação de mestrado, Campinas: IFCH/Unicamp, 1977.
- SILVA, Maria Conceição B C. *Sociedade Montepio dos Artistas na Bahia. Elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: EGBA, 1998.
- SILVA JR, Adhemar. "Etnia e classe no mutualismo do rio Grande do Sul (1854 – 1889)" *Estudos Ibero-Americanos*, v XXV, n 2, Rio Grande do Sul: PUCRS, 1999.
- _____. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo. Rio Grande do Sul 1854 – 1889. *Locus, Revista de história*. Juiz de Fora: EdUFJF, v 5, n 2, 1995.
- _____. "Nota prévia sobre o socorro mútuo no Rio Grande do Sul 1854-1889". Comunicação apresentada no IV Encontro Estadual da ANPUH/RS, São Leopoldo, 1998.

- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado Suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus, 1966.
- SIQUEIRA, Uassyr. *Clubes e sociedades dos trabalhadores do Bom Retiro. Organizações, lutas e lazer em um bairro paulistano 1915-1924*. Dissertação de mestrado, Campinas: Unicamp/IFCH, 2002.
- SORDO CEDEÑO, Leynaldo. "Las sociedades de socorros mutuos 1867-1880". *História Mexicana*. 33(1), 1983.
- SPALDING, Walter. *A beneficência portuguesa*. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Teresinha, 1954.
- STOLCKE, Verena. *Cafeicultura, homens, mulheres e capital 1850-1980*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SUPLEMENT "Before the unions: wage earners and collective action in Europe 1300-1850" *International Review of Social History*, 39, 1994.
- VARGAS, Iolanda G. *História da sociedade espanhola de socorros mútuos*. Porto Alegre: dissertação de mestrado, PUC-RS, 1979.

• **Contexto Econômico**

- AMARAL, José. *A economia cafeeira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro Aspectos políticos*. São Paulo: Pioneira, 1968.
- CAMILO, Ema. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Tese de doutorado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1975.
- CARONE, Edgar. *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: SENAC, 2001.
- DEAN, Warren. *A indústria de São Paulo 1880-1945*. São Paulo: Difusão Européia, 1971.
- DECCA, Edgar. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, tomo III, v. 1, 2 e 3, 1981.
- LOPES, Juarez. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1971.
- LUCA, Tania. *Indústria e trabalho na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.
- FOOT HARDMAN, Francisco. LEONARDI, Vitor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: FTD, 1982.
- SEMEGHINI, Ulysses. *Do café a indústria*. Campinas: Unicamp/CMU, 1991.

- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977.
- SUZIGAN, W. *Indústria brasileira – origens e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TOJVICK, Steven. *A presença do estado na economia política do Brasil 1889-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- VILLELLA, Aníbal. SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*, Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1975.

• Ferroviários

- ANUNZIATA, Antonio “Campinas entroncamento ferroviário” *Revista Eletrônica Sarao*, n 5, 2003, www.bibmemoria.cmu.unicamp.br/sarao.
- AZEVEDO, Fernando. *Um trem corre para o oeste: estudo sobre a Noreoeste e seu papel do sistema de viação nacional*, São Paulo: Martins, 1950.
- BAPTISTA, José. *O surto ferroviário e seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- BENEVOLO, Ademar. *Introdução a história ferroviária do Brasil Estudo social, político e histórico*. Recife: Folha da Manhã, 1953.
- CAETANO, Coraly Gará. “Qualificação e Ferrovias: A experiência das escolas profissionais ferroviárias (1920 – 1945)”, in RIBERIRO, Alice (org). *Trabalhadores urbanos e Ensino Profissional*. Campinas: Unicamp, 1986.
- CAMARGO, Dulce Maria Pompeo. *Trabalhadores Ferroviários em Greve*. Campinas: Unicamp, 1986.
- COSTA, Wilma. *Ferrovias e trabalho assalariado em São Paulo*. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1976.
- DEBES, Celio. *A caminho do oeste: história da Companhia Paulista de Estradas de Ferro*. São Paulo: Bentivegna, 1968.
- GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. *Rio Claro e as oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro*. Tese de doutorado: IFCH/Unicamp, Campinas, 1992.
- GUIMARÃES, Benício. *O vapor das ferrovias no Brasil*. Petrópolis: Jornal da Cidade. 1993.
- MANFRIM Jr, Moacyr. *Caixas de Aposentadoria e Pensões dos ferroviários: um modelo previdenciário exclusivo (1923-33)*, dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.

- MATOS, Odilon. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*, Campinas: Pontes, 1990.
- SAES, Flávio Azevedo. *As ferrovias de São Paulo: 1870-1940*. São Paulo : Hucitec, 1981.
- SEGNINI, Liliane. *Ferrovia e ferroviários Uma contribuição para a análise do poder disciplinador na empresa*. São Paulo: Associados, 1982.
- SOUZA, Cícero *As ferrovias em Campinas do auge a sua descendência*. Campinas: PUC-Campinas, 1984.

• **História de Campinas**

- BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas Migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Campinas: Unicamp/CMU, 1996.
- BADARÓ, Ricardo. *Campinas o despertar da modernidade*. Campinas: Unicamp/CMU, 1996.
- BATISTONI FILHO, Duílio. *Aspectos culturais da história de Campinas*. Campinas: Mousinho, 1983.
- BRITO, Jolumá. *História da cidade de Campinas*. Campinas: Saraiva, 1956.
- CARVALHO, Edmir. *Crise urbana e habitação popular em Campinas 1870-1956*. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1991.
- GABRIEL, Maria Cristina. *Além das fronteiras do colonato – o ajustamento da coletividade italiana à sociedade aristocrática campineira durante a grande imigração*. Projeto de dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1993.
- GAMBETA, Wilson. *Soldados da saúde: a formação do Serviço de Saúde Pública em São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1988.
- GEBARA, Ademir. *Campinas 1869-1875 Republicanismo, Imprensa e Sociedade*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/ USP, 1975.
- LAPA, José. *A cidade Os cantos e os antros*. São Paulo: Edusp, 1996.
- MACIEL, Cleber. *Discriminações raciais: negros em Campinas 1888-1921*. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1987.
- MARIANO, Julio. *Campinas de ontem e anteontem*. Campinas: Massaiolo, 1970.
- _____. *História da imprensa em Campinas*. Campinas: Massaioli, 1972.
- MONOGRAFIA Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.
- RIBEIRO, Maria Alice. *História sem fim ... um inventário da saúde pública :São Paulo 1880-1930*. Tese de doutorado. Campinas: IE/Unicamp, 1993.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. NOVAES, José. *A febre amarela em Campinas*. Campinas: Unicamp/CMU, 1996.

SILVA, Kleber. *A cidade uma região O sistema de saúde para uma história da saúde e urbanização da cidade de Campinas*. Campinas: Unicamp/CMU, 1996.

• **Teoria de história**

BATALHA, Claudio H M. "A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências" in FREITAS, Marcos (org) *Historiografia brasileira e perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. "História do Trabalho: um olhar sobre os anos 1990" *História*, São Paulo, 21: 73-87, 2002.

CHAUÍ, Marilena. "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira" in *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HALL, Michael. PINHEIRO, Sergio P. "Alargando a história da classe operária: organização, luta e controle." *Remate de Males*, n 5, 1985.

HAUPT, Georges "Por que a história do movimento operário?" *Revista Brasileira de História*, n 10, v 5, São Paulo, março/ago 1985.

HOBSBAWM, Eric J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

_____. *Os trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

_____. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LUCA, Tania. FERREIRA, Antonio. IOKI, Zilda. *Encontros com a história Percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1999.

MARSON, Adalberto. "Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais" in BRESCIANI, M S M. *Jogos da política: imagens, representações e práticas*. São Paulo: Marco Zero, 1992.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

PETERSEN, Sílvia "Ainda o movimento operário como objeto historiográfico" *Anos 90*, n 8, Porto Alegre, dez 1997.

THOMPSON, E P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vols., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Critica, 1979.

Salão Mousinho

DE

J. Rodrigues Pinheiro

BARBEIRO E CABELLEIREIRO

Applicam-se bichas e ventosas
Attendem-se
chamados para fóra



Sortimento completo de perfu-
marias
nacionaes e estrangeiras

Especialidade em artigos para Barbeiros

Annexo ao salão tem uma Agencia de Jornaes e Revistas Estrangeiras, taes como francezas, portuguezas e hespanholas.

Tem á venda as ajamadas novellas de Sherlock Holmes, Lorá Jackson, Texas Jack, Nick Carter, Proezas de Raffles e Novella Historica de Assumptos Portuguezes. Assignaturas permanentes de obras dos melhores autores portuguezes inclusive a Historia Portugueza. Tem tambem a Illustração Portugueza, Estudo Academico e La Grãça Femina.



Rua Barão de Jaguará, 88

CAMPINAS



Quadros com levantamento das profissões exercidas em Campinas

1. *Almanaque de Campinas Literário e Estatístico, 1892.*

Açougues	28	Carpinteiro	4	Compradores de Armas	4	Fábrica de Licores	1	Máquinas de Costura	2
Agência de Negócios	9	Casas de atacado	12	Depósito de Lenha	2	Fábrica de chapéus	2	Ourives	2
Alfaiates	33	Casas de Massa	1	Confeitarias	3	Fábrica de Macarrão	3	Olaria	8
Armarinhos	2	Hotéis	25	Curtume	2	Fábrica de Vinagre	1	Farmácia	10
Bancos	3	Casas de Banho	1	Costureiras	12	Florista	2	Armadores	5
Fábrica Máquinas	1	Casas de Móveis	4	Dentistas	3	Fábrica de Sabão	1	Parteira	1
Barbeiros	24	Casas de Pássaros	1	Depósito de Cal	1	Ferragens	7	Padarias	11
Botequins	53	Casas de Câmbio	2	Fábrica de Café	4	Fogueteiros	2	Quitandas	1
Loteria	1	Casas de Louça	3	Ferreiro	15	Secos e Molhados	355	Retratistas	2
Bilhares	1	Cocheiras	11	Funileiro	17	Joalheiros	5	Refinação de Açúcar	3
Tanoeiro	3	Trançador	1	Tintureiro	3	Tecedor	1	Tipografia	1
Chapelarias	5	Colchoaria	3	Canastreiros	1	Lojas de Fazendas	28	Rachador de Lenha	3
Charutaria	1	Companhias	4	Ferrador	8	Livraria	1	Sapataria	10
Oficina de Calçado	56	Compradores de Café	1	Fábrica de Cerveja	12	Marcenaria	10	Soleiro	7

2. Almanaque de Campinas para 1908

Agentes de Negócio	7	Amarinhos	5	Chapéus	8	Doces	35	Funileiro	3
Agentes de Loteria	12	Amoladores	6	Casas de Brinquedo	2	Empresa automóveis	1	Caldereiro	8
Agentes de Jornais	1	Barbeiros	60	Compradores de Gado	2	Empresa telefone	1	Fábrica de Cerveja	20
Agentes de Seguros	4	Bilhares	3	Curtume	1	Empresa de Pedreira	2	Fábrica de Massas	6
Bancos	5	Botequins	57	Compradores de Café	3	Benefício de Café	2	Fábrica de Sabão	4
Aparelhador	6	Costureiras	6	Confeitaria	1	Benefício de arroz	5	Fábrica de Meias	1
Armador Fúnebre	3	Casas de Calçados	14	Capitalistas (5 classes)	219	Engraxates	17	Fábrica de Vinagre	1
Alugador Pianos	1	Construtores	27	Carros de Praça	111	Estábulos	83	Fábrica de Vassouras	1
Açougues	46	Charuteiro	3	Carro de boi	17	Loja de Roupas	48	Fábrica de malas	1
Alfaiates	32	Ouives	7	Dentistas	10	Floristas	3	Fábrica de gelo	1
Arreios	6	Carpinteiro	13	Depósito de Lenha	7	Fundição	2	Garrafeiros	2
Artigos para cerveja	3	Casas de bebidas	2	Depósito de Cal	1	Fumo	3	Hotéis	6
Refinação de Açúcar	11	Conserto de Carros	7	Depósito de Material de Construção	1	Ferragens	20	Instrumento de Música	2
Louça de barro	1	Leiteiro	2	Livraria	3	Médicos	16	Móveis	10 10
Máquinas agrícolas	3	Moinhos de Fubá	5	Leiteria	1	Mascates	13	Móveis de vime	2
Marmoristas	3	Olarias	7	Farmácia	9	Padaria	26	Fotografia	5
Piano	2	Papelaria	5	Perfumaria	2	Peixeiro	13	Quitandas	17
Queijos	6	Restaurante	18	Relojoaria	15	Sorveteria	3	Solicitador	7
Serraria	4	Serralheiro	1	Sapateiro	43	Tipografia	5	Tanoeiro	3
Torrefação de Café	2	Torneiro	1	Tilburys	11	Tintureiros	3	Ferrador	8
Vinhos	2	Vendedor leite	40	Vendedor carne	5	Vendedor água	1	Louças	10
Vendedor de areia	4	Vendedor cestos	2	Vendedor queijo	3	Vendedor ovos	31	Ferreiro	11
Vendedor bilhetes	23	Vendedor cebola	1	Vendedor fubá	1	Vendedor hortaliças	66	Máquinas de Costura	4
Vendedor lenha	115	Vendedor carvão	13	Vendedor batata	22	Quitandas	103	Violeiro	1
Aguardente	3	Correio	3						

4. Almanaque Histórico e Estatístico de Campinas, 1914.

Açougues	32	Barbeiro	55	Cocheiras	26	Fábrica de Massas	4	Hotéis	8
Agência de Automóveis	2	Botequim	85 85	Colchoaria	2	Fábrica de sabão	2	Instrumento musical	4
Agência de Negócios	11	Bilhares	3	Dentista	17	Fábrica de Biscoito	13	Louças	2
Agência de Loteria	8	Bicicletas	3	Depósito de Cerveja	1	Fábrica de Cerveja	13	Leiloeiros	2
Agência de Jornais	12	Brinquedos		Depósito de Sabão	1	Fábrica de Malas	1	Livraria	2
Agência de Seguros	9	Costureira	8	Depósito de Areia	12	Fábrica de Doces	1	Lenhadoras	14
Bancos	6	Casas de Calçado	23	Depósito de Cal	1	Fábrica de Vinagre	11	Médico	22
Agência de Navegação	4	Construtores	38	Estábulo	7	Fábrica de Salame	1	Fábrica de Móveis	10
Alfaiaterias	24	Charutaria	5	Loja de Roupas	56	Fábrica de Farinha	11	Moinho de Fubá	4
Aparelhadores	6	Ourives	7	Floristas	2	Fábrica de Anil	11	Máquina de Costura	2
Armadores	3	Carpinteiro	19	Fogueteiro	1	Fábrica de Vassouras	1	Máquina Agrícola	2
Arreios	5	Concertos de Carros	5	Fundição	2	Fábrica de Cadeiras	1	Marmorista	2
Benefício de Arroz	4	Correiros	1	Fumos	4	Fábrica de Carros	2	Massagista	1
Artigos para Cerveja	1	Chapéus	14	Ferragens	15	Depósito de camas	1	Mercado de Aves	1
Artigos para Eletricidade	1	Curtume	2	Ferreiros	19	Louças de Barro	1	Olaria	16
Refinação de Açúcar	6	Benefício de café	7	Caldereiros	8	Frutas	9	Oficinas Mécnicas	2
Padaria	19	Peixaria	1	Relojoeiros	11	Sapateiro	22	Torneiro	1
Fotógrafo	5	Quitanda	14	Solicitador	r 4	Salão de Engraxate	1	Tamancaria	2
Piano	4	Queijos	1	Serraria	3	Tipografia	7	Torrefação de Café	1
Papelaria	3	Restaurante	12	Selaria	1	Tanoeiro	1	Tintureiro	7
Armarinhos	2	Confeitaria	4	Fábrica de Ladrilhos	2	Gêneros Alimentícios	240	Farmácia	10

Associações operárias fundadas em Campinas na virada do século XX

Associação Beneficente Dr. Salles de Oliveira (1893)

Associação Cooperativa Operária (1894)

Associação dos Empregados no Comércio

Associação Humanitária Operária (1916)

Banda da Liga Humanitária dos Homens de Cor

Centro Beneficente dos Empregados em Locomotivas da Companhia Paulista (1901)

Centro Operário São José

Circolo Italiani Uniti (1881)

Club Campineiro

Club Concórdia

Club Eintracht

Club de Fevereiro (1910)

Federação Paulista dos Homens de Cor (1903)

Liga Humanitária dos Homens de Cor (1915)

Sociedade Amiga dos Pobres (1903)

Sociedade de Auxílio Mútuos Isabel, a Redentora (1898)

Sociedade Artística Beneficente

Sociedade 5 de Outubro

Sociedade Dançante Familiar União da Juventude (1901)

Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução

Sociedade Grêmio Luiz de Camões (1880)

Sociedade Humanitária Operária (1898)

Sociedade Musical Carlos Gomes (1881)

Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos (1904)

Sociedade R F 15 de Novembro

Sociedade de Socorros Mútuos Protetora da Classe Operária

Sociedade União dos Padeiros

Associações recreativas e culturais do século XIX em Campinas

- Club Semanal (1857)
- Sociedade Artística Beneficente (1869)
- Sociedade Teatral Bohemia Dramática Campineira (1870)
- Sociedade Scandinava de Leitura Norden (1853)
- Sociedade Recreio Familiar (1872)
- Sociedade Recreio Juvenil (1868)
- Sociedade Recreio Universal (1897)
- Sociedade Recreio Comercial (1874)
- Terpsichore Familiar (1869)
- Club Mozart (1882)
- Gabinete de Leitura Campineiro (1865)
- Sociedade Cultural Arcadia Luso-brasileira (1873)
- Grémio Comercial (1889)
- Club Amizade (1886)
- Sociedade Promotora da Instrução (1870)
- Sociedade Alemã de Canto Liedertafel Concordia (1870)
- Deutscher Handwerber Gesangvesei Eintracht (1890)
- Sociedade Alemã Ginástica Infantil (1885)
- Sociedade Carnavalesca Campineira (1869)
- Sociedade Carnavalesca Democráticos (1889)
- Sociedade Carnavalesca Fenianos
- Sociedade Recreio Juvenil (1868)
- Sociedade União e Progresso (1868)
- Club Familiar Vinte de Setembro
- Sociedade Alemã de Leitura e Instrução
- Sociedade Recreio da Mocidade (1869)
- Sociedade Recreio dos Artistas (1870)
- Triunfo Campineiro (1878)
- Lyra Campineira (1877)
- Sociedade Dramática 16 de Março (1870)
- Sociedade Dramática Ensaio Campineira
- Sociedade de Canto Phil'Euterpe (1871)

Loja Maçônica Independência (1867)
Loja Maçônica Liberdade e Ordem (1898)
Sociedade Aurora Familiar (1872)
Grêmio Girondino (1876)
Sociedade Pic-nic Campestre (1898)
Sociedade P Bohemia Dramática (1877)
Club de Instrução (1877)
Club Flor de Liz
Atletas do Futura (sociedade dramática – 1887)
Club Atlético (1896)
Sociedade Musical União Artística, União e Progresso (1868)
Club Juvenil (1877)
Sociedade de Dança Club XX
Sociedade Carlos Gomes (1878)
Sociedade Italiana Confederata (1884)
Club Republicano
Club Campineiro (1865)
Club Cassino Jr
Club Cassino Campineiro
Club XV (1885)
Club Eden Campineiro (1890)
Club Ginástico Português
Club Dramático 20 de Setembro
Club dos Democráticos (1888)
Club Mac-Hardy
Club União Comercial (1885)
Société Française 14 Juillet (1885)

▪ Carimbo da Sociedade Humanitária Operária



A reprodução foi autorizada e realizada pelo Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp.

Quadros descrevendo a composição da Sociedade Humanitária Operária

I. Dados referentes ao Período I

Nacionalidade	
Brasil	15
Alemanha	1
Espanha	1
Portugal	2
Sem informação	7
Total	26

Idade	
20 – 25 anos	5
26 – 30 anos	0
31 – 35 anos	3
36 – 40 anos	3
Sem informação	15
Total	26

Profissão	
Ajustador	4
Pintor	1
Capinteiro	3
Caldereiro	1
Apontador	1
Fundidor	3
Torneiro	1
Ferreiro	1
Maquinista	1
Operário	1
Sem informação	9
Total	26

Estado civil	
Solteiro	7
Casado	11
Viúvo	1
Sem informação	7
Total	26

2. Dados referentes ao Período II

Nacionalidade	
Brasil	55
Itália	28
Áustria	2
Suíça	1
Alemanha	5
Espanha	6
Portugal	13
Suécia	2
Total	112

Idade	
Menos de 20 anos	5
21 – 25 anos	18
26 – 30 anos	32
31 – 35 anos	22
36 – 40 anos	15
41 – 45 anos	15
Mais de 45 anos	5
Total	112

Profissão					
Ajustador	14	Troleiro	1	Manobrista	1
Encaixotador	1	Mecânico	1	Marcineiro	7
Foguista	3	Seleiro	1	Amolador de Serras	1
Maquinista	3	Malhador	1	Caldereiro	1
Ferreiro	6	Modelador	1	Barbeiro	1
Torneiro	10	Fundidor	10	Furador	1
Aplainador	3	Empregado no Comércio	1	Serrador	2
Carpinteiro	6	Pintor	4	Funileiro	2
Escriturário	2	Trabalhador	12	Encanador	1
Limpador	1	Alfaiate	3	Sem informação	5
Sapateiro	3	Pedreiro	3	Total	112

Estado Civil	
Solteiro	32
Casado	77
Viúvo	3
Total	112

3. Dados referentes ao Período III

Nacionalidade	
Brasil	101
Itália	36
Portugal	22
Polônia	1
Espanha	3
Alemanha	2
França	1
Total	166

Idade	
Menos de 20 anos	9
21 – 25 anos	38
26 – 30 anos	49
31 – 35 anos	31
36 – 40 anos	18
41 – 45 anos	18
Mais de 45 anos	2
Sem informação	1
Total	166

Profissão						
Sapateiro	2	Operário	2	Conferente	2	
Aplainador	1	Foguista	1	Mecânico	6	
Impressor	1	Ajustador	8	Ajudante de Fundidor	3	
Ajudante de Caldeireiro	1	Serrador	5	Empregado no Curtume	1	
Pintor	4	Porteiro	1	Manobrista	4	
Torneiro	3	Carpinteiro	13	Barbeiro	3	
Maquinista	2	Empregado no Comércio	2	Funileiro	2	
Modelador	1	Empregado da Cia Mogiana	9	Portador	2	
Ferreiro	6	Trabalhador	21	Marcineiro	14	
Escriturário	4	Fundidor	12	Tipógrafo	1	
Pedreiro	5	Caldereiro	6	Empregado nas Estradas de Ferro	1	
Empregado Público	8	Malhador	2	Sem informação	7	
					Total	166

Estado Civil	
Solteiro	54
Casado	110
Viúvo	2
Total	166

4. Dados referentes ao Período IV

Nacionalidade	
Brasil	485
Itália	53
Alemanha	3
Espanha	17
Suíça	1
Argentina	2
Áustria	1
Portugal	66
Rússia	2
Total	630

Idade	
Menos de 20 anos	62
21 – 25 anos	169
26 – 30 anos	172
31 – 35 anos	75
36 – 40 anos	69
41 – 45 anos	56
Mais de 45 anos	25
Sem informação	2
Total	630

Profissão					
Conferente	3	Operário	31	Escriturário	19
Pintor	9	Manobrista	12	Porteiro	1
Empregado Cia Mogiana	1	Marceneiro	24	Engraxador	1
Escrevente	1	Sapateiro	3	Aprendiz Fundidor	1
Malhador Cia Paulista	1	Foguista Cia Paulista	4	Maquinista	3
Fiscal veículo Cia Paulista	1	Trabalhador	92	Conferente Cia Mogiana	2
Contínuo Cia Paulista	1	Lavador	1	Ferrador	3
Aprendiz Mecânico	1	Sem informação	10	Mecânico	19
Ajudante Ajustador	1	Aprendiz Marceneiro	1	Enfermeiro	1
Lavador de Caldeiras	1	Cocheiro	3	Feitor Carvoeiro	1
Furador	1	Apontador	1	Limpador	5
Troleiro	6	Negociante	1	Funcionário Cia Paulista	1
Jardineiro	1	Guarda-livros	1	Maquinista	4
Caldeireiro	5	Chefe Estação Ramal Férreo	1	Ladrilheiro	2
Carpinteiro	35	Alfaiate	2	Aplanador	5
Serrador	17	Soldador	2	Pedreiro	16
Empregado Comércio	17	Funileiro	1	Empregado Estrada de Ferro	31

Marcante	1	Empregado público	5	Empregado Cia Paulista	16
Trabalhador Cia Paulista	13	Manobrista Cia Paulista	12	Malhador	5
Ajustador	41	Guarda-cancela Cia Paulista	1	Amolador de Serras	1
Condutor de Bondes	2	Operário Cia Mogiana	1	Barbeiro	6
Trabalhador Cia Mogiana	2	Ajudante de Trem	3	Empregado correio	4
Argoleiro	1	Guarda-trem	9	Trabalhador Mac-Hardy	1
Entalhador	1	Portador	6	Torneiro Cia Mogiana	1
Aprendiz Torneiro	1	Carvoeiro	1	Tipógrafo	5
Ajudante Pintor	1	Foguista	11	Encanador	2
Ajudante caldeireiro	1	Operário trabalhador	1	Torneiro	12
Carroceiro	3	Eletricista	3	Portador Cia Mogiana	2
Escriturário Cia Mogiana	1	Portador Cia Mogiana	1	Fundidor	7
Escriturário Cia Paulista	1	Guarda noturno	2	Telegrafista	5
Cobrador	1	Trabalhador Matadouro	1	Ferreiro	5
Conferente Cia Paulista	3	Ajudante trem Cia Mogiana	1	Mensageiro	1
Contínuo	2	Ajudante Manobrador	1	Seleiro	2
Professor	1	Músico	1	Empregado	5
Lavador de Carros	2	Marceneiro Ramal Férreo	1	Portador Cia Paulista	3
Chapeleiro	2	Tanoeiro	1	Total	630

■

Estado Civil	
Solteiro	233
Casado	386
Viúvo	8
Sem informação	3
Total	630

Levantamento das associações que possuíam membros em comum com a Sociedade Humanitária Operária¹

I. *Almanaque de Campinas para 1908*

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DR SALLES DE OLIVEIRA (1893)

Presidente: Jeronymo de Campos Freire

Vice-presidente: **Reinaldo Laubstein**

1º Secretário: **Henrique Schroeder**

2º Secretário: Arthur de Almeida Resende

tesoureiro: **Felix da Cunha**

ASSOCIAÇÃO COOPERATIVA OPERÁRIA (1894)

Presidente: Benjamim Constant Silva

Vice-presidente: **Max Steffen**

1º Secretário: **Carlos Berling**

2º Secretário: **Alfredo Juncker**

1º Tesoureiro: **João Porfírio de Oliveira**

2º Tesoureiro: **Joaquim Tapparelli**

Gerente dos armazéns: João E. Laubstein

SOCIEDADE AMIGA DOS POBRES (1903)

Presidente: **Reinaldo Laubstein**

Vice-Presidente: **Henrique Schroeder**

1º Secretário: **Jorge Wilmersdorf**

2º Secretário: Dagoberto Carneiro

1º Tesoureiro: Henrique Jahn

2º Tesoureiro: Alfredo Marques

Fiscal: João Falcato

¹ Os nomes dos membros em comum estarão em negrito.

CLUB CONCÓRDIA

Presidente: Henrique Kranz

Vice-presidente: **Reinaldo Laubstein**

Secretário: Godofredo Hopf

Tesoureiro: **Luiz Faber**

Fiscais: **Henrique Husemann**; Godofredo Geiser e Guilherme Roterberg

Arquivista: Alberto Liner

CLUB EINTRACHT

Presidente: José Gauggel

Vice-presidente: Adolfo Wurgler

1º Secretário: **Carlos Plaster**

2º Secretário: **Guilherme Hoff**

1º Tesoureiro: **Constantino Klein**

Fiscais: Francisco Stam, Jacob Steger e **Germano Bolliger**

Bibliotecário: **Germano Hass**

Arquivista: **Guilherme Jungersen**

SOCIEDADE PORTUGUESA DE SOCORROS MÚTUOS (1904)

Presidente: Abel Julio Alves

Vice-presidente: **José Fonseca**

1º Secretário: **Feliciano Zingra**

2º Secretário: Antonio Serra

1º Tesoureiro: Manoel Fernandes Querido

2º Tesoureiro: **José Rodrigues Pinheiro**

Procurador: Alfredo Velloso dos Santos

SOCIEDADE DANÇANTE FAMILIAR UNIÃO DA JUVENTUDE

Presidente: Belchior José de Escobar

Vice-presidente: Honorio Hortencio

1º Secretário: Guilherme Araújo

2º Secretário: Silvino Tojal

Tesoureiro: Fabiano José Lourenço

Procurador: **Jonas de Freitas** e Antonio de Campos

Fiscais: Ramiro J Campo e **Paulo Esteves**

LOJA MAÇÔNICA LIBERDADE E ORDEM

Venerável: Carlos Wutke

1º Vigilante: **Jorge Clozel**

2º Vigilante: Baldomiro Palmieri

Orador: Pedro de Magalhães

Orador adjunto: Olympio Rodrigues

Secretário: Vitorino Dias de Castro

Secretário adjunto: Augusto José dos Santos Jr

2. Almanaque Histórico e Estatístico, 1912.

CENTRO OPERÁRIO SÃO JOSÉ

Presidente: Antonio Teixeira

Vice-presidente: **Gabriel de Andrade**

1º Secretário: Luiz de Paula Leite

2º Secretário: João Raoul

1º Tesoureiro: Manoel J Alves

2º Tesoureiro: Affonso C Guedes

Cobrador: **Guilherme Wolf**

Conselheiro: Marcolino Andrade, Bernardino de Castro e João Xavier de Assunção

CLUB CONCÓRDIA

Presidente: **Reinaldo Laubstein**

Vice-presidente: Jacob Forster

Secretário: **Henrique Schroeder**

Tesoureiro: Antonio Forster

Bibliotecário: Alberto Liner

SOCIEDADE AMIGA DOS POBRES

Presidente: **Reinaldo Laubstein**

Vice-presidente: **Henrique Schroeder**

1º Secretário: **Jorge Willmersdorf**

2º Secretário: Dagoberto Carneiro

1º Tesoureiro: **Henrique Hass**

2º Tesoureiro: Alfredo Marques

Fiscal: João Falcato

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO

Presidente: Leo Gery Kamienski

Vice-presidente: **Felício Russo**

1º secretário: Joaquim G de Mello

2º Secretário: Benedito P Pestana

1º Tesoureiro: João de A Magalhães

2º Tesoureiro: Adolfo S Guimarães

SOCIEDADE DE SOCORROS MÚTUOS PROTETORA DA CLASSE OPERÁRIA

Presidente: Eleutério Rodrigues

Vice-presidente: **Joaquim Taparelli**

1º Tesoureiro: João P de Oliveira

2º Tesoureiro: Angelo Rosario

1º Secretário: João Manuel de Jesus

2º Secretário: Sebastião de Toledo

procurador: **Carlos Hass**

Sindicância: Henrique Murbach, José da Silva Pinto e Antonio Vicente.

SOCIEDADE PORTUGUESA DE SOCORROS MÚTUOS

Presidente: Abel Julio Alves

Vice-presidente: Manuel F Querido

1º Tesoureiro: Custodio Antonio Alves

2º Tesoureiro: Benjamim A Borges

1º Secretário: Guilherme Ferreira

2º Secretário: Abílio Varanda

Procurador: **Feliciano Zingra**

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DR. SALLES DE OLIVEIRA

Presidente: Jeronimo de Campos Freire

Vice-presidente: **Reinaldo Laubstein**

1º Secretário: **Henrique Schroeder**

2º Secretário: Arthur Rezende

Tesoureiro: **Felix da Cunha**

SOCIEDADE ARTÍSTICA BENEFICENTE

Presidente: Eusebio Carlos Dias

Vice-presidente: **João Mertz**

1º Secretário: **Lourenço Lüders**

2º Secretário: Assuero Pedrazzoli

Tesoureiro: Antonio Campos Bueno

Visitador: Theodoro Mommerdey

Procurador: Antonio Gomes Henrique

CENTRO MONÁRQUICO PORTUGUÊS

Presidente: José S Guimarães

Vice-presidente: Eusebio Carlos Dias

1º Secretário: Carlos Pereira

2º Secretário: **Domingos F Urbano**

1º Tesoureiro: Benjamim A Borges

2º Tesoureiro: Abilio Fernandes Serra

Procurador: **Feliciano Zingra**

CLUB EINTRACHT

Presidente: José Gauggel

Vice-presidente: Adolfo Brunner

1º Secretário: **Carlos Plaster**

2º Secretário Henrique Bahde

Tesoureiro: Julio Reiman

Fiscal: **Otto Hall**

Bibliotecário: **Oscar Plaster**

Vogais: **Ervino Kaschel, Alfredo Saiffert** e Fernando Thiele

SOCIEDADE BENEFICENTE ISABEL, A REDENTORA

Presidente: Sebastião da Silva

Vice-presidente: **Luiz de Oliveira Prata**

1º Secretário: Augusto Cesar Correa

2º Secretário: **Domingos F Urbano**

Tesoureiro: Antonio Russo

Procurador: Abel Julio Alves

Sindicância: Vitorino Barreto, Augusto José dos Santos e **João Lehrbach**

Comissão de Contas: **Jorge Willmersdorf**, João Ferreira Pires e Sebastião D Azevedo